



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

LARISSA DE ARAÚJO SILVA

**A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHADOR E A DIVERSIDADE TRABALHISTA
NAS COMUNIDADES RURAIS**

**GUARABIRA-PB
2018**

LARISSA DE ARAÚJO SILVA

**A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHADOR E A DIVERSIDADE TRABALHISTA
NAS COMUNIDADES RURAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado (a) em História.

Área de concentração: História e Relações de Poder.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto.

**GUARABIRA-PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586p Silva, Larissa de Araújo.
A proletarização do trabalhador e a diversidade trabalhista nas comunidades rurais [manuscrito] / Larissa de Araujo Silva. - 2018.
128 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação : Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto, Departamento de História - CH."
1. Relações de Trabalho. 2. Proletarização. 3. Trabalhador Rural. 4. Comunidade Rural. I. Título
21. ed. CDD 331.763

LARISSA DE ARAÚJO SILVA

**A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHADOR E A DIVERSIDADE
TRABALHISTA NAS COMUNIDADES RURAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado (a) em História.

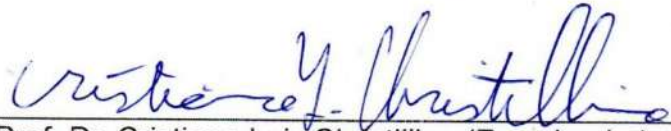
Área de concentração: História e Relações de Poder.

Aprovada em: 22 / 11 /2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Wilson Cesar Schenato (Examinador)
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

Ao meu pai Severino Assis, a minha mãe Jovita Maria, e ao meu irmão Severino Junior, pela paciência, apoio e ajuda nas horas difíceis, e por juntos lutarem e sempre guiarem os meus passos para o bom caminho. É com infinito amor que a eles dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por tudo, a começar pela vida, pois sem este dom precioso eu não estaria aqui e nada disso seria possível. E por cada graça alcançada ao longo desta caminhada.

Agradeço aos meus pais pela paciência, e pelo tempo que sempre se dedicaram para me instruir a trilhar o melhor caminho possível.

Ao meu irmão pelo apoio e ajuda, e mesmo com as discordâncias bestas que os irmãos tem as vezes nunca deixou de me ajudar.

Ao meu orientador professor Francisco Fagundes de Paiva Neto, pela orientação, disponibilidade, colaboração e apoio ao longo da elaboração deste trabalho.

Aos familiares além dos que mencionei, primos e amigos não citarei nomes pois não conseguiria lembrar de todos os nomes, aos muitos que me ajudaram nessa minha jornada acadêmica e de vida.

A todos os meus professores, desde as primeiras letras, também dos ensinamentos fundamental e médio, até a graduação, pelo conhecimento compartilhado, do meio acadêmico e pessoal, pois é graças a eles o conhecimento que tenho hoje.

A Coordenação de História pelo acolhimento quando procurava para a resolução de questões acadêmicas.

A todos os professores do Departamento de História, pela contribuição durante esse período de formação acadêmica, mas também não posso esquecer de agradecer a alguns professores do Departamento de Educação, pela preciosa ajuda.

Aos demais funcionários do Campus III da UEPB que sempre estavam apostos a ajudar sempre que precisava.

Aos integrantes da banca examinadora, por terem aceitado avaliar este trabalho. As sugestões e críticas serão importantes para enriquecer o mesmo.

E como não agradecer aos meus colegas de curso que fizeram destes quatro anos um período da minha vida acadêmica muito mais leve graças ao companheirismo que envolve a todos. Lidiane, Gerlane, Maria da Glória, Maria Camila, Maria Amanda, Adriana, Ester, Israel, Rosiane, Ednilson, Ivanberto, Joel, Thiago, Joalisson, Bruno.

A todos o meu muito Obrigada!

“O trabalho não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades.”

Karl Marx.

RESUMO

A problemática que nutriu o nosso estudo foi a de desvelar os motivos e as relações contribuintes para um processo de proletarização de trabalhadores rurais assentados. A nossa pesquisa possui como objetivo primordial tratar das relações trabalhista nas comunidades rurais, bem como a maneira como são estabelecidas e diversificadas através de um estudo de caso. O nosso estudo tem sua importância no fato de retratar a realidade do trabalhador que vive nas comunidades rurais, bem como os diferentes trabalhos exercidos pelo mesmo, pois são importantes para complementação da renda familiar. A pesquisa correu em uma comunidade rural chamada Sítio Agrovila Ribeiro Novo, situada no município de Alagoinha/PB, no período entre os meses de maio e novembro de 2018. Os sujeitos da pesquisa são os moradores locais, que possuem algum vínculo empregatício fora dos limites territoriais da comunidade atualmente. O trabalho foi produzido através de uma pesquisa bibliográfica, que teve como objetivo não só proporcionar mais conhecimento sobre o tema, mas também para balizar as primeiras discussões envolvendo a temática a ser problematizada. Foi feita também uma pesquisa documental, buscando-se fazer uma relação local entre passado e presente, com o objetivo de analisar a dinâmica trabalhista da área desde o surgimento da comunidade e ao longo do tempo. Utilizamos também fontes orais no nosso trabalho, pois a metodologia em questão contribuiu para uma percepção do processo de proletarização rural numa área tradicionalmente canavieira, mas com enleio nas atividades sazonais da construção civil ou outras modalidades de empregos temporários. Através da pesquisa mostrou-se a realidade da diversidade trabalhista e também as dificuldades com relação à terra e o sustento da família levando os moradores rurais a proletarizar-se, considerando que a atividade associada à "agricultura familiar" traz poucos recursos, devido a vários fatores, que vão desde a ordem financeira às intempéries da natureza.

Palavras-Chave: Relações de Trabalho. Proletarização. Trabalhador Rural. Comunidade Rural.

ABSTRACT

The problem that nurtured our study was to reveal the reasons and contributing relations for a process of proletarianization of settled rural workers. Our research has as its main objective to deal with labor relations in rural communities, as well as how they are established and diversified through a case study. Our study has its importance in portraying the reality of the worker living in the rural communities, as well as the different work done by the worker, since they are important for complementing the family income. The research was carried out in a rural community called Sitio Agrovila Ribeiro Novo, located in the municipality of Alagoinha / PB, in the period between May and November 2018. The research subjects are local residents, who have some employment relationship outside the limits of the community today. The work was produced through a bibliographical research, whose objective was not only to provide more knowledge about the subject, but also to mark the first discussions involving the topic to be problematized. A documentary research was also carried out, aiming to make a local relation between past and present, with the objective of analyzing the labor dynamics of the area since the emergence of the community and over time. We also use oral sources in our work, because the methodology in question contributed to a perception of the process of rural proletarianization in a traditionally sugarcane area, but with an entanglement in the seasonal activities of construction or other temporary employment modalities. Through the research the reality of labor diversity was shown, and also the difficulties with the land and the livelihood of the family led the rural dwellers to proletariat, considering that the activity associated with "family farming" had few resources due to several factors, ranging from the financial order to the intemperies of nature.

Keywords: Labor Relations. Proletarianization. Rural worker. Rural Community.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do Estado Da Paraíba.....	39
Mapa 2 - Localizando o município de Alagoinha no estado da Paraíba.....	47

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Vista da área urbana do município de Alagoinha- PB em 2017.....	49
Foto 2 - Localização da Comunidade sitio agrovila Ribeiro Novo.....	54
Foto 3 - Delimitação territorial do Sitio Agrovila Ribeiro Novo.....	54
Foto 4 - José Barbosa de Lucena político alagoinhense e ex-dono das terras.....	55
Foto 5 - Senhor Vicente de Lucena Beltrão, prefeito da cidade de Alagoinha no período que a comunidade foi construída na década de 1980.....	56
Foto 6 - Sitio Agrovila Ribeiro Novo.....	59
Foto 7 - Vista Parcial da Comunidade Sitio Agrovila Ribeiro	59
Foto 8 - Capela N. S. Aparecida, do Sítio Agrovila Ribeiro Novo.....	60
Foto 9 - Casa de Farinha da Comunidade, desativada.....	60
Foto 10 - Casa mais antiga da comunidade segundo moradores quando vieram morar no local ela já existia.....	61
Foto 11 - Casa mais recente da comunidade ainda se encontra em construção.....	61
Foto 12 - Engenho Belo Monte um dos 4 (quatro) engenhos próximos a comunidade pesquisada.....	63
Foto 13 - Limites territoriais entre a comunidade rural e 3 dos Engenhos falados acima.....	64
Foto 14 - Estrada localizada na direção nordeste da comunidade a mesma é de grande importância pois e por utilizada pelos trabalhadores para chegarem aos trabalhos e as pessoas para se locomover para a cidade de Alagoinha esta é a estrada de dá acesso ao engenho Ribeiro Novo.....	65
Foto 15 - Esta estrada está localizada a sudoeste na comunidade é uma continuação da outra sendo também de grande importância e tendo as mesmas funções. Esta é a Estrada que dá acesso aos Engenhos Balancinho, São João e Belo monte. Com destaque para o bar de Dona Nevinha.....	66
Foto 16 - Roçado do Senhor Expedito José de Araújo com destaque para as lavouras de feijão e milho em crescimento.....	70
Foto 17 - Roçado do seu Expedito José de Araújo com destaque para a sua esposa Dona Maria, no trabalho na roça.....	71
Foto 18 - Horta da Senhora Severina Félix dos Santos localizada por traz de sua casa.....	71
Foto 19 - Engenho São João, local onde um dos entrevistados trabalhou.....	74
Foto 20 - Moradora da comunidade Severina Félix dos Santos de verde e amarelo, em seu trabalho como Argente Comunitária de saúde.....	75

Foto 21 - Escola municipal onde a moradora trabalha como auxiliar de serviços gerais.	76
Foto 22 - Moradora do Sítio Agrovila Ribeiro Novo Maria Inês de Araújo Silva, exercendo trabalhos como auxiliar de serviços gerais na escola.....	76
Foto 23 - Morador da comunidade Adriano de Araújo Silva, em seu trabalho como motorista.....	77
Foto 24 - Morador da comunidade Eder da Silva Araújo, exercendo trabalhos na construção civil.....	78
Foto 25 - Engenho Balancinho, lugar onde o morador Severino dos Santos Araújo trabalha.....	79
Foto 26 - Morador do Sítio Agrovila Ribeiro Novo Severino dos Santos Araújo trabalhando no engenho Balancinho no momento ele está regulando um pequeno sistema de irrigação.....	79
Foto 27 - Engenho Ribeiro Novo, local onde muitos moradores da comunidade rural trabalham inclusive um dos entrevistados.....	80
Foto 28 - Moradores do sítio Agrovila Ribeiro Novo, trabalhando no Engenho Ribeiro foto tirada durante o corte da cana.....	80
Foto 29 - Morador da Comunidade Severino Assis da Silva, em um de seus trabalhos como tratorista.....	81
Foto 30 - Casa sede do Engenho Balancinho, onde a moradora Elizângela Diniz dos Santos, exerce os trabalhos domésticos.....	82
Foto 31 - Moradora do Sítio Agrovila Ribeiro Novo Elizângela Diniz dos Santos, exercendo trabalhos domésticos.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
FETAG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura.
HA	Hectare.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
KM	Quilômetro.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
PROCANOR	Programa Especial de Apoio as População Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste.
STRs	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1	A PROLETARIZAÇÃO NO BRASIL	18
2.2	A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL NO NORDESTE.....	29
2.3	A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHADOR E RENDA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NA PARAÍBA.....	39
2.4	UM OLHAR SOBRE O SÍTIO AGOVILA RIBEIRO NOVO CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL TRABALHO E RENDA	46
2.5	RESULTADOS	51
3	ENTREVISTAS.....	66
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	85
	REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS.....	92
	APÊNDICE A – CARTAS DE SESSÃO UTILIZADAS DURANTE AS ENTREVISTA.....	93
	APÊNDICE B – FICHAS PREENCHIDAS PELOS ENTREVISTADOS COM SEUS DADOS PESSOAIS.....	106
	ANEXO A – INVENTÁRIO DA PROPRIEDADE UTILIZADO PARA SE CONSEGUIR ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE A ORIGEM DAS TERRAS ONDE HOJE SE LOCALIZA A COMUNIDADE ESTUDADA.....	119
	ANEXO B – O DOCUMENTO DE ESCRITURA DAS TERRAS UTILIZADO NA PESQUISA.....	121
	ANEXO C – ATA DA REUNIÃO ONDE FOI CRIADA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES RURAIS DE RIBEIRO NOVO.....	126
	ANEXO D – MAPA DE DIVISÃO DAS TERRAS DO ENGENHO BALANCINHO.....	127

1 INTRODUÇÃO

Os trabalhadores rurais que existem no Brasil hoje, são de grande importância para o cenário atual economicamente falando. Eles estão bastante presentes no cenário produtivo já que a economia brasileira ainda possui forte base agrária. E algo interessante e que precisa ser notado é a multiplicidade das profissões nas quais os moradores das comunidades rurais atuam hoje e como elas influenciam em sua vida por todos os ângulos. Visando retratar essa experiência e o significado das relações de trabalho e o trabalhador rural. Esse estudo tem como objetivo analisar e retratar experiências trabalhistas vividas pelas pessoas que residem em comunidades rurais, sob condição de assentados, mas vulnerabilizados pela proletarização. Visto que a cada dia vem aumentando a dinâmica trabalhista no meio rural, buscamos através desta pesquisa trazer com precisão como está ocorrendo essa diversidade laborativa e a maneira como ela contribui para dar melhores condições de vida e garantir a sobrevivência de muitas famílias, que se distribuem entre várias profissões nos meios rural e urbano.

Falar sobre a diversidade laborativa e a proletarização do trabalhador e as relações de trabalho, é algo interessante perante as reformas trabalhistas existentes atualmente no Brasil. As formas de trabalho existentes na sociedade estão diretamente ligadas a realidade de cada indivíduo, envolvendo sua classificação profissional, renda, tempo disponível para se dedicar a outras atividades, bem como para cuidar da saúde física e psicológica. Pensar as relações de trabalho ao longo do tempo, mostra o quanto elas evoluíram e são necessárias para conhecermos e entendermos os acontecimentos cotidianos e econômicos de diferentes sociedades e lugares do mundo.

As primeiras ideias e inquietações a respeito dessa temática, que mais adiante nos levaram ao desenvolvimento desse trabalho de pesquisa, surgiram nos ambientes acadêmico e no cotidiano. Desde criança, observando que as pessoas residentes no lugar onde moro, familiares e amigos de longas datas, sempre trabalhavam fora da comunidade e sempre ouvimos falar que trabalhavam nos engenhos ou em outros locais fora das extensões territoriais da comunidade, com também em outras cidades. Desde que nasci, moro na Comunidade Rural denominada Agrovila Ribeiro Novo junto com a minha família, pois é onde vivo até os

dias atuais, e para mim, é uma grande satisfação falar sobre este lugar e poder contribuir para que sua História não se perca.

Depois que passei a cursar História na UEPB e a ser bolsista do Núcleo de Documentação Histórica (NDH), interessei-me pelos estudos da história do trabalho. Assim, vi a possibilidade de trabalhar a realidade vivida pelos moradores da Agrovila Ribeiro Novo e seus respectivos trabalhos.

As relações de trabalho estão muito presentes na vida das pessoas em muitos lugares do Brasil e do mundo. Elas movem praticamente toda e qualquer economia monetária existente, e todos os anos fazendo o mercado, nas instâncias de produção, distribuição e consumo ajudam a movimentar os seres humanos a manterem, consumirem e sobreviverem. O trabalho na vida do homem exerce um papel primordial, visto que para a vida da maioria das pessoas, ele é a única fonte de sustento, seja para o trabalhador que precisa trabalhar para receber ou o patrão que necessita do trabalhador para conseguir lucros e fazer seus negócios progredirem.

Diante da realidade atual de sobrevivência das pessoas que residem nas comunidades rurais, algo importante de ser dito é que a criação de muitas comunidades rurais detém como objetivo dar as pessoas sem condições o fácil acesso à terra para que possam conseguir seu sustento com base na produção familiar, porém, atualmente o alto custo dos bens primordiais e a sobrevivência humana acabam por tornar os bens que os moradores dispõem insuficientes para lhes garantir uma boa vivência dentro dos limites de não passar dificuldades. Buscou-se reunir informações, materiais e analisar a História social do trabalho a partir de um estudo de caso em uma comunidade rural de Alagoinha-PB, com o objetivo de responder a seguinte problemática: Quais as condições sociais que levam trabalhadores rurais a um processo de proletarização, causando assim a diversidade trabalhista nas comunidades rurais?

No Brasil, as diversas formas das relações de trabalho existem desde período colonial, sendo iniciadas a partir do momento que surgiu a exploração do território pelos europeus através da utilização da mão de obra escrava, que segundo Wheling e Wheling (1999) é um dos eixos da economia colonial sendo os outros dois a dependência extrema e o latifúndio. Graças a essa desigualdade da terra existente desde períodos remotos, fez com que uma determinada quantidade de pessoas se submetessem a outra como sua única maneira de conseguir ganhos. Essa realidade vivida pelos trabalhadores no Brasil é algo que abrange diferentes setores e épocas

que convém a história social mostrar essa realidade e sua presença, embora abranja trabalhadores de diferentes lugares, ela acaba sendo associada a um grupo apenas, segundo Ferreira Filho:

A história social do trabalho vem se confundindo, em muitas ocasiões, com a história da classe operaria urbana. Apesar da significativa ampliação temática dessa linha de pesquisa, desde os anos 1980, 1- as relações de trabalho no campo configuram, para a maior parte da academia, horizontes timidamente atingidos. Os estudos acerca dos trabalhadores rurais, pós-abolição, 2 – suas formas de resistência no trabalho e na Justiça, condições de vida e saúde – são ainda uma temática pouco frequentada pela História Social. (FERREIRA FILHO, 2012, p. 124).

A História social quando construída, deve ser pensada para retratar os meios sociais, porém, ela acaba muito associada e adequada a realidade dos trabalhadores urbanos, deixando de certa forma a trajetória da classe trabalhadora rural isolada e escondida. Por isso, não podemos deixar de notar que este grupo social também possui uma rica história de lutas, e que é de suma importância ser trazida para que as trajetórias trabalhistas juntas possam formar um importante arsenal e compor a história do trabalho, não importa a sua origem, seja ela no meio urbano ou rural.

Visando uma melhor abordagem a respeito da temática, a Revisão de Literatura presente neste trabalho está estruturada em 4 (quatro) partes e seguem uma lógica que busca detalhar um panorama a respeito da proletarização e diversidade trabalhista no Brasil, sendo a primeira delas chamada A Proletarização no Brasil e traz um recorte histórico sobre as relações de trabalho em nosso país. Falando também sobre o proletariado e o trabalhador rural no Brasil, retratando o período desde quando eles surgiram e como foi ocorrendo sua trajetória, bem como sua atuação e conquista dos seus direitos e a forma que o fenômeno da proletarização chegou ao ambiente rural após o processo de capitalização do campo vivido nas comunidades rurais de algumas regiões do país.

A segunda é intitulada: A Proletarização do Trabalhador Rural no Nordeste, e faz um regate sobre as questões que envolvem a luta pela terra nessa região e como a economia monocultora concentrada nesta região influencia até os dias atuais na má repartição territorial, estando associada a vivência do atual morador rural e como nos Estados dessa região existem a grande presença dos assentamentos rurais e a proletarização e a diversidade trabalhista vivida nos mesmos.

A Terceira está nomeada: A Proletarização do Trabalhador e Renda nos Assentamentos Rurais na Paraíba. Ela trata sobre questões territoriais na Paraíba, Estado este que enfrenta conflitos desde os seus primórdios e muitos existem ainda

hoje, no meio rural. E o processo de proletarização dos trabalhadores com destaque para alguns municípios que possuem comunidades rurais e como funciona a questão da distribuição da renda. E situando pôr fim, a cidade de Alagoinha onde se localiza a comunidade alvo da pesquisa.

A quarta parte chama-se: Um Olhar Sobre Sítio Agrovila Ribeiro Novo: Caracterização Local do Trabalho e Renda. Nela estão todas informações conseguidas ao longo da pesquisa para a sua elaboração. Foi feita uma análise documental, sendo esta outra fase da pesquisa bastante interessante, visto que, graças a isso conseguimos resgatar informações sobre algumas décadas anteriores à formação do assentamento, quanto a pesquisa documental. Segundo alguns estudiosos: Assim, pode-se dizer que “A pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno”. (KRIPKA, SCHELLER e BONOTTO, 2015, p. 244). Os registros documentais trouxeram para este trabalho novas dimensões a respeito do surgimento do lugar pesquisado

Contando ainda com a observação da pesquisadora, pois a mesma está em contato direto com o local pesquisado e o sujeito da pesquisa. Sentimos a importância dos fundamentos teóricos e metodológicos para o trabalho de campo. Embora tenha envolvido a pesquisa em diferentes fontes, a principal delas foi a entrevista feita com algumas pessoas que moram no Sítio Agrovila Ribeiro Novo.

A comunidade pesquisada chama-se Agrovila Ribeiro Novo e está situada na zona rural do município de Alagoinha PB. Possui um total de 122 (cento e vinte e duas) pessoas, divididas em 35 (trinta e cinco) famílias, e 46 (quarenta e seis) casas, e possui uma área territorial de 88 ha de terra. Fizemos entrevistas com diversos agentes envolvidos no processo desde o idealizador do projeto, que reside no município de Alagoa Grande- PB e com alguns trabalhadores profissionais que atuam em diferentes áreas e possuem em comum moradia na mesma localidade até outras qualidades descobertas com o desenvolvimento da pesquisa. Alguns entrevistados vivem lá desde a fundação do local e outros nasceram ou vieram morar na localidade anos depois.

Dessa maneira a pesquisa foi desenvolvida no lugar, que moramos. Lugar este que conheço há anos e faz parte do meu cotidiano, bem como tudo que o compõe. E também para darmos relevância a problematizações presentes em lugares como estes, podem trazer para a História novos fatos ocultos aos olhos dos trabalhos

historiográficos. Ainda é interessante lembrar que essas relações de trabalho entre os moradores do Sítio Agrovila Ribeiro Novo e os donos dos engenhos por exemplo, acontecem desde os primeiros moradores da comunidade até hoje, estando presente entre as profissões exercidas pelos moradores locais, o cenário trabalhista manual da comunidade.

Embora com a proximidade que possui com o local e com os contribuintes da pesquisa, e seja acostumada com essa realidade através das leituras feitas a respeito da temática a ser pesquisada por nós, pudemos ver a importância desse fenômeno também recorrente no lugar onde vive, e para conseguir aproveitar o máximo problematizar esta realidade, foi assumida pela autora uma postura acadêmica com linguagem formal, buscando trazer para o leitor uma melhor compreensão da realidade dos entrevistados através de um olhar que vai além do cotidiano da mesma, como moradora local.

E também é importante salientar que, quão relevante é se pensar a respeito dessa realidade do trabalhador rural e da influência exercida por essas relações de trabalho na vida de cada um, pois foi através delas que muitos pais de família criaram seus filhos e depois os filhos passaram a fazer o mesmo trabalho, sendo exercidas desde a década de 1980 até o corrente ano, pois o trabalho de pesquisa não acaba por aqui por ser algo contínuo, e que se reestabelece ano após ano, onde o trabalho faz parte do cotidiano dessas pessoas desde o seu nascimento.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A PROLETARIZAÇÃO NO BRASIL

Os estudos da História no trabalho mostram cada vez mais a participação do trabalhador na História do Brasil, bem como a sua proletarização. Deteremos a nossa análise neste estudo, sobretudo, no meio rural. Diante da importância desse fenômeno, traremos nessa parte do trabalho uma discussão sobre a importância das relações de trabalho no ambiente rural e como elas foram se estabelecendo ao longo do tempo principalmente nas décadas de 1980 e 1990 do século XX. Procuramos também contextualizar como se encontrava a realidade dos trabalhadores rurais proletarizados nas décadas finais do século XX e nas primeiras do XXI, bem como

sua relação com os meios de produção, e principalmente com a terra, pois a presença desta em seu cotidiano é necessária e vai além do trabalho na propriedade privada, chega até o local onde vive, embora nem sempre possua a mesma como sua propriedade. Ela é essencial para a vida e sobrevivência do trabalhador rural.

A proletarização do trabalhador tem raízes antigas na história do trabalho, que remonta o cenário das primeiras relações do meio econômico capitalista no Brasil e em vários lugares do mundo, e envolve trabalhadores urbanos e rurais. É muito importante se pensar historicamente na proletarização e em suas qualidades, pois sendo um processo que envolve lucro em cima da força de trabalho a ser vendida pelo trabalhador e comprada pelo patrão, baseado em Karl Marx, Sell aponta que: “Só existem proprietários porque há uma massa de despossuídos cuja única propriedade é sua força de trabalho, disposto a vende-la para assegurar sua sobrevivência” (SELL, 2010, p 115).

Essas relações entre capital e trabalho eclodiram de acordo com o desenvolvimento da sociedade capitalista burguesa diante das Revoluções Industrial e Francesa, Proni (1997). Dessa maneira passou a moldar as diferentes relações de cunho social vividas pelo ser humano para com os demais meios, principalmente no econômico. Assim, é muito importante se pensar historicamente a proletarização e suas qualidades, pois é um processo que envolve diferentes manifestações de resistência ao longo do tempo.

Historicamente, o processo de proletarização foi acompanhado de um processo de resistência, ao nível social e individual, marcado por roubos, mendicâncias, movimentos, revoluções, emigrações, vagabundagem, destruição e máquinas etc. Este foi, o registro, nas diversas partes do mundo, em diferentes momentos, em diferentes momentos das lutas dos despossuídos frente ao capital. (FERRANTE e SILVA, 1988, p. 33.).

Ainda sobre as questões iniciais a respeito da proletarização do trabalhador, o conceito de relações capitalista de produção, remete sobretudo, a forma de relação que o trabalhador possui com os meios de produção da economia capitalista. Nesse contexto: “ As relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, excerto de sua própria força de trabalho” (OLIVEIRA, 2007, p. 36). Essas relações com os meios de produção são essenciais para se entender a evolução da maneira como as pessoas exercem o trabalho, e principalmente, o fenômeno da proletarização em que o trabalhador já não possui um dos principais meios de produção e trabalho: a terra.

Logo, falar sobre proletarização remete a um importante componente desse fenômeno, o proletário que por sua vez é produto das relações capitalistas de produção, e pertence à classe trabalhadora, indivíduo este definido por Ferreira como: “Homem que trabalha em ofício ou profissão manual ou mecânica, em troca de salário, e dele vive” (FERREIRA, 2000, p. 561). Ele é produto do processo que trarei a seguir que foi a proletarização, que remete a forte relação existente entre capital e trabalho. Sendo essa uma realidade comum e faz parte do cotidiano de pessoas, que se submetem as relações de trabalho, perdendo sua autonomia, e têm nelas sua única fonte de sustento. Dessa maneira passou a moldar as diferentes relações vividas pelo ser humano para com os demais meios, principalmente no econômico.

O Brasil é um país com uma enorme extensão territorial e isso permite que, um mesmo fenômeno se manifeste de variadas formas nas diferentes regiões e estados brasileiros. Sendo assim é necessário retratar um pouco do fenômeno da proletarização do trabalhador rural que se encontra situado em muitas partes do território de nosso país, mas ocorrendo de formas variadas em cada local, levando em consideração o amplo setor econômico agrário que se estende pelo ambiente rural do Brasil. No nosso estudo de caso, levaremos em consideração o fenômeno da proletarização do assentado, que é uma realidade encontrada a muitos assentamentos por todo o país. Pois, os trabalhadores rurais são de extrema importância e movem a economia brasileira, principalmente no setor agrário responsável por uma grande parcela da produção de alimentos e matéria prima na fabricação de outros bens de consumo material.

As relações de trabalho do meio rural são bastante comuns no Brasil e estão de mãos dadas com as lutas por acesso às terras, que existem por aqui há muito tempo, desde o surgimento das primeiras propriedades latifundiárias ainda no período colonial. Estas exigiam mão de obra para se manterem em funcionamento e conseguir gerar lucros e produtos para as exportações. E ao longo do tempo as relações de trabalho presentes nos diversos ambientes inclusive no agrário foram evoluindo, e as atividades antes feitas pelos escravos passaram a ser exercidas por trabalhadores livres. Essa transformação na realidade trabalhista brasileira, afetou diretamente o cotidiano das relações de trabalho nos ambientes urbano e principalmente no rural.

No Brasil, a polêmica sobre a questão da propriedade da terra esteve sempre em pauta, principalmente porque ela envolve não só uma questão econômico-político, mas também uma relação social caracterizada pelo mando/subserviência, pela escravidão/sujeição, uma das marcas culturais de

nossa sociedade rural, ainda não totalmente superada. (ANDRADE, 1997, p 1).

A questão da luta pela posse da terra e o poder estabelecido por ela é algo que até hoje molda as principais lutas e relações de produção do meio rural brasileiro. Herdada de um sistema escravocrata de poder para uns e submissão para outros. A divisão irregular dos bens relacionados a terra traz para o mundo e a vida do trabalhador desvantagens para o mesmo no exercício de determinadas funções. Sendo o trabalhador rural quem mais sofre com esse fator transformando-se em protagonista de uma constante luta por direitos para sua categoria.

Até os dias atuais o trabalhador rural continua sendo o principal funcionário do latifúndio, mesmo com a evolução tecnológica que aconteceu na agricultura nos últimos anos, ele é um importante componente na economia do setor agrário em propriedades como: fazendas, plantações, usinas e engenhos remanescentes. Sendo estes trabalhadores, mais conhecidos através de diferentes nomenclaturas, dependendo da forma de relação estabelecida na propriedade rural, que ao longo do tempo compõem as diferentes realidades enfrentadas pelo trabalhador rural, como ressalta Andrade

Os trabalhadores assalariados também denominados em certas áreas "trabalhadores do eito", "cassacos", e "eiteros" constituem a imensa maioria dos trabalhadores rurais da área açucareira. Conforme a sua maior fixação a terra e dependência ao proprietário, podem ser agrupados em três categorias: os moradores que residem na propriedade onde trabalham; os trabalhadores "de fora", que vivem nas cidades, vilas e povoações da zona, constituindo a maioria de população das mesmas; e os "corumbás" ou "catingueiros" que residem no agreste e sertão, mas se deslocam todos os anos para a zona canavieira durante a safra, afim de participar da colheita. Fazem, assim, uma migração sazonal, uma vez que com as primeiras chuvas voltam para a sua terra. (ANDRADE, 2005, p. 127).

A proletarização encontrada no mundo rural se dá principalmente com a chegada do capital e da modernidade, que traz consigo a intensificação das relações de trabalho baseadas na venda e troca da força de trabalho humana para os latifúndios pelo dinheiro. Devido a ampliação dos setores agrícolas que se tornaram modernizados, o trabalhador antes residente no meio rural passa a retornar ao campo como trabalhador assalariado, mas não como dono da terra. De acordo com essa reflexão:

O resultado da modernização do setor é uma concentração de terras ainda mais ampla e a transferência para a periferia da capital, ou dos municípios maiores, de um contingente de trabalhadores sem qualificação. Voltam ao campo para a colheita e juntam-se aos que vêm do sertão na época da seca, com trabalho provisório, como boias-frias. (TENÓRIO, 2011, p. 22).

Essa nova realidade do setor rural brasileiro trouxe mudanças na vida dos trabalhadores habitantes desse ambiente agrário. O trabalhador que de início trabalhava e produzia apenas visando sua sobrevivência, se torna submisso do capital e das relações de assalariamento. O salário recebido que passa a suprir suas novas e aparentes necessidades de consumo, Correia (2017), necessidades as quais o trabalho do campo sozinho já não dá conta.

Ou simplesmente as pessoas que não possuem terras para poder trabalhar, sendo este fator consequência de uma divisão desigual das terras que está presente no Brasil desde os seus primórdios e é uma das maiores causas a proletarização dos moradores rurais, sendo esta uma forma de sobrevivência e resistência para que essas pessoas possam manterem-se no ambiente rural.

A concentração de terras não permite ao trabalhador rural o acesso integral a terra como fala Andrade: “A tendência à concentração fundiária no Brasil foi sempre uma das marcas fundamentais da organização econômico social, o que trouxe sérias consequências em termos de desenvolvimento rural para o país, uma vez, que produziu também a concentração de miséria e riqueza”. (ANDRADE, 1997, p. 110). Essa grande diferença estabelecida pela má distribuição e a industrialização do campo tornou possível para o proprietário produzir mais, a começar pelo aumento dos plantios que ocasionou um forte processo de expropriação das populações rurais, que não tinham terras própria causando a extrema pobreza e fome vivida por essas populações os levando a vender o que lhes restou a força de trabalho como ressalta Martins.

Os trabalhadores Expropriados são livres para vender o que lhes resta sua força de trabalho, a quem precise comprá-la, quem tem as ferramentas e os materiais, mas não tem o trabalho. São iguais ao capitalista, ao patrão, no sentido de que um vende e o outro compra a força de trabalho, um trabalha e o outro paga um salário pelo trabalho. (MARTINS, 1981, p. 152-153).

Os trabalhadores produzem para outra pessoa, o patrão e eles nem sempre têm acesso ao que eles mesmos produzem como consumidores, segundo Moura: “Não obstante, o fenômeno da pobreza rural aparece como um paradoxo social, pois nestes casos os seres humanos vivenciam a fome em meio à abundância da produção de alimentos, tendo em vista a indisponibilidade dos meios produtivos e/ou financeiros para obtê-los”. (MOURA, 2006, p. 4). Vivenciando no campo essa realidade precária de sobrevivência as famílias dos trabalhadores rurais que foram obrigadas a se locomover para as cidades ou lutar para conseguir a terra e continuar no campo

fazendo então surgir os acampamentos e assentamentos nos estados brasileiros perante o cenário de redemocratização no final do século XX. Silva et. al, completa falando sobre as transformações do espaço agrário brasileiro que segundo os autores:

Nos últimos trinta anos o espaço agrário brasileiro vem sofrendo intensas transformações, em particular uma que vem imprimindo modificações substanciais na paisagem que historicamente vinha sendo dominada pelo latifúndio, são a criação dos assentamentos rurais. Essa realidade tem sido vivenciada, sobretudo a partir do final da década de 1980 com a redemocratização do país e o surgimento e\ou fortalecimento de movimentos sociais, em especial o MST. (SILVA et al, 2005, p.1).

Estes mesmos autores retratam ainda o contexto do surgimento dos assentamentos e como a capitalização do campo e a exploração do trabalhador rural está fortemente enlaçada com os movimentos de luta pela terra no cenário rural do Brasil. “[...] no Brasil, os assentamentos rurais surgem no contexto da intensificação do processo de expropriação dos trabalhadores rurais de suas terras pelo avanço do capital no campo, formando uma massa de trabalhadores sem-terra, que se organizam e reivindicam o direito de voltar à terra” (SILVA et al, 2005, p.1)

Os assentamentos são comunidades muito presentes no Brasil atual. “Dessa maneira, os Assentamentos representam um fato recente no processo de luta pela democratização do acesso à terra no Brasil, que está presente em todas as Regiões” (FERNANDES, 2009 p, 22). Geralmente são iniciadas pela alternativa de adoção e apoio da reforma agrária. E abrigam famílias que antes não possuíam terras próprias em sua posse. Sendo o apoio de movimentos sociais, ou projetos de entidades do governo como a EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, ou a desocupação de terras destinadas a obras do governo que promovem o surgimento dessas comunidades rurais que produzem através da agricultura familiar.

E algo característico e que deve ser notado é que seus habitantes são proletarizados pelas relações de trabalho as quais se submetem, demonstrando sua importância para o setor econômico agrário, tanto das pequenas produções familiares, quanto em grandes propriedades. Não podemos deixar de notar que nos assentamentos há também a presença da pequena produção familiar, pois embora proletarizados, os trabalhadores dividem suas atividades entre o lote e a propriedade do patrão, e principalmente as causas dessa proletarização, que podem ser diversas e envolver diferentes fenômenos diretamente ligados a relação do trabalhador rural com a terra mesmo quando esta se encontra em sua propriedade. As causas podem

ser climáticas, falta de condições monetárias ou de assistência e incentivo pelo governo entre outros fatores

A proletarização do trabalhador rural, é uma realidade encontrada a muitos assentamentos do Brasil. O assentado devido, sobretudo, a fatores como clima ou a falta de condições monetárias para investir na terra, entre outros problemas como os falados anteriormente, podem ser grandes empecilhos para a produção agrícola familiar no lote de terra no assentamento. Juntando estes fatores com as condições econômicas e o acesso limitados ao mercado de consumo e produtos de qualidade que exigem um auto preço a pagar, acabam por tornar a renda do pequeno produtor limitada e insuficiente, levando os assentados a irem buscar trabalho nas propriedades rurais, entre elas engenhos, fazendas e usinas, ou nas cidades grandes, sendo estas perto ou longe de suas residências. Conforme esta reflexão:

O pequeno agricultor não consegue viver apenas da agricultura e busca complementar sua renda, seja no campo ou na cidade. Em busca de trabalho migram de um lugar para outro, ou desenvolvem mais de uma atividade, transitando cotidianamente entre campo e cidade. Os debates sobre a relação entre campo e cidade e a viabilidade da pequena produção agrícola unem-se e encontram sua síntese no trabalho. (REGO e VENDRAMINI, 2012, p.8).

A migração é mais que uma característica, é também uma qualidade da proletarização no caso de trabalhadores que para trabalhar, precisam se locomover longas distâncias para as grandes cidades e latifúndios. É importante perceber que nos assentamentos o apego a terra também é uma questão que remete a proletarização diferente da concepção de Rego e Vendramini citada acima, mostrando que o tamanho do lote insuficiente acaba por fazer com que os jovens desapeguem da terra. Sendo outro fator notado como norteador da proletarização dos moradores, e a questão do conhecimento em lidar com a terra e tirar seu sustento da produção que conseguir com o uso da mesma. E pela facilidade em lidar com alguns ofícios de outras profissões, acabam optando por ir trabalhar fora e procurar os grandes centros, isso é retratado em um assentamento no estado de São Paulo, que segundo D' Icao:

Entretanto, a observação desses trabalhadores em situação de assentamento revelou a existência de diferenças significativas no conhecimento dos mesmos em relação ao cultivo da terra. Essas diferenças parecem se explicar pelas suas trajetórias individuais nesse processo mais geral de proletarização e de incorporação progressiva das regras da vida urbana. Assim, alguns deixaram seus locais de origem para trabalhar como parceiros ou arrendatários nas regiões frente de expansão do capitalismo agrário dos anos 50 e 60. Estes tiveram uma experiência como pequenos agricultores na região sudeste do país - estados de São Paulo e Paraná. (D' INCAO, 1992, p, 58).

Para a vida do trabalhador rural com uma terra que seja propriedade sua, é essencial que o mesmo possua a familiaridade em lidar com a mesma. Para conseguir retirar alguma produção do lote é necessário ao trabalhador tempo dedicação e precisão nos trabalhos para com a terra. Para bem ou para o mal, com o passar do tempo em alguns locais, as novas gerações estão deixando de lado essa cultura de cuidar da terra com as próprias mãos, o que infelizmente não é um caso isolado e está de certa forma fazendo uma cultura milenar, diminuir. Dessa maneira os filhos dos assentados que antes trabalhavam ainda crianças no campo, estão crescendo simplesmente sem saber o que é um roçado, ou quando vão ajudar na produção familiar, passam apenas parte da vida e conforme crescem, muitos jovens começam a se dedicar aos estudos ou buscam trabalhar fora, procurando um retorno monetário rápido e preciso que seja garantido mensalmente, quinzenalmente ou semanalmente.

Na proletarização do trabalhador rural, nos estados brasileiros ainda podem ser notadas algumas semelhanças e diferenças no que se trata da realidade dos trabalhadores rurais, que residem em assentamentos e comunidades rurais, a começar pela vida dos trabalhadores antes de se tornarem assentados, como eles se mantinham antes de ser titulados nos cadastros da reforma agrária.

Moura que fala sobre isso, referindo-se a um assentamento localizado no Município de Serraria no Estado do Paraná, através de dados percentuais mostra as atividades exercidas por eles anteriormente a vida de assentado, da maneira como sua renda era conseguida, e pode ser visto que os trabalhadores vêm de diferentes relações de produção, inclusive de assalariados, dessa maneira é possível notar a grande variedade quanto a essas atividades. Segundo Moura, as atividades exercidas eram:

Quanto ao tipo de trabalho que desenvolviam na última moradia, uma parcela dessas famílias eram arrendatários (31,6%), outras trabalhavam como empregados da fazenda (26,3%), alguns nos relataram que eram acostumados a trabalhar como boias-frias (21,1%), enquanto outros eram porcentageiros (10,5%). Encontramos casos de famílias (10,5%) que eram proprietários antes de morar no assentamento. (MOURA, 2001, p. 65).

Essa realidade bem parecida é retratada em um assentamento no Estado de São Paulo, que se chama Porto Feliz, com relação as pessoas que se tornaram assentadas. Neste lugar que segundo D' Incao elas já vêm de relações de trabalho e possuem algumas qualificações no meio profissional, devido já terem trabalhado, sobretudo, nas cidades da região e próximas, trazendo mais uma vez essa relação entre o assalariado e as comunidades rurais. Nota-se dessa forma como é comum

entre as pessoas assentadas, serem ou já terem sido trabalhadores que buscam a posse da terra e junto com elas, certa autonomia. Com relação ao assentamento Campo Feliz D' Icao ressalta.

Diferentemente do que se supunha, os trabalhadores do Assentamento de Porto Feliz mais urbanos do que rurais. Operários não qualificados da construção civil - serventes de pedreiro - ou da indústria - faxineiros, vigias etc. - formaram a maior parte do grupo. Alguns poucos eram operários mais qualificados - pedreiros, motoristas e apenas quatro trabalhavam junto a empresa agrícola: um parceiro, um arrendatário e dois diaristas, residentes na cidade. Com exceção de um, entretanto, todos sic) de origem rural. (D' INCAO, 1992, p, 57).

Na formação referente as pessoas do assentamento citado acima, pode ser percebida certa heterogeneidade deste público formador, pois há pessoas que exerciam diferentes ofícios, que se encontrariam numa singular comunidade que abrigaria a todos assim ao mesmo tempo, não deixaria de ser diversa. Sem falar também na presença não só de trabalhadores rurais, mas também de urbanos, que também se encontraram num tempo passado, presos as relações de trabalho no meio urbano.

Outra realidade encontrada nos assentamentos sobre as relações de trabalho, é trazida por Moura (2001), falando ainda sobre o assentamento do Paraná, mostrando a realidade das novas gerações, no caso dos filhos muitas vezes não mantém a produção na agricultura ou as condições não são favoráveis quanto a sua sobrevivência junto as famílias, que vivem nos lotes dos assentamentos rurais. Conforme Moura:

À medida que os filhos vão crescendo, exercem o papel de força de trabalho num período não muito longo pois, geralmente o número de membros da família é muito maior do que a capacidade que o lote possui para mantê-los. Assim, ao atingir "vinte e poucos anos" há a tendência a abandonar o lote e proletarizar-se, pois, buscam no meio urbano a condição de sobrevivência. (MOURA, 2001, p. 67).

De acordo com Moura a terra insuficiente pode ser um fator relevante quanto a proletarização do trabalhador. Embora atualmente seja difícil de se encontrar ainda existem famílias numerosas, e isso se tratando dos assentamentos, pode tornar o lote de terra dependendo da quantidade de hectares, pequeno para muitos trabalharem, sendo assim por causa do trabalho insuficiente a alternativa se torna procurar outras maneiras de se conseguir o sustento.

Arbarotti e Martins mostram que no assentamento Reunidas no município de Promissão/SP o fator que leva os jovens a se proletarizarem nas cidades já não se trata da falta de trabalho como mencionou Moura (2001) anteriormente, mas sim a

renda certa, garantida pelo salário recebido no trabalho, no caso a proletarização, pois pode ser uma complementação da renda em que os autores citam no texto a situação de um assentado, que divide os afazeres entre o lote e o trabalho, o que é algo bastante comum. Principalmente após a capitalização da mão de obra rural, os autores a seguir mostram que com o passar dos anos, as gerações se tornam cada vez mais apegadas a relações de trabalho em lugares que vão além do lote e da terra. Sobre a transformação e capitalização do trabalho exercido pelas novas gerações de trabalhadores rurais assentados, Arbarotti e Martins falam:

Como a possibilidade de os sujeitos da segunda geração terem dinheiro como capital para realizarem investimento não é uma realidade para a grande maioria, principalmente pela falta de orientação técnica e burocratização do financiamento público, muitos partem em busca do acesso ao dinheiro com trabalhos na cidade. Este é o caso do próprio Cláudio que, em razão das dificuldades de acesso a financiamento para investimento no lote, acabou por dividir seu tempo de trabalho entre o lote e a função de pedreiro na cidade de Promissão[...]. (ARBAROTTI; MARTINS, ano, p. 22).

Sobre o trabalhador é importante frisar, que mesmo antes da abolição da escravidão, o cenário trabalhista já vinha ganhando novos componentes, inclusive com a chegada de imigrantes europeus, que já traziam consigo uma carga de lutas do mundo trabalhista, que nos anos pós abolição tornaram os primeiros trinta anos de nossa república essenciais para o desenrolar da História e das lutas trabalhistas. Porém, o mais retratado e favorecido com as primeiras mudanças na vida do trabalhador foi o operariado urbano.

É possível notar as diferenças do estabelecimento dos direitos para com o trabalhador rural e que o mesmo foi denominado com a ideia de indivíduo possuidor de direitos na sociedade já depois da primeira metade do século XX, como ressalta Fernandes:

Até os anos 1960, os trabalhadores rurais não existiam socialmente. Não havia nenhuma legislação específica, realidade que se reproduz até a existência dos Movimentos e organização política dos trabalhadores rurais de forma mais efetiva (FERNANDES, 2009, p. 7).

Embora eles já existissem como uma categoria de trabalhadores exercendo as suas funções, infelizmente não possuíam direito nenhum. Portanto, nesse processo de proletarização e assalariamento do trabalhador rural, algo interessante é notarmos o surgimento dos direitos desse trabalhador e a diferenças de anos com relação aos direitos dos trabalhadores urbanos e o período no qual foram colocados em vigor e mais tarde será que realmente são cumpridos ou são mais direitos que infelizmente os trabalhadores não tem acesso, por falta de conhecimento, ou por patrões que

simplesmente não adotam as normas corretas dentro de uma relação de trabalho para cortar gastos? Os direitos voltados para realidade do trabalhador só foram conquistados muitos anos após a Consolidação das Leis de Trabalho (CTL), e assim foram a garantia de melhorias na vida desses indivíduos. Mas infelizmente as melhoras não puderam ser mais efetivas, devido ao descaso dos patrões para com os direitos do trabalhador rural nas relações de trabalho existente até os dias atuais. Com relação aos direitos do trabalhador rural Ferreira Filho afirma:

Direito e Justiça do Trabalho para os assalariados rurais são recentes no Brasil. Da abolição da escravidão aos anos 1960, tais trabalhadores permaneceram legalmente invisíveis. A conquista dos direitos trabalhistas foi singular para os "proletários rurais". Em primeiro lugar, sua exclusão expressa dos benefícios prescritos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Depois, o atraso em vinte anos para a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em 1963. (FERREIRA FILHO, 2012, p. 126).

Entre estas lutas dos trabalhadores rurais por direitos e pela terra é muito importante notarmos na região nordeste a atuação dos Movimento Sociais do Campo em prol da Reforma Agrária, principalmente das Ligas Camponesas presentes em diferentes estados desta região exercendo assim uma forte presença durante e a maneira como nas décadas de 1960 e 1970 entraram na clandestinidade sufocadas pelo período ditatorial no Brasil, retornando as atuações em 1980 conforme ressaltam Miranda e Fiúza:

Os movimentos sociais rurais no Brasil tiveram grande proeminência na década de 1950 com as Ligas Camponesas, notadamente no Nordeste, caíram na clandestinidade nos anos 1960 e 1970 e, nos anos 1980, voltaram a se manifestar, contando, sobremaneira, com a atuação da igreja católica e de partidos de esquerda, como o PT (Partido dos Trabalhadores). (MIRANDA e FIÚZA, 2017, p. 125)

Estudar a proletarização do trabalhador seja no meio urbano ou rural, é muito importante para que possa ser compreendido melhor esse elo da economia brasileira, e a realidade de muitos trabalhadores do meio rural que exercem funções e que fazem parte da história econômica do Brasil. E poucos brasileiros sabem do protagonismo dessas pessoas ao longo do tempo, razão pela qual se faz necessário novas pesquisas e debates sobre a experiência de vida deste trabalhador.

2.2 A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL NO NORDESTE

O Nordeste é uma região do Brasil que embora se caracterize como subdesenvolvida, é uma importante parte do território brasileiro, especialmente para a produção agrícola do nacional. A agricultura dessa região vai desde o latifúndio até a agricultura de subsistência. Destacando-se pela produção secular de açúcar e outros gêneros agrícolas, que se distribuem pelos estados de acordo com a localização e clima dos mesmos, e juntos trazem uma grande diversidade de culturas produzidas por toda região que abastecem os setores da economia brasileira. Sobre os produtos agrícolas produzidos no Nordeste, pode se dizer que:

A cana-de-açúcar é o principal produto agrícola da região, com lavouras Concentradas principalmente em Alagoas, Pernambuco e Paraíba (nessa ordem), sendo também importantes os plantios de algodão (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte), de soja (Bahia, Maranhão), milho, tabaco (Bahia), caju, uva, manga, melão e outros frutos para consumo interno e exportação. Nos vales do rio São Francisco (Bahia) e do Açu (Rio Grande do Norte) existe o cultivo irrigado de frutas para exportação. No sertão predomina a agricultura de subsistência, às vezes prejudicada pelas estiagens. (CASTRO, 2012, p. 7).

O uso da terra no Brasil é um assunto que se enlaça com diferentes fatos e épocas, que desde o período colonial se fazem presentes, a começar pelo latifúndio. “A Coroa então destinava enormes extensões de terra, as sesmarias, a donatários que, em sua quase totalidade, eram membros da nobreza portuguesa ou prestadores de serviço à Coroa. Assim, a estrutura fundiária do país inicia-se sob condições de grande propriedade rural, no caso, o latifúndio”. (CARVALHO, 2007, p. 17)

As terras eram entregues para ser governadas a pessoas que possuíam méritos aos olhos da coroa, no caso dos donatários. Dentro do sistema de capitânicas, havia também o sistema de sesmaria, uma espécie de subdivisão das terras coloniais feita pelos donatários que tinham o comprometimento de distribuir as terras, como falam Silva, Aquino e Silva sobre a divisão das terras no Brasil. “Dividir o Brasil em grandes lotes de terras (as capitânicas hereditárias), para que fossem doados aos nobres, em forma de concessão de uso, foi o marco inicial da grande propriedade. Posteriormente, esses donatários, como eram chamados os donos das capitânicas, subdividiram seus lotes de terras em sesmarias, aumentando ainda mais a concentração das terras brasileiras. (SILVA, AQUINO E SILVA, 2014, p.55).

A propriedade do colono estava incluída dentro das terras do donatário, embora o sistema não pregasse a alta concentração de terras, visando seu maior

aproveitamento. Ao receber a sesmaria o colono deveria ter condições de investir para que a terra produzisse, pois, a posse da terra não era a garantia de lucro imediato, porque antes deveria se investir na mesma para obter os recursos que limitava a posse das terras a um determinado público, pois. “[...] havia a obrigação por parte do sesmeiro de organizar a produção na sua parcela de terra dentro de um determinado prazo, sob o risco de perdê-la caso não cumprisse tal obrigação. Desse modo, mais uma vez a questão de possuir recursos aparecia como uma qualidade necessária para a obtenção de uma sesmaria, uma vez que, o que se pretendia era desenvolver a produção ” (PEREIRA, 2011, p.10). Visando a organização da produção eram necessários recursos para o cumprimento do compromisso que cumprido garantia ao sesmeiro continuar com a posse da terra. E para receber a terra os colonos deveriam ser cristãos Nosoe (2006), deixando claro a alta influência da igreja até nos setores econômicos no século XVI.

A produção monocultora, também pode denominar a má distribuição da terra a partir do momento que surgiram as primeiras propriedades rurais no período colonial, depois foram praticamente legalizadas com a Lei terras (1850), durante o Império, Silva, Aquino e Silva (2014). A concentração da terra nas mãos de um pequeno grupo que terá influência e poder trazidos pela posse terra que agora possui um valor aquisitivo aderido por lei. Segundo Gassem:

Posto isto de forma sumária, como a terra, por força da Lei, 601, Artigo 1º, transforma-se “juridicamente” em mercadoria, vamos ver a importância que possui o artigo 11, desta mesma lei, que afirma que os posseiros serão obrigados a tirar títulos das terras para que possam vir a aliená-las, ou hipotecá-las. A hipoteca de bens imóveis rurais, enquanto instituição jurídica, confere à terra um caráter capitalista. É mais um passo na consolidação do modo de produção capitalista na sociedade brasileira do século XIX. (GASSEM, 1994, p. 201-202).

O progresso econômico da região Nordeste do período colonial influenciou durante muito tempo a produção agrícola nacional, que continuam durante o século XX como forte produtora de cana de açúcar e algodão destinados à exportação sobre as quais estavam estabelecidas a maioria das riquezas das oligarquias brasileiras e nordestinas bastante atuantes na política local. O território onde atualmente se encontra o Nordeste. Essa dimensão da concentração agrária assim foi abordada por Santos e Moreira quanto a essa região:

Por ter sido o território, hoje denominado de Nordeste, a parte da colônia portuguesa onde se implantaram inicialmente monoculturas de cana-de-açúcar e posteriormente de fumo, algodão e pastagens, é que propiciou uma maior concentração de terras nas mãos de poucas pessoas e um maior enraizamento do latifúndio, que acabou por impedir uma melhor repartição da

terra, bem essencial para a reprodução da vida. (FIALHO; SANTOS E MOREIRA, 2010, p. 4).

Com o passar do século XX, essa realidade não se alterou muito, pois com a modernização do setor campestre as plantações se ampliaram, tornando a terra ainda mais concentrada nas mãos de um pequeno grupo. Por volta da década de 50, não pode ser esquecida a importância das lutas sociais, sobretudo, nos meios urbanos e rurais, que aconteceram durante um espaço de tempo de constantes transformações no cenário econômico brasileiro marcado pelo processo de industrialização, que no mundo rural tem como consequência a expulsão de pessoas das terras onde moravam, Brumer (2009) sendo este o caso de muitos trabalhadores do campo, que futuramente serão os principais protagonistas dos processos de criação das comunidades rurais, iniciado no final do século XX, por volta da década de 1960 e 1970, quando se iniciam os movimentos sociais que passam a atuar na Reforma Agrária e que apesar da clandestinidade e repressão durante a Ditadura Militar, acontecendo a morte e a tortura de líderes e pessoas atuantes, os mesmos permaneceram vivos, voltando a atuar nas décadas de 1970 e 1980, quando se inicia no período de redemocratização do Brasil, fazendo surgir ainda mais assentamentos pelo Brasil e também no Nordeste.

Essa região brasileira também possui em sua história traços da luta pela terra, e muitos assentamentos sendo também incluída em sua economia a proletarianização do trabalhador do trabalhador rural, que se encontra nas diferentes propriedades latifundiárias presentes em muitos de seus Estados. Com relação ao Nordeste e sua população, a partir de meados do século XX, Andrade ressalta:

Com uma superfície que abrange menos de 19% do território brasileiro, tem o Nordeste uma população que equivale, aproximadamente, a 22% da população do país: apesar do subdesenvolvimento e das constantes migrações para o Sul, sudeste e Centro-Oeste só recentemente atenuadas ela continua a crescer razoavelmente, pois de 1950 a 2001, aumentou de 17.90000.000 habitantes para 48.400.797, havendo assim um crescimento regional relativo superior ao nacional. (ANDRADE, 2005, p. 47).

A região onde atualmente se localiza o Nordeste já foi palco de umas das maiores produções exportadoras do setor canavieiro. O Brasil começou a ter seu território dividido em regiões no início do século XX, Silva (2009), e constantemente através das produções geográficas essa divisão regional já foi bastante modificada. São delimitadas atualmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística),

e a regionalização atual foi delimitada desde a década de 1970, sendo a terceira mudança regional brasileira que determinou as cinco regiões atuais.

A concentração de terra nas mãos dos grandes produtores deixou marcas que até hoje se manifestam na luta pela terra em muitos estados nordestinos. Esta economia durante o período colonial chegou a ser a principal fonte de riqueza, com destaque para a região, onde hoje se localiza o Estado de Pernambuco, que antes era Capitania e progrediu através do setor econômico canavieiro. “[...] Pernambuco foi uma das capitanias que tiveram êxito no desenvolvimento da lavoura canavieira, o que levou a ser a capitania-base da expansão da colônia. ” (ROCHA e GUIMARÃES, 2015, p. 24). Pernambuco como grande produtora se destacou bastante no período colonial é notável por se saber que foi uma das poucas capitanias que prosperaram e isso reflete no desenvolvimento e história do local até hoje, pois ainda se destaca na economia açucareira.

No Nordeste a disputa pela posse da terra tem suas características, Andrade (2005) sendo elas possíveis de ser vistas quanto ao protagonismo da luta pela terra, que com o passar do tempo há a mudança dos atores principais dessa luta. Em áreas específicas as dinâmicas de lutas sociais envolvem conflitos específicos de arrendatários a ser trabalhadores rurais assalariados, conforme a expansão dos cultivos de cana, por exemplo; diversas categorias de trabalhadores rurais sem terra recorrem as ocupações de terras patronais, através de movimentos sociais, como uma forma de se manter e trabalhar junto a sua família.

As lutas pela reforma agrária podem levar vários anos e algumas tiveram resultados inglórios aos trabalhadores rurais, devido à força política e econômica dos proprietários, que teve implicações no campo jurídico. Em outros casos, os trabalhadores recorrerem à justiça ou ao apoio de movimentos sociais do campo, fazendo surgir dessas lutas muitas comunidades rurais.

A questão das lutas que envolvem trabalhadores e patrões no Nordeste não é diferente da realidade restante do país, pois a herança da má distribuição de terras é refletida até hoje nas diferentes lutas, que compõe o cenário do vasto ambiente rural do Brasil. Segundo as reflexões de Andrade. “[...] pode-se afirmar que [...] a questão agrária é um problema não apenas econômico, mas sobretudo político, em que a propriedade da terra é o eixo fundamental. ” (ANDRADE, 1997, p. 118). Além de se tratar do âmbito econômico a terra está fortemente ligada ao poder dando aos seus proprietários não só de autoridade economia mais também política, sem falar que a

própria política ou governo buscasse a realização dos planos de Reforma Agrária, a realidade dos que têm menos posse e condições seria outra.

A presença dos movimentos sociais do campo no Nordeste nas décadas de 1950 a 1960 são uma constante em seus diferentes estados trabalhadores em busca de direitos e de terra que são um grande formador de comunidades rurais visando a reforma agrária

Os estados que atualmente compõe a região se distribuem entre a zona da mata (litoral) e o sertão possuindo assim uma ampla variedade climática da região. Neles não é difícil de se encontrar comunidades rurais compostas por trabalhadores que lutaram durante anos pela posse da terra para que dela tire seu sustento. Os assentamentos trazem mudanças para a estrutura fundiária, reconfigurando assim as relações de trabalho e poder através, sobretudo, da fragmentação da terra, França e Moreira (2015), transformações como esta embora não proporcionem total independência trazem alguma autonomia melhorando de certa forma a produção e a vida dos trabalhadores.

Mas algo importante de ser colocado em debate: é o porquê de mesmo depois de conseguirem um lote num assentamento e certo empoderamento, muitos trabalhadores não conseguem uma base financeira suficiente para seu sustento e de sua família, os levando a se submeterem a proletarização na região Nordeste, principalmente esta região por possuir como forte qualidade os movimentos migratórios em direção à zona da mata e para outras regiões do país, devido as atividades industriais ou relativas ao agronegócio que oferecem uma maior quantidade de oportunidades empregatícias, por possuir um mercado de trabalho mais amplo. Deste modo, conforme a análise:

As grandes migrações sazonais no Nordeste brasileiro começaram ao fim do século XIX e começo do século XX, com destino principal a Zona da Mata, as capitais e outras regiões do País. O perfil do migrante é predominantemente pobre, jovem, desempregado e camponês com pouca terra". (SILVA et al 2017, p 4).

Mesmo com a titularidade do lote de terra em um assentamento, o trabalhador rural devido à falta de motivações e incentivos dos setores governamentais locais na ajuda e produção na terra, ele sofre com a escassez de recursos como: dinheiro para a obtenção de sementes, adubos, um bom maquinário e mão de obra. Há pouca ou nenhuma existência de oportunidades de trabalho próximas de sua residência; juntam-se a falta de recursos hídricos e de outros fatores locais para a sua

sobrevivência. Faz muito tempo que o trabalhador rural vê como solução, ter que se submeter às relações de trabalho, e com isso passa a existir a necessidade da migração diária ou em determinados períodos do ano, para locais onde existem oportunidades de trabalho em diferentes setores com vagas suficientes para acolher esta mão de obra.

Essa é uma região que possui uma quantidade de estados maiores do que as outras regiões do Brasil, e esse pode ser um fator interessante perante a realidade do trabalhador rural encontrado nos assentamentos de seus Estados. Pois cada um possui uma dinâmica para política e economia, que influencia bastante no surgimento das comunidades rurais de assentados, que tem diferenças e semelhanças entre si, bem como seu processo de proletarização no mercado de trabalho, nas propriedades rurais ou nas empresas urbanas. E se tratando de seus estados, há alguns mais urbanizados que outros, atraindo cada vez mais o trabalhador rural por oferecer mais oportunidades para essa mão de obra barata.

Em Alagoas por exemplo, os assentamentos encontram-se bem presentes e, com relação aos assentamentos deste Estado, é possível notar a quantidade significativa que ele possui. Segundo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) existem no Estado de Alagoas 178 (cento e setenta e oito) assentamentos rurais até 2017. Estes assentamentos são a quebra do paradigma dessa relação homem-terra que infelizmente permanece limitada pela permanência de heranças deixadas pela economia colonial de concentração de terra e dos latifúndios como explica Santos trazendo essa realidade e a sua presença no Estado nordestino de Alagoas. Conforme foi destacado:

Assim como nos demais estados do Brasil, o estado de Alagoas apresenta um espaço social agrário em bases conservadoras – manutenção de latifúndios, monoculturas, poder das oligarquias rurais e relações de trabalho porcariadas. Esta configuração socioeconômica tem sido alvo de inúmeros conflitos por terras – tanto no passado entre os próprios colonizadores do território, pelos negros, indígenas e camponeses, quanto no presente pelos atuais sem terras. (SANTOS, 2009, p. 87)

Neste Estado a realidade dos assentamentos também é encontrada a pluriatividade na busca pela renda familiar, que vai desde as práticas agrícolas dentro do próprio lote nos assentamentos até trabalhos fora do mesmo. Lima mostra esse fator em um assentamento chamado Fleixeirinhas no município de Flexeiras em Alagoas. No trecho o autor descreve as variadas atividades desenvolvidas pelos

assentados com o objetivo de conseguir a renda e o sustento da família. Nesse sentido:

Apesar de, pela lógica, a renda do assentamento dever ser totalmente agrícola e pecuária, no Assentamento Fleixeirinhas, na prática, esta renda ocupa apenas pouco mais da metade da renda total do assentamento (50,51%), seguido pelos programas assistenciais do governo, como o bolsa família (25,13%), tendo grande impacto no assentamento, e sendo uma das bases da sobrevivência dos assentados, e 24,36% da renda vem de trabalho fora do lote. (LIMA, 2010. p. 21).

Enquanto alguns dados sobre Alagoas apontam para estratégias múltiplas de obtenção de recursos entre elas a agricultura e a pecuária, programas do governo e também trabalhos fora do lote, no Estado de Pernambuco é muito forte até os dias atuais a economia açucareira, o que leva até hoje muitos trabalhadores dos diferentes estados nordestinos buscarem oportunidades de emprego nesse setor das usinas e plantações. Com relação aos assentamentos em Pernambuco, podem ser observadas assim como no exemplo do Estado de Alagoas, diferentes atividades exercidas por assentados que não obtém o seu sustento totalmente da terra e, assim como em muitos lugares no Brasil, acabam optando pelas relações de trabalho. Os autores falam de um Assentamento chamado Laranjeiras, localizado na cidade de Tamandaré, em Pernambuco, onde os assentados trabalham com diferentes atividades inclusive o corte da cana nas usinas. Segundo a análise:

Com relação a dependência dos assentados da atividade agrícola para sustentar sua família tivemos as seguintes respostas: 31,6% dos entrevistados afirmam que sustentam a família através da renda obtida com a agricultura e 68,4% dos entrevistados não conseguem garantir o sustento de sua família com a agricultura. A renda da maioria dos entrevistados se originam de Programas Sociais como, por exemplo, o bolsa família, e do sistema de previdência social de aposentadoria, trabalham como cortadores de cana-de-açúcar nas usinas da região, como feirante no centro de Tamandaré, e outros tipos de serviços. (SILVA, BARROS E SOUZA, 2009, p.14).

Sergipe é outro Estado do Nordeste onde também há alguns assentamentos que possuem diversas atividades exercidas pelos assentados, que juntas são responsáveis pelo sustento das pessoas e famílias que vivem nessas localidades. Em um povoado deste Estado, na cidade de Capela há o cultivo da cana-de-açúcar, onde encontra-se certa semelhança com aos assentamentos de Alagoas e Pernambuco. Com relação as atividades onde as pessoas da localidade conseguem sua renda. Segundo Ribeiro Junior, no povoado Bela Vista em Capela, município de Sergipe, as pessoas trabalham com a agricultura e também a feira como é mostrado a seguir:

Segundo o levantamento de dados, 50% dos entrevistados no geral, ou seja, assentados e não assentados informaram que o cultivo da cana-de-açúcar contribui para a sobrevivência da família. Porém não é suficiente pois é preciso exercer outro tipo de atividade. Na pesquisa 90% dos agricultores trabalham em outras atividades como diaristas, trabalhadores fixos vendedores nas feiras livres, entre outros e 10% deles sobrevivem apenas de agricultura e/ou criação de animais. (RIBEIRO JÚNIOR, 2010, p. 43).

Com relação aos assentamentos no Rio grande do Norte é encontrada a mesma realidade dos outros estados nordestinos citados anteriormente, pois a distribuição da terra tem a “ estrutura fundiária (...) à semelhança que ocorre no Brasil, apresenta um alto grau de concentração” (COSTA, 2005, p. 71). Essa concentração de terra fez com que durante muito tempo as pessoas das classes baixas e trabalhadores não tivessem acesso à terra, sendo essa realidade mudada apenas a partir de meados do século XX. A mesma autora já citada com relação a divisão de terras no Rio Grande do Norte, também fala a respeito das ocupações e dos trabalhos feitos pelos trabalhadores rurais que moram em diferentes assentamentos do Estado que segundo ela:

O trabalho fora do assentamento é apresentado como uma alternativa de sobrevivência. A principal forma de trabalho encontrada pelos assentados que trabalham fora é o chamado trabalhador alugado, o qual se consiste no seguinte: o valor pago trabalho executado em outras propriedades é pago por dia de serviço prestado, que geralmente é um valor irrisório; varia de R\$ 5,00 a R\$ 10,00 por um exaustivo dia de trabalho, ou seja, realmente o trabalhador aluga sua força de trabalho em outras propriedades. (COSTA, 2005, p. 117).

Um estado da região Nordeste muito importante para a produção regional é a Bahia, onde é possível encontrar assentamentos, onde os trabalhadores rurais vendem a força de trabalho. Este estado como grande produtor de cacau, possui grandes plantações que exigem enorme quantidade de mão de obra. Ao longo do tempo, a mão de obra utilizada nas plantações de cacau foi se tornando proletarizada e assalariada, mas se considerando o fato de não haver um piso salarial, tampouco o cumprimento de direitos trabalhistas. Ademais em fins do século XX, com a crise cacauera, a produção de muitos lugares na Bahia passou a ser mais diversa. Em estudos feitos em dois assentamentos no município de Ilhéus/BA trazem a produção que envolve a agricultura local, incluindo a produção de cacau. Mas percebe-se que existem outras produções inclusas na localidade referente da pesquisa. Assim:

No sistema quintal destaca-se a criação de aves (carne e ovos) destinada para consumo e venda, o cultivo de horta que são vendidas individualmente nas feiras próximas aos assentamentos e plantação de mandioca. Como não existe sistema de beneficiamento, em Frei Vantuy, a produção de mandioca é incipiente, destinada totalmente ao consumo. No caso de Fábio Henrique

Cerqueira, a existência de uma casa de farinha permite, assim como o consumo, a sua comercialização. A cultura predominante nas áreas é o cacau, tanto no sistema *cabruca*, como o sistema sombreado com *Eritrina*. (PAULA, 2006, p. 13).

Ainda no estudo sobre os assentamentos, a autora traz também uma discussão a respeito da renda dos trabalhadores nos dois locais estudados, deixando claro a diversidade de tarefas que a geração de renda abrange, possibilitando aos trabalhadores assentados uma renda maior, embora seja obtida através de uma relação de trabalho externa. Assim, os trabalhadores buscam atividades produtivas fora dos assentamentos e não ficam apenas exercendo os trabalhos do lote. Embora a agricultura familiar seja de grande importância, sendo essa realidade bastante semelhante com a dos estados nordestinos já citados aqui, temos uma dupla atividade laborativa relacionada às *commodities*¹ e a agricultura no assentamento. Nesse sentido:

Das 35 famílias entrevistadas, 21 obtêm algum tipo de renda não-agrícola. Predominam Serviços ligados às frentes de trabalho da prefeitura de Ilhéus, fato verificado com o PA Frei Vantuy pela proximidade do município, onde 17 famílias obtêm rendas não-agrícolas. Entre as 12 famílias pesquisadas do PA Fábio Henrique, 4 obtêm rendas não-agrícolas. Em todas as situações, a participação da renda não-agrícola na renda total é significativa, uma vez que supre as necessidades básicas familiares que em alguns períodos do ano a renda agrícola simplesmente não é capaz de satisfazer (PAULA, 2006, p. 12).

São bastante notáveis a importância econômica das diferentes ocupações exercidas pelo trabalhador rural, pois ela é de certa forma uma forma de resistência para que eles permaneçam em um determinado lugar nas terras que lhes pertençam embora dela não saia o sustento total de suas famílias, o fato de esta no que é seu não tem preço. E este é um fenômeno ocorre em vários Estados do Nordeste e sua semelhança em comunidades diferentes de como se torna comum a proletarização do trabalhador habitante dos assentamentos rurais. Porém, essa pesquisa tem como foco principal o caso dos assentamentos da Paraíba.

Neste Estado os assentamentos estão bastante presentes nas áreas de usinas ou de outras propriedades rurais, que após a falências do estabelecimento, ou simplesmente o fato das terras estarem improdutivas, passam a ser reivindicadas por aqueles, cuja trajetória profissional ali se deu. Começam a serem lugares que passam

¹ “É o termo utilizado para se referir aos produtos de origem primária que são transacionados nas bolsas de mercadorias. São normalmente produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização com qualidade quase uniforme e são produzidos e comercializados em grandes quantidades do ponto de vista global.” (BRANCO, 2008, p. 12).

a ser habitados por pessoas que irão formar novas experiências sociais nessas comunidades rurais, que a partir desse momento, assumem uma luta constante para conseguir a sua sobrevivência dentro de um mercado capitalista dominado pelos que possuem mais condições monetárias.

Desde o início da História do Brasil, quando a coroa portuguesa adotou o sistema de capitanias para organizar as terras da colônia, a região onde atualmente está localizado o Nordeste, é marcada pela produção agrícola e pecuária deste o período Colonial (1500-1822), demarcam as divisões e a posse da terra.

A questão da terra está bastante enlaçada com as do trabalho, pois foi com a sua valorização que veio a formação de grupos que futuramente iriam ditar a economia. Um que tem nas mãos todo o aparato econômico essencial a sobrevivência: o dinheiro; e outro que por não o possuir, terá que arranjar formas de consegui-lo, submetendo-se ao grupo que possuem o capitalismo forte e aos donos das grandes extensões de terras que possuem um alto poder aquisitivo na sociedade do capital, onde o valor está fortemente atrelado as posses, inclusive da terra. Como ressaltam Silva, Aquino e Silva. “A concentração fundiária deu origem a duas classes sociais antagônicas: aqueles que são donos das terras e aqueles que dependem dos donos das terras. E são essas duas classes que refletem todos os dias as consequências de uma estrutura fundiária desigual, que legalizou e consolidou espacial e historicamente o latifúndio. (SILVA, AQUINO E SILVA, 2014, p. 54).

Ao longo do tempo a posse da terra já foi marcada por diferentes relações, que envolvem o dono da terra e os que não a possuem. No período do medievo existiam os feudos, com o capital vieram a escravidão e as relações de trabalho assalariado e resistir a estes sistemas era algo que sempre esteve ligado as classes menos favorecidas a exemplo dos camponeses, pequenos agricultores e moradores rurais que insistem no pequeno agricultor como uma forma de resistência ao latifúndio capitalista.

Diante das discussões realizadas, buscaremos a partir de agora abordar um assentamento no Estado da Paraíba. Assim, procuramos colocar na discussão um pouco sobre a distribuição e a luta pela terra neste Estado, incluindo também alguns assentamentos rurais e suas respectivas rendas. Lembrando que temos como objetivo maior centrar a nossa análise em assentamentos e comunidades rurais localizadas no município de Alagoinha, onde está situada a comunidade pesquisada.

2.3 A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHADOR E RENDA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NA PARAÍBA

O Estado da Paraíba está localizado na região Nordeste do Brasil e atualmente possui um total de 223 (duzentos e vinte e três) municípios. Com relação a divisão interestadual desde 1989, o IBGE havia definido uma divisão mesoregional validada não só na Paraíba, mas em todos os 26 (vinte e seis), que até o ano passado se encontravam divididos em Mesorregiões e Microrregiões. Porém, esta foi modificada recentemente em julho de 2017 através de uma publicação do IBGE, denominada “Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017”. Devido a este fato, ao trabalhar o Estado da Paraíba, mencionarei as duas divisões geográficas do Estado, isto para conseguir determinar para uma melhor localização de cada ponto do estado paraibano falado ao longo deste trabalho. Essa nova divisão não as distingue mesorregiões e microrregiões, mas como imediata ou intermediária das principais cidades do Estado. O mapa a seguir, localiza o Estado da Paraíba:



Mapa 1: Localização do Estado Da Paraíba.
Fonte: Atlas Escolar Paraíba.

O estado paraibano possui em sua História fortes relações com as luta e violência, sobretudo, para apropriação das terras, onde hoje é a Paraíba que no

passado pertenciam as tribos nativas, marcando assim os primeiros conflitos pela terra e para que haja sua utilização como meio de produção econômico, visando dar lucros para um grupo menor; os quais se estendem até os dias de hoje e abrangem todo o estado, conforme Lima et al na Paraíba: "São inúmeros os exemplos de luta pela terra no Estado da Paraíba, ocorrendo em uma escala que compreende desde a Zona da Mata até o Alto Sertão do estado" (LIMA. et al, 2012, p.6). Sendo assim possível se enxergar a forte presença no Estado de conflitos predominantes em seu território desde a sua origem.

Outra característica presente no Estado da Paraíba ainda nos dias de hoje são as lutas trabalhistas e de terra no meio rural, e por melhores condições de trabalho no meio urbano, sobretudo, durante os séculos XX e XXI, marcado no Estado pela atuação de personagens de suma importância para as conquistas desse grupo social, como Margarida Maria Alves (1953-1983), João Pedro Teixeira (1918-1962) e Elizabeth Teixeira.

A questão da terra na Paraíba tem seus primórdios ainda na colonização com a ocupação portuguesa das terras indígenas com as lutas e negociações que culminaram depois na divisão de terras para seu domínio e produção, que já delimitou a partir daí a má distribuição de terras, que se encontra presente no Estado até hoje, bem como no Brasil. Fonseca e Lima ressaltam que: "A questão agrária paraibana é resultado de um longo processo, cujo ponto inicial pode ser fixado na formação do espaço colonial brasileiro, este, por sua vez, alicerçado nos latifúndios improdutivos, fundados com as capitânicas hereditárias e as concessões das sesmarias pelos colonizadores. " (FONSECA E LIMA, 2009, p. 2). O estabelecimento de divisões territoriais na Paraíba do período Colonial assim como no resto do Brasil, acabou sendo um determinante do cenário produtivo agrário econômico.

O processo de ocupação das terras onde hoje situa-se a Paraíba, deu-se pelo litoral onde atualmente se encontra a capital paraibana, que foi o ponto inicial do Estado, que começou a ser ocupada por europeus ainda no século XVI. Ocupação esta concretizada após longas guerras e pela fundação da atual cidade de João Pessoa, como resalta Silva: "A Paraíba é um dos estados de mais antiga ocupação no Brasil. Sua capital, João Pessoa, foi fundada em 1585 após os invasores portugueses derrotarem os índios Potiguara, ocupantes originais do território. " (SILVA, 2014, p.15). Como chegavam pelo litoral os franceses, holandeses e portugueses não adentraram a exploração no interior do Estado logo de início, sendo

a zona da mata a primeira região a ser explorada no Estado havendo assim, desde o período das Capitânicas Hereditárias com os primeiros engenhos, sendo este o pontapé inicial da economia e a relações de trabalho no Estado.

A partir do momento que houve a interiorização da ocupação nas terras brasileiras, sobretudo da Capitania do Itamaracá, terras hoje ocupadas pela Paraíba, começam a aparecer os pequenos núcleos de povoação e produção econômica, e com o tempo deram origem as primeiras vilas que depois tornaram-se as atuais cidades paraibanas. Dessa maneira surge uma diversidade econômica, pois antes das produções as terras estavam basicamente voltadas para o litoral açucareiro, que passa a contar também com as atividades econômicas no agreste e no sertão.

Estas atividades desenvolvidas no interior do Estado são bastante importantes no surgimento de muitas cidades. Essa é a essencialidade dessa economia do interior para que acontecesse o seu povoamento. Sobre a ocupação do interior da Paraíba Silva fala: “Ao processo de ocupação do interior, corresponde o aparecimento de povoados que iriam posteriormente com a atividade do gado e do algodão, se tornarem cidades. O sertão do Piancó agrupava as principais vilas do interior nos séculos XVII e XVIII. Piancó foi a primeira localidade do sertão da Paraíba oficialmente com categoria de povoação. ” (SILVA, 2004, p. 1). A economia de produção agrícola foi na Paraíba o grande alicerce de surgimento para os primeiros resquícios de urbanização interiorana ao redor das grandes propriedades marcadas pelo latifúndio e a posse da terra.

Ao se diversificar além do litoral com o pau Brasil e o açúcar século XVI, do agreste pecuarista no XVII e mais tarde cotonicultor no XIX. Tornando assim a diversidade dos tipos de trabalhos exercidos como item chave, que irá identificar o trabalhador de cada região por saber lidar com determinadas formas de trabalho. Pelos trabalhadores nas propriedades existentes e esse processo influencia até hoje as muitas regiões do Estado economicamente falando, já que na extensão do território paraibano haverá uma grande variedade de produções no ambiente rural de pequeno, médio e grande porte. Assim conforme uma pesquisadora:

A regionalização do trabalho relaciona-se à existência de trabalhadores de tipos diferentes que irão predominar em cada região. Por exemplo, o morador da região litorânea é qualitativamente diferente do morador do Agreste. Isto porque, no Litoral, o morador produz principalmente mercadoria, no caso, o açúcar. No Agreste, ao mesmo tempo que ele produz um produto de mercado como o algodão, produz também produtos de subsistência numa proporção muito superior a produzida na zona canavieira. (MOREIRA, 1990, p. 14).

Mais tarde essa divisão do trabalho terá influência na economia de produção dos assentamentos de cada região, que possuem bases na agricultura familiar² praticada pelos trabalhadores assentados que também são proletarizados.

Essa divisão do trabalho existente nas regiões deste Estado vai influenciar o processo de proletarização do trabalhador rural e assentado paraibano, pois percebe-se a dimensão da variedade das atividades de um local para outro e com isso as grandes propriedades de cada local irão exigir mão de obra para as diferentes produções e, isso vem caracterizar as relações de trabalho nas diferentes propriedades rurais, as quais os assentados estarão submetidos através de uma relação de trabalho como um meio para que consigam obter ganho e seu sustento.

Como está sendo falado ao longo deste trabalho, é bastante comum se encontrar a proletarização, o assalariamento do assentado ou do trabalhador rural, como algo bastante presente em todo o Brasil. A região Nordeste e o Estado da Paraíba não estão fora desta realidade. Embora o assalariamento tenha sido previsto após a abolição dos escravizados, ele só foi possível após um período de modernização e estabilidade que não se tinha ainda na década de 1890 do século XIX, o salário como algo certo, uma proletarização propriamente dita, devendo-se as condições de não ser possível como explica Gorender:

No Brasil pós-abolicionista, era, de chofre, impraticável uma remuneração inteiramente monetarizada da mão de obra agrícola, sobretudo porque faltava ainda um exército industrial de reserva no campo, ou um exército rural de reserva, como já chamou um autor; sem ele, sem ter esse exército de desempregados flutuantes, o aumento da demanda de braços elevaria os salários e frearia a viabilidade da plantagem nas novas condições pós-escravistas. Por isso, as remunerações, tanto na fazenda de café como na plantação canavieira do Nordeste, não podiam ser logo depois da Abolição inteiramente monetarizadas; quer dizer, a remuneração do trabalhador não podia ser inteiramente salarial. (GORENDER, 2013, p.31).

O Brasil possui toda uma dinâmica econômica, que ao longo do tempo compõe e molda as relações de trabalho a começar pelos ganhos vindos de uma economia de base escravista, que mesmo após o seu fim deixou heranças que

² Segundo Brasil 2006 apud Landau et al: "A agricultura familiar é uma "forma de produção que compreende o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, com mão de obra representada principalmente por membros do núcleo familiar, e em que a direção dos trabalhos é exercida pelo próprio produtor rural". O conceito de Agricultura Familiar foi definido pela Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006) como: "Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento" (BRASIL 2006 apud LANDAU et al, 2013, p. 7).

resistiram, e ao longo do tempo tornaram a vida do trabalhador uma luta diária que durante o século XX foi bastante movimentada e continua até os dias atuais, onde se almeja a conquista de direitos que foram estabelecidos, porém, nem sempre são devidamente cumpridos.

No litoral do Estado paraibano, atual região onde localizam-se os municípios de João Pessoa e Mamanguape, a produção está destinada ao setor fabril e açucareiro nas usinas que ainda produzem por exemplo. Outro setor é o de comércio e serviços nas áreas urbanas, onde há também a construção civil com grandes obras localizadas nas grandes cidades do Estado como João Pessoa e Campina Grande, e também nos estados vizinhos Recife e Natal, sendo estes importantes setores que desenvolvem relações de trabalho na atualidade e também ocupam altos índices da mão de obra paraibana.

No caso dos assentamentos do litoral, os trabalhadores se dirigiam aos grandes centros urbanos e da economia açucareira. É notável a existência dessas comunidades na microrregião cidade de Sapé, as quais tiveram ao longo de sua história forte atuação dos movimentos sociais. Com relação a um assentamento do município de Marí na Paraíba, chamado Zumbi dos Palmares, Lourenço mostra um dos motivos que move os jovens do local, a deixá-lo, demonstrando que por mais que desejem ficar na mesma, as possibilidades são inviáveis sendo assim os mesmos se locomovem para as grandes cidades devido a questão de escassez das políticas públicas:

Observou-se também a escassez de políticas públicas voltadas aos jovens assentados, o que contribui para dificultar a permanência deles no Assentamento. Isto porque, embora eles pretendam continuar ali vivendo, a falta de atrativos como cursos profissionalizantes, mais alternativas de lazer, uma escola mais estruturada, podem condicionar futuramente o seu deslocamento para os centros urbanos. (LOURENÇO, 2011.p.55).

Os fatos que levam muitos jovens deixarem as comunidades rurais podem variar, além da falta de políticas públicas como citado acima existem os casamentos com pessoas de outros lugares, a busca por trabalho, estudos entre outros, onde buscam novas oportunidades as quais em muitas situações não são possíveis caso permaneçam residindo na comunidade rural.

Outra região, na qual a realidade dos trabalhadores que se ocupam com diferentes atividades, não difere muito do litoral é o sertão, que atualmente é denominado região imediata de Patos Cajazeiras e Souza, lá também pode ser vista a proletarização dos assentados rurais. No sertão é notável a produção pecuária

fazendas de gado. Nos assentamentos do sertão onde os trabalhadores rurais terão como propriedades para trabalhar nas fazendas de gado ou plantações de algodão possuindo também uma renda obtida através de várias atividades. Freitas Barbosa e Silva Neto pesquisaram três assentamentos em Cajazeiras no sertão Paraibano, onde a renda é obtida pelos moradores não apenas pelo trabalho agrícola de difícil desenvolvimento devido ao clima, mas de formas diferentes como políticas de redução à pobreza e outras formas de trabalho assalariado. Conforme as conclusões do estudo:

A pesquisa revelou que 50% dos entrevistados recebem menos de um salário mínimo, essa renda é atribuída ao Bolsa Família, auxílio do governo federal. As famílias que recebem acima de dois salários possuem, aposentados na residência ou trabalha na cidade de Cajazeiras como pedreiros, empregados na empresa Fiação Patamutê ou em fábrica de gesso na cidade. Verificou-se que as principais fontes de rendas das famílias vêm da agricultura, Bolsa Família, Seguro Safra, criação de animais, aposentadoria e trabalhos na cidade. (FREITAS, BARBOSA E SILVA NETO, 2017, p. 10).

Em muitas comunidades rurais, as políticas públicas e a e a proletarização são importantes para que os moradores rurais permaneçam nos locais onde vivem para que possam obter os bens essenciais para sobreviver. E embora houvesse uma Reforma Agrária que distribuísse maiores extensões de terra poderia melhorar a situação de muitos assentados, porém não podemos ver isso como a soluções de todos os problemas com relação a terras nas comunidades rurais pois além da pouca terra há problemas climáticos e hídricos que também influenciam de forma total na vida do trabalhador rural quando produtor familiar.

As comunidades de Cajazeiras citadas anteriormente são: Comunidades rurais Santo Antônio, Valdecir Santiago e Mãe Rainha e nas mesmas é possível notar a diversidade para com o conseguimento da renda. A maneira que o ganho da produção familiar é bastante reduzido além de trabalhar na terra, desenvolver atividades em outras propriedades não diferindo dos assentamentos em Cajazeiras citados acima os assentamentos do município de Aparecida localizado também no sertão do estado paraibano a renda possui diferentes origens, como outros ofícios dentro do próprio assentamento a fabricação de produtos também fazem parte da renda que sustenta as famílias assentadas da localidade, segundo Querioga et al:

As famílias, além de serem contempladas com os programas sociais, exercem atividades complementares para sua renda, tais como: construção de cisternas, diarista nas fazendas vizinhas, auxiliar de serventes na construção civil na cidade de Aparecida e Sousa, confecção de varandas para redes, vendas de animais, leite, hortaliças, feitura do doce, a exemplo da goiabada. (QUERIOGA et al, 2014, p. 5).

A mesorregião do agreste mais especificamente na microrregião do Brejo, além de ser marcada pela forte produção familiar local, se destacam ainda outras culturas que ao longo do tempo moveram a economia paraibana como algodão, gado, agave, a cana de açúcar, etc.; sendo esta diversidade nos produtos agrícolas a principal fonte de renda da região marcada pela forte diversidade nesse setor, Costa, (2015). Percebe-se assim a existência de todo um complexo que envolve o agronegócio associado a um nível exploratório de precarização laborativa com a participação de diferentes propriedades como as usinas, engenhos, fazendas e plantações presentes nas relações de trabalho que compõe este cenário ao longo do tempo, isto com relação aos trabalhos e trabalhadores existentes.

Ainda sobre as produções locais faladas anteriormente, é interessante percebermos que desde o início existem as culturas alimentares associadas à agricultura de cunho familiar, principalmente de subsistência tida como uma atividade complementar da renda das famílias que habitam as comunidades rurais Moreira e Targino (1997). Lembrando ainda que esta será característica importante para a região, pois a produção familiar por ser bastante diversa, vai caracterizar os assentamentos locais após seu surgimento com forte base na agricultura familiar, caracterizada pela grande variedade de alimentos.

Na região do agreste paraibano existem muitos assentamentos rurais, localizados nos municípios existentes nesta região. Quanto a formação dos mesmos, é possível notar a variedade de casos que deram origem aos assentamentos. Há casos de conflitos e lutas que envolvem os donos das terras e os trabalhadores rurais, onde alguns têm o apoio de movimentos sociais como a CPT- Comissão Pastoral da Terra, como exemplo podemos trazer aqui o caso do Assentamento Maria Menina, localizado em Alagoa Grande Silva (2011). Neste assentamento as famílias se estabeleceram com o passar dos anos e passaram a buscar atividades laborativas extras para conseguir a renda. E que embora a agricultura prevaleça ela não é a única base de sustento encontrada nesta comunidade, como o seguinte estudo revela: “Os assentados sobrevivem da Agricultura de Subsistência, toda a renda do assentamento vem do Programa Bolsa Família do Governo federal e dos aposentados, existindo apenas uma funcionária pública assalariada” (SILVA, 2011, p. 22).

Também na região do agreste localiza-se o assentamento chamado Nossa Senhora de Fátima, situado na cidade de Bananeiras também vinculado à CPT em sua fundação, sendo originário de conflitos pela terra. Na condição de assentamento,

pode ser vista nesta comunidade a variedade na renda obtida pelos assentados para o sustento de sua família. Rodrigues ao desenvolver uma pesquisa no assentamento citado acima, através de entrevistas feitas diretamente com os moradores sendo pessoas de 14 famílias no assentamento, constatou que a obtenção da renda no local está distribuída da seguinte maneira. Conforme a pesquisa:

[...] além da oriunda dos programas sociais e da agropecuária, quais sejam: a) renda obtida com a atividade comercial seja como empregado ou, como no caso de um deles, como proprietário de um bar; renda oriunda da aposentadoria; renda oriunda do trabalho assalariado; renda complementar oriunda do trabalho autônomo, principalmente na profissão de pedreiro e; renda obtida com o aluguel de casa que na cidade de Belém. (RODRIGUES, 2012, p. 140).

Nessa região é bastante frequente serem encontradas muitas comunidades rurais, onde os assentados exerçam atividades, que vão além do cultivo da terra devido à importância econômica que possui o fenômeno da diversidade de atividades, procuramos trabalhar esta realidade em uma comunidade rural no município de Alagoinha PB, que se chama Sítio Agrovila Ribeiro Novo. Neste local, as pessoas que o habitam compõem diferentes realidades junto ao mundo do trabalho no meio rural e urbano, notando-se a importância de analisar o que faz os trabalhadores rurais titulados em programas de reforma agrária a procurar outras alternativas para trabalhar.

2.4 UM OLHAR SOBRE O SÍTIO AGROVILA RIBEIRO NOVO CARACTERIZAÇÃO LOCAL TRABALHO E RENDA

A Comunidade Sítio Agrovila Ribeiro Novo está localizada no município de Alagoinha/ PB, que segundo o CPRM 2005, "Sua Área é de 85 km² representando 0.1507% do Estado, 0.0055% da Região e 0.001% de todo o território brasileiro. A sede do município tem uma altitude aproximada de 133 metros, distante cerca de 77,4162Km da capital. O acesso é feito a partir de João Pessoa pelas rodovias BR 230/PB 079/PB 075". (CPRM³, 2005, p. 2). Segundo o IBGE, em 2010 no último censo

³ A CPRM – Serviço Geológico do Brasil, tem o objetivo de gerar e difundir conhecimento geológico e hidrológico básico para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Desenvolve no Nordeste brasileiro, para o Ministério de Minas e Energia, ações visando o aumento da oferta hídrica, que estão inseridas no Programa de Água Subterrânea para a Região -Nordeste, em sintonia com os programas do governo federal.

populacional “a cidade possui um índice populacional de 13.576 pessoas e a densidade demográfica de 139, 99 hab./Km² (IBGE, 2010).

Segundo o IBGE, o município de Alagoinha se localiza na região Nordeste do Brasil, no Estado da Paraíba, no caso do município, o mesmo está situado na região imediata de Guarabira e intermediária de João Pessoa. Alagoinha possui fronteiras intermunicipais com as cidades de Cuitegi ao norte, ao sul com Alagoa Grande e Mulungu, a leste com Mulungu e Guarabira ao oeste Pilões, Areia e Alagoa Grande, Meireles (2013).



Mapa 2: Localizando o município de Alagoinha no estado da Paraíba.
Fontes: CPRM e SOUZA apud SILVA 2014.

A interiorização do Estado paraibano é marcada por grandes conflitos entre diversos povos, que mais tarde culminaram no aparecimento das propriedades e também de cidades. Com uma grande diversidade em seu desenvolvimento econômico, Alagoinha que se localiza no interior do Estado, já teve produções de cana-de-açúcar sendo esta bastante forte na economia da região que se encontra entre as áreas de maior concentração da cana nos municípios localizados no brejo paraibano como retratam Moreira e Targino.

Até 1970, as áreas de maior concentração da cana de açúcar no estado suturavam-se no litoral, abrangendo os municípios de Mamanguape, Sapé, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, São Miguel de Taipu, Juripiranga, Caaporã, Pedras de Fogo e, no Brejo onde se distinguiam os municípios de Borborema, Serraria, Pilões, Cuitegi, Alagoinha, Areia, Alagoa Grande, Alagoa Nova.” (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 105).

Com relação a origem da cidade de Alagoinha, como a maioria das cidades que compõe atualmente os estados brasileiros, a mesma possui uma longa estrada de acontecimentos históricos e políticos que dizem muito sobre a realidade de cada local. Alagoinha já pertenceu a Guarabira, e teve nível de vila e distrito e com relação ao seu povoamento há diferentes versões as quais infelizmente não são muito precisas devido à falta de documentação, ambas são retratadas por Andrade Filho com relação a primeira versão. Assim:

Por volta de 1864, duas mulheres residiam perto de uma pequena lagoa e que viam ali passarem muitos comerciantes ambulantes e tropeiros que

mascateavam em várias feiras da região. Devido a esse movimento pensaram e logo executaram a construção de uma casa de taipa, segundo foi construída em um dia e uma noite, e passou a servir de estalagem e de parada obrigatória para estes comerciantes que vinha cansados de suas longas viagens pela antiga região da antiga Copaobá⁴, como também para o descanso dos animais. (ANDRADE FILHO, 2004, p. 49).

A segunda versão possui algumas semelhanças com a primeira. Segundo Andrade Filho (2004) no que se trata da localização de ser perto de uma lagoa, e um local de passagem de comerciantes, mas a maneira do surgimento é outra. Essa versão conta que o primeiro habitante, construtor da primeira residência e comércio do local chamava-se Luiz Honorato sendo também essa versão com uma diferença de 6 (seis) anos da primeira datando de 1870.

O nome da cidade segundo as versões se dá ao fato local dos primeiros resquícios de habitação da cidade terem sido as margens de uma pequena lagoa, porém, a cidade que atualmente é nomeada Alagoinha, já possuiu outras nomenclaturas que fazem parte de sua história antes e depois de se tornar cidade. “ Esta localidade ao longo de sua História, nem sempre foi chamada pelo nome atual, uma vez que também foi denominada de outras formas como Tauatuba e Alagoinha, Serra do Boi. ” (MEIRELES, 2013, p. 29.).

Após relatar supostas histórias de origem e povoamento da cidade, esses autores citados acima falam ainda sobre o que veio após a fundação retratando assim um pouco sobre a evolução que ocorreu desde o povoamento ainda no século XIX e também na primeira metade do Século XX, os primeiros encaminhamentos para a sua emancipação política. E no local os primeiros resquícios de urbanização e toda estrutura que já havia no lugar, onde mais tarde viria a se tornar a cidade de Alagoinha na Paraíba. Nesses termos:

Desde a fundação do povoado ocorrido no final do século XIX Alagoinha foi desenvolvendo e se estruturando principalmente através da construção de várias casas tanto residenciais como comerciais como também a chegada de outros serviços que proporcionaram a população melhores condições de vida, e conseqüentemente forma permitindo ao pequeno povoado alçar voos mais altos como por exemplo a criação do distrito de paz de alagoinha. (ANDRADE FILHO, p. 2004).

Todo esse avanço rumo a urbanização, com relação ao distrito, a vila teve como consequência a emancipação do município na metade do século XX como foi ressaltado:

⁴ O topônimo Copaoba ou Copaôba de origem indígena é uma visão ou uma ideia visual da paisagem “o que de longe se estande ou se avista”. (SOUSA 2011).

Foi por causa do desenvolvimento e da estatura urbana que a vila de Alagoinha apresentava no dia 2 de dezembro de 1953 a cidade passou a ser um dos municípios do Brasil. Devido a um equívoco da época, não se comemora sua emancipação no dia 2 (dois) de dezembro, mas no dia 3 (três) (MEIRELES, 2013, p. 31).

Durante essa data na cidade é declarado ponto facultativo, e o dia é comemorado com desfiles das escolas, apresentações com bandas marciais, e festas de rua como atrações para a população. Até os dias atuais a cidade possui festas tradicionais além da emancipação política que são as festas de São João em junho e Natal em dezembro.



Foto 1: Vista da área urbana do município de Alagoinha-PB em 2017.

Fonte: Acervo da Autora.

Este município possui uma extensa zona rural onde se localizam as comunidades rurais e já possui muitas marcas com relação a luta pela terra ao longo de sua história. E esta é uma qualidade encontrada, principalmente no que envolve a formação das comunidades rurais que existem atualmente no município alagoinhense. As mesmas foram propriedades pertencentes a uma só pessoa ou família de posses, geralmente fazendas e engenhos que adotavam um sistema latifundiário e monocultor, onde os trabalhadores viviam na terra na condição de morador ou foreiro. O trabalho das pessoas que viviam nessas terras e suas produções anos poderiam ser ameaçadas em qualquer decisão do proprietário, causando assim conflitos em algumas propriedades como veremos a seguir, que após um processo de tramites legais foram desapropriadas, passando a serem comunidades rurais destinadas à reforma agrária.

A comunidade atualmente conhecida como Jacaré, é a mais populosa do município. Ao longo de sua história as terras que hoje a compõe, já pertenceram a uma fazenda denominada como Cumaru, na qual viviam 26 famílias exercendo as

relações de foreiros, plantando diferentes culturas até que a proprietária passou a ordenar a proibição e destruição das plantações dos moradores, que começaram a agir junto a órgãos como o INCRA e lutar pela terra, conseguindo após um período de luta a posse da terra. Quanto a questões sobre conflitos, a história desse local possui mais de uma versão, Moreira (1997).

Outro caso de luta pela terra numa comunidade rural em Alagoinha, foi o caso do atual Assentamento Senhor do Bonfim, está é a maior comunidade rural em extensão territorial do município e também teve muitas lutas com a atuação da CPT, para se chegar na formação da comunidade, sobre o assentamento e sua formação recente:

Com a posse definitiva da terra que ocorreu em novembro de 1997, aonde em janeiro de 1998, as 37 famílias conseguiram os seus lotes. Segundo o Diácono Severino, hoje no Bonfim existem aproximadamente 100 famílias nas quais muitos filhos e assentados construíram nas casas do pais. (FERREIRA 2014, p. 27).

Pode-se notar que nessa comunidade rural sua população cresceu significativamente se comparar o período de sua fundação com o atual e como a luta de pessoas pela terra está presente também a formação que possui hoje.

Existem também a comunidade hoje nomeada como Lagoa do Sapo, onde houve a luta enfrentada pelas pessoas para formar o lugar, envolvendo o proprietário que ameaçava a expulsão das mesmas que viviam no local há anos o conflito que se deu em sua formação, segundo Moreira começou:

Em 1982, o proprietário, Sr. Manoel Cavalcante teria notificado verbalmente para o despejo, a famílias que ali viviam. Os moradores teriam então convidado o proprietário para resolver amigavelmente o problema. Este, apesar de ter comparecido à reunião, mostrou-se irredutível e afirmou não pretender manter mais ninguém trabalhando em sua propriedade teria surgido um impasse que deu origem a mais um conflito pela posse da terra denunciado pelos trabalhadores, juntamente com os STRs de Alagoinha à Fetag. (MOREIRA, 1997, p. 507).

Ao todo no município existem muitas comunidades rurais, as quais não falei aqui, marcadas pela luta e expropriação da terra, bem como da atuação de movimentos sociais a exemplo da atuação da CPT em Bonfim, falado anteriormente. Além das comunidades rurais formadas através das lutas pela terra e conflitos, existem algumas formadas por projetos lançados pela EMATER como o PROCANOR- Programa Especial de apoio as População Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste, como é o caso da comunidade estudada Sítio Agrovila Ribeiro Novo e da sua comunidade vizinha que se chama Ribeiro Grande nestes dois locais não

houveram conflitos pela terra apenas as pessoas pagavam um valor simbólico pelos lotes de terra, junto as associações das comunidades. Assim:

O PROCANOR tinha, como propósito, melhorar as condições de vida e de bem-estar das populações pobres das áreas canavieiras do Nordeste. Entre suas atividades incluíam-se: expansão e oferta dos equipamentos coletivos e de bens e serviços aos seus beneficiários, suplementando até mesmo a renda das famílias mais pobres; assistência médica e escolar; fornecimento de alimentos e medicamentos a gestantes nutrizes e menores de seis anos; subsídio à compra de material de construção. (CARVALHO, 1986, apud TAVARES, 1989, p. 319.).

Este foi um projeto que contribuiu para o surgimento de muitas comunidades rurais na década de 1980 nos estados do Nordeste. Essas comunidades rurais retratadas anteriormente foram trazidas aqui, visando a relevância de se ter uma noção da diversidade que envolve as comunidades rurais de Alagoinha, e também melhor mostrar a realidade na qual vivem as comunidades rurais deste município, bem como a renda dos mesmos através do exercício de diferentes formas de trabalho.

2.5 RESULTADOS

A partir deste momento além das fontes bibliográficas, observações feitas estarão a partir de agora mais presentes os registros fotográficos, como a pesquisa vem retratar a realidade do morador rural e as imagens terão um papel essencial, visto que segundo Rios, Costa e Mendes: “A importância de pensar a função da imagem, o porquê de sua produção e para que tem servido a veiculação das imagens é fundamental quando utilizada como fonte para estudo, como objeto de pesquisa ou de conhecimento, de modo a contextualizá-la histórica e culturalmente.” (RIOS, COSTA E MENDES, 2016, p. 105). A função da imagem pode ser de suma importância, pois ele se torna uma prova visual da realidade que está se querendo retratar.

E também este trabalho estará atrelado ao uso das fontes da História Oral que segundo Freitas é. “História Oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana. ”. (FREITAS, 2006, p.05). Dessa forma a História Oral abrange um patamar que pode retratar desde o cotidiano os boatos, coisas que o povo fala até grandes feitos de uma pessoa, que ao serem estudados e

abordados podem falar além do que está nas fontes escritas, principalmente o que não pode ser encontrado nelas. Ela ganhou espaço e expressividade no Brasil, principalmente após a ditadura militar no período da abertura política nas décadas de 1970 e 1980 como falam os seguintes autores.

Desse modo, ocorreram em 1975 as primeiras experiências sistemáticas no campo da História Oral no país: especialistas norte-americanos e mexicanos ministraram cursos no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, com o patrocínio da Fundação Ford. A partir de então a História Oral foi ganhando adeptos através de um processo lento e descontínuo. (PEREIRA NETO, MACHADO, MONTENEGRO, 2009, p. 115).

Mesmo tendo ganhado mais espaço no Brasil a pouco tempo, a História Oral é essencial e de enorme importância, pois ela guarda e conserva até os dias atuais uma grande carga cultural muito presente na história de vida das pessoas e locais, pois através dela são transmitidos muitos rituais, histórias familiares, receitas que ao serem pesquisadas, podem enriquecer e até transformar a história de muitos entre outros aspectos da sobrevivência humana. Quando se possui fontes documentais escassas dessa maneira Delgado diz que a História Oral está fortemente relacionada com o que já foi vivido, é um estudo voltado para isso. "Trata-se do encontro da História já vivida com a história pesquisada, estudada, analisada, enfim, narrada". (DELGADO, 2003, p. 11).

Ao se utilizar da História Oral foram feitas entrevistas em profundidade, sendo as mesmas previamente planejadas e elaboradas com o objetivo voltado para se conseguir dados e depoimentos para a construção de uma pesquisa qualitativa, que visa retratar a história local do cotidiano dos moradores, bem como são estabelecidas as diferentes relações de trabalho. O depoimento colhido tem como objetivo dar o enredo necessário para melhor retratarmos a história e a realidade da comunidade pesquisada, bem como a condição de vida e a realidade enfrentada pelas pessoas que moram no sítio em seus respectivos trabalhos exercidos nos ambientes urbano e rural.

Buscamos desta maneira conseguir através do uso da História Oral, pesquisar relatos sobre a história de vida dos trabalhadores do Sítio Agrovila Ribeiro Novo, comunidade esta que possui 44 (quarenta e quatro), lotes cada um com 2 ha. 46 (quarenta e seis) casas e 35 (trinta e cinco) famílias. Pois é notável a diversidade nas atividades que compõe a realidade trabalhista dos mesmos.

Visto que essas atividades vão da agricultura familiar local até a construção civil em outras cidades. Mostrando assim a variedade das ocupações exercidas pelos trabalhadores ao longo da história da comunidade, bem como as razões dessa diversidade de atividades que possuem como objetivo primordial se conseguir o sustento e melhorias de vida para a família. Foram entrevistadas pessoas que moram no Sítio Agrovila Ribeiro Novo atualmente, homens e mulheres que se mudaram para a comunidade em diferentes épocas.

As entrevistas feitas foram baseadas em um roteiro elaborado previamente o qual estava relacionado a questões que envolvem diretamente os entrevistados, sendo elas a origem familiar, suas ligações com o trabalho rural e a agricultura. E por último suas experiências além do meio rural uma evolução das profissões seguidas, ao longo de sua vida fora das terras e dos trabalhos ambiente familiar. Como morador do Sítio Agrovila Ribeiro Novo, sua relação e acesso à terra e ao final que envolve questões pessoais e suas opiniões, quanto a importância do trabalho exercido por cada um na sociedade.

A entrevista foi feita com um total de 13 (treze) pessoas, sendo 1 (um) residente na cidade de Alagoa Grande e 12 (doze) moradores da Comunidade Rural pesquisada aposentados, trabalhadores e trabalhadoras moradores do Sítio Agrovila Ribeiro Novo. Os entrevistados estão divididos em 2 (dois) agricultores aposentados, 3 (três) funcionários públicos, 2 (dois) trabalhadores da construção civil, 2 (dois) trabalhadores rurais dos engenhos, (1) um tratorista e 1 (uma) trabalhadora doméstica. E também para uma melhor descrição da história da comunidade rural foram entrevistados dois senhores 1 (um) agricultor aposentado e morador da comunidade e 1 (um) Extensionista da EMATER-PB, as entrevistas com eles foi relacionada a origem do local e como se estabeleceram os primeiros moradores e quando começaram a buscar trabalho fora da comunidade.

A comunidade rural Sítio Agrovila Ribeiro Novo está localizada na zona rural do município de Alagoinha/ PB, Silva (2014). Se encontrando a cerca de 5 Km de sede municipal, na região sudoeste do município, a mesma surgiu na década de 1980, mais precisamente em 1983, e foi construída, segundo os moradores através de um projeto da EMATER chamado PROCANOR-Programa Especial de Apoio as População Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste. Segundo a documentação referente, que foi a escritura da terra o Sítio Agrovila Ribeiro Novo possui uma área de 88,7 ha. porém, após ser feito o Cadastro Ambiental Rural em 2018 constatou-se que na verdade são

70 ha. Segundo a documentação antes de ser a comunidade no local, as terras pertenciam ao engenho Ribeiro Novo que atualmente localiza-se nas imediações próximo da comunidade. As fotos a seguir mostram a localização e a área correspondente a comunidade alvo da pesquisa:



Foto 2: Localização da Comunidade sitio agrovila Ribeiro Novo
Fonte: Google Earth apud Silva Junior



Foto 3: Delimitação territorial do Sitio Agrovila Ribeiro Novo.
Fonte: Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR

A documentação analisada, traz muitas informações a respeito do território onde atualmente está situada a comunidade Sitio Agrovila Ribeiro Novo, um pouco sobre a história das terras desde 1930 e os nomes dos donos anteriores da propriedade. O documento lido trata-se de um Inventário ⁵registrado em cartório no ano de 1982. Possuindo como característica a descrição detalhada acerca da trajetória do imóvel, sua leitura funciona como se estivesse voltando no tempo, conforme é feita os relatos que contém no mesmo se tornam mais antigos. Nele mostram-se dados como o ano em que território chegou às mãos do senhor José Cavalcante dos Santos que mais tarde venderia para o Projeto da EMATER, sendo esta a parte inicial do documento retratado. Onde descreve o ano em que o senhor José Cavalcante adquiriu as terras no início da década de 1980. Vendendo-a para Associação de Moradores Rurais de Ribeiro Novo no ano de 1983, esta informação também pode ser comprovada pela escritura das terras.

⁵ Segundo Oliveira Filho "Inventário é a descrição enumerada, registrada, detalhada e minuciosa do patrimônio, dos bens e das coisas deixadas pela pessoa falecida, para que se possa proceder à liquidação dos bens e à partilha do acervo hereditário entre seus herdeiros e sucessores. Através do inventário, portanto, faz-se a identificação dos sucessores, da herança, das eventuais dívidas e das obrigações deixadas pelo falecido, para futura partilha ou adjudicação do resultado aos herdeiros." (OLIVEIRA FILHO, 2000, p. 4)

O segundo relato que possui da documentação fala da questão de quando a terra ao ser deixada como herança após a morte do dono o senhor José Barbosa de Lucena “, o imóvel foi adquirido por Herança dos bens deixados por falecimento de José Barbosa de Lucena”. Após este relato é apresentada a parte referente a novamente a mais uma compra das terras “O imóvel foi adquirido por compra feita pelo senhor João Barbosa de Lucena e sua esposa”. Este senhor João Barbosa possui o engenho até os dias atuais e emprega muitas pessoas da comunidade em sua propriedade.

Segundo o Documento em sua última parte: “O imóvel foi adquirido a terceira vez por José Barbosa de Lucena por compra feita ao Senhor Lourenço Albuquerque Melo, a mais de 50 (cinquenta anos). É importante se observar que a referência de 50 anos antes está datada de 1982, e se retrocedermos um pouco no tempo percebe-se que esse registro de compra e venda presente no inventário data das décadas de 1920 ou 1930 sendo este o registro mais antigo que se possui da trajetória da terra. Lembrando essas Terras além de serem onde se encontra a comunidade rural são referentes ao local onde até hoje existe o engenho Ribeiro Novo.

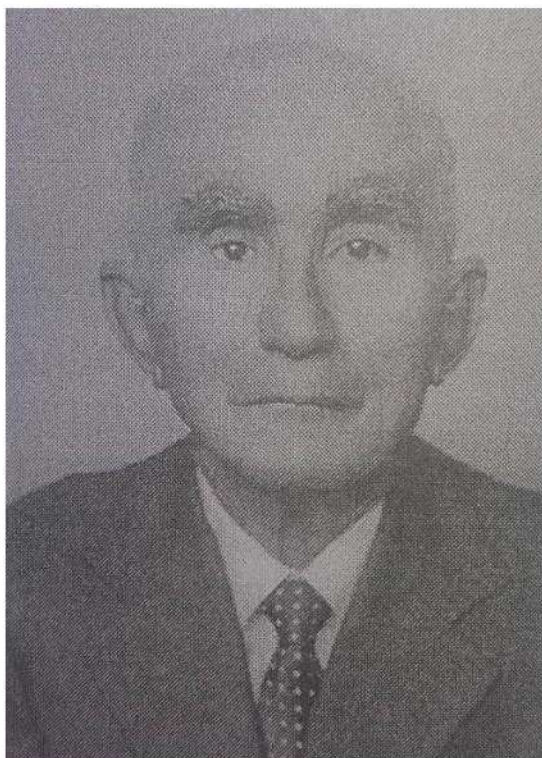


Foto 4: José Barbosa de Lucena político alagoinhense e ex-dono das terras.
Fonte: Andrade Filho



Foto 5: Senhor Vicente de Lucena Beltrão, prefeito da cidade de Alagoinha no período que a comunidade foi construída na década de 1980.

Fonte: Blog do Cristiano Alves.

Para um maior reforço das fontes documentais já citadas e também adquirir mais informações sobre a formação e origem do local da vila em si, foram entrevistados um agricultor aposentado e morador chamado Francisco José de Araújo e o senhor Paulo Luiz dos Santos, mais conhecido como (Paulo da EMATER). A entrevista a mim concedida por este senhor não será utilizada apenas neste trabalho acadêmico, tendo em vista também a fala sobre a realidade local e outra acadêmica do curso de Geografia. Também fez uso da palavra do senhor Paulo. O mesmo informou que trabalha da EMATER do Estado da Paraíba desde o ano de 1975, atuando no município de Alagoa Grande e Região ele nos disse que:

Desde quando comecei a trabalhar na EMATER, ando junto com o agricultor familiar. Meu trabalho além da elaboração de projetos que trabalham ao lado do pequeno agricultor visando orientar prestar assistência dentro das possibilidades visa a formação de associações para se discutir problemas e questões da comunidade. (Paulo Luiz dos Santos, Extensionista da EMATER-PB, 64 anos).

A comunidade de Ribeiro novo foi uma dessas associações criadas através de projetos da EMATER mais precisamente pelo PROCANOR, segundo o entrevistado para a total construção da comunidade houveram intervenções do Banco do Nordeste na Compra do terreno, dos Governos Federal e Estadual nos recursos e

do INCRA na construção e eletrificação das casas. Sobre o projeto o senhor Paulo afirmou:

O PROCANOR não existe mais, em 1982 o governo federal criou um programa chamado PROCANOR para atender os agricultores e os trabalhadores rurais que desempenhavam atividades como trabalhadores nas áreas canavieiras. E na verdade quando identificamos este programa além do financiamento as pessoas mesmo com poucas posses como uma vaquinha um animalzinho aqui dava direito a essas famílias que morava nessas áreas canavieiras a serem beneficiadas por esse programa e ele teve a oportunidade de adquirir várias pequenas propriedades aqui na região nós tivemos em Alagoa Grande e municípios vizinhos que eu dei assistência lá também. As duas foram o assentamento Quitéria em Alagoa Grande que depois se envolveu no INCRA, embora o PROCANOR não seja do INCRA, e Ribeiro Novo e Ribeiro Grande sendo em Alagoinha mas eu dava assistência lá. (Paulo Luiz dos Santos, Extensionista da EMATER-PB, 64 anos).

O Morador o Senhor Francisco falou também sobre o projeto que norteou a fundação do local: *“Com relação ao surgimento do local pelo PROCANOR foi comprada essa terra aqui e ai cada um compro dois hectares e vimo morar aqui, isso aqui foi vendido pra gente a gente pagou. O PROCANOR comprou e tirava os povos das fazendas lá e butava pra cá”.* (Francisco José de Araújo, Agricultor Aposentado, 72 anos).

No início o projeto de fundação tinha como objetivo trazer as pessoas de uma comunidade rural localizada em Alagoa grande denominada Vertente e estes no final eles não se mudaram para o local. Assim ele consegue criar o projeto com o objetivo de fazer o povo do Vertentes ir para Alagoinha segundo o Senhor Paulo:

Ribeiro novo aconteceu uma fato interessante ela foi concedida como uma unidade demonstrativa pra você ter uma ideia nós tínhamos aqui uma área muito pobre com resquícios do quilombo chamada Vertentes onde moravam mais ou menos 54 famílias que moravam em 5 hectares de terra e a aquela área de Ribeiro Novo que é de 88.7 hectares, eu identifiquei essa área próxima a Alagoinha que tinha muita água apesar de ser alta e era uma área de identificação do projeto de monocultura canavieira e o objetivo nosso era transferir este povo do Vertentes de Alagoa grande para Ribeiro Novo em Alagoinha, mas ninguém de vertente foi pra lá nenhum. (Paulo Luiz dos Santos, Extensionista da EMATER-PB, 64 anos).

O morador Senhor Francisco José de Araújo nos falou um pouco com relação a fundação da comunidade:

Isso aqui foi comprado mais por causa do povo do Vertente de Alagoa Grande eles vinhero olharo disseram que era muita ladera ao vim pra qui não quisero. Aí foi quando seu Paulo disse pra nos vocês tão morando ai e a Sudene não que ninguém lá dentro mesmo e mandou a gente vim dar uma olhada aqui ai a gente quisemos e acertamos de vim morar aqui. (Paulo Luiz dos Santos, Extensionista da EMATER-PB, 64 anos).

Dentro dos parâmetros das funções do extensionista rural da EMATER entrevistado, segundo ele mesmo e alguns moradores locais, sua atuação foi de suma importância na formação local com relação a origem das terras tendo em vistas as primeiras negociações para se adquirir o terreno e terem sido feitas por ele, e ainda divulgação do projeto para que as pessoas interessadas procurassem as terras para nelas se estabelecerem. Antes das mesmas serem destinadas ao projeto ele disse que:

O dono o proprietário das terras era uma pessoa de Guarabira chamado José Cavalcante e também trabalhava na EMATER comigo perto de mim ai quando eu identifiquei disse Zé, tu não vende essa propriedade não, entendeu então começou tudo por ai. Então nós criamos o projeto para esses povo se mudar tudo pra lá, como eu trabalhava em todo o município e também na fazenda Bastiões que tinha muitas pequenas propriedades dentro de uma grande propriedade onde os agricultores familiares trabalhavam nessa área de bastiões e infelizmente nesse período muita gente foi expulsa das terras e outro estavam sem fazer nada ai eu falei estou comprando uma área vocês querem ir pra ali foi quando chamei essas pessoas e eles ficaram numa casa logo no começo passava a semana lá eles ficaram me ajudando a medir os lotes. Depois além dos meninos de Bastiões foram também pessoas de Alagoinha tudo morar lá. (Paulo Luiz dos Santos, Extensionista da EMATER-PB, 64 anos).

É notável que na fala do entrevistado sobre as pessoas, as quais ele se refere são os primeiros moradores que se mudaram para o local. Sendo assim, como se encontram nas escrituras, as mesmas foram vendidas pelo Senhor José Cavalcante para Associação de Moradores Rurais de Ribeiro Novo. Ele disse também que a Associação dessa comunidade Rural foi criada durante este período para que houvesse todos os tramites legais de compra e venda do terreno para implantação do projeto e a construção das casas até hoje, muitos moradores se referem ao valor simbólico da compra dos terrenos dizendo que “ vocês pagarão com uma galinha”.

O território que compõe a comunidade possui muitas serras e é cortado por rios que possuem água em determinados períodos do ano está dividido em 44 (quarenta e quatro), lotes com 2 ha. Cada um destes 1 (um) é onde se localiza a vila, desde a fundação aos lotes foram destinados um para cada proprietário que moraria no local com a instalação do projeto. As construções presentes hoje no Sitio Agrovila Ribeiro Novo são 46 (quarenta e seis) casas todas feitas de alvenaria assim como todas as outras construções, onde apenas algumas delas possuem moradores. Elas foram construídas ao longo do tempo na comunidade sendo algumas da década de 1980 com mais de 30 anos e outras ainda sendo construídas em 2018. Quanto a construção das primeiras casas um morador falou que: *essa- casa da gente, ou melhor*

barraco, não chamo casa, chamo barraco. “O governo do Estado ele deu uma ajuda pra tudinho; eram 44 (quarenta e quatro) moradores; para cada uma saiu um total, o total não dava para fazer mais; dava para começar os lotes, eram separados e o local das moradias são essas”. (Francisco José de Araújo, Agricultor Aposentado, 72 anos). As mais recentes são feitas com recursos dos proprietários moradores que constroem suas casas para morar quando se casam.



Foto 6: Sitio Agrovila Ribeiro Novo.
Fonte:Acervo da autora.



Foto 7: Vista parcial da Comunidade Sitio Agrovila Ribeiro Novo.
Fonte: Acervo da autora.

Há uma (01) lavanderia pública utilizada até hoje pelas pessoas para lavarem a louça e as roupas e vizinha a ela uma (01) Escola Municipal de Ensino Fundamental,

que se chama José Cabral de Albuquerque, funcionando atualmente as séries do Ensino Fundamental I de forma multisseriada, com uma extensão da escola localizada na cidade, chamada José Barbosa de Lucena, com relação à escola, Paiva diz que: “A escola começou a funcionar no ano de 1986 com um número de alunos muito pequeno, eram apenas 35 alunos. A primeira professora “Diomar Pequeno Pereira Paiva” (PAIVA, 2012, p. 25). Hoje a escola possui um total de 13 alunos, 3 (três) funcionárias, sendo 2 (duas) professoras e 1 (uma) auxiliar de serviços gerais. Tanto a escola como a lavanderia foram construídas no período de implantação da comunidade. Quando os alunos chegam ao 6º ano do Ensino Fundamental precisam se locomover para a cidade de Alagoinha caso queira prosseguir como os estudos.

Existem ainda 1 (uma) casa de farinha desativada desde o ano de 2008, e atualmente serve de garagem. Um poço artesiano que abastece a comunidade como a principal fonte hídrica do lugar. Estas foram segundo o senhor Paulo da EMATER e os moradores construções feitas durante o projeto.

Um canal de retenção de águas chamado popularmente de “vala” construído entre os anos de 1993 e 1994. E por último 1 (uma) Capela N. S. Aparecida, única Igreja da Comunidade, construída segundo os moradores entre 1990 e 1991 pelo Padre Monsenhor Luigi Pescarmona, quando administrador da paróquia de Alagoinha por quase 20 (vinte) anos, sendo até hoje bastante falado na comunidade por este feito. E também a maioria da população local frequenta esta Igreja se afirmando como católicos, poucas pessoas não frequentam e se afirmam protestantes, mas no final acabam por não frequentar nenhum tipo de religião.



Foto 8: Capela N. S. Aparecida, do Sítio Agrovila Ribeiro Novo.
Fonte: Acervo da Autora.



Foto 9: Casa de Farinha da Comunidade, desativada.
Fonte Acervo da autora

Com relação a população residente na comunidade rural, o local começou a ser habitado em 1983, quando as primeiras famílias se mudaram para o sítio, e a família que se mudou mais recentemente foi em 2017. O sítio possui atualmente um total de 122 (cento e vinte duas pessoas), sendo 58 (cinquenta e oito) homens e 64 (sessenta e quatro mulheres), com idades entre 8 (oito) meses a 83 (oitenta e três) anos. As pessoas estão divididas em 35 (trinta e cinco) famílias que variam entre 1 (uma) e 8 (oito) pessoas por casa. Estes dados foram obtidos com a agente de saúde da área no dia 29 de setembro de 2018.

Com o passar do tempo após a fundação da comunidade muitos de seus primeiros moradores passaram a vender as terras e as casas e irem morar na cidade ou em outras comunidades rurais. Quando negociavam as vezes vendiam a casa e o lote para uma pessoa só ou para donos diferentes o que tornou atual configuração de moradores da comunidade um pouco dinâmica se formos comparar como o período de sua fundação e atualmente está organizada da seguinte forma: existem 9 (nove) casas desabitadas, porém todas têm dono, que as adquiriram por meio da compra, as vezes as alugam para outros moradores que chegam para morar no local. E quanto aos lotes, não há nenhum sem proprietário, há pessoas com casa e lote, apenas com a casa só com o lote ou até mais de 1 (um).



Foto 10: Casa mais antiga da comunidade segundo moradores quando vieram morar no local ela já existia.
Fonte: Acervo da autora.



Foto 11: Casa mais recente da comunidade ainda se encontra em construção.
Fonte: Acervo da autora.

As pessoas que atualmente compõem a população da comunidade vieram de outros locais e cidades vizinhas como: Mulungu e Alagoa Grande, entre outras que eram moravam em fazendas e estabeleciam relações de foreiro e empregados. Quanto as questões burocráticas e representatividade, existe uma associação

chamada “Associação de Moradores Rurais de Ribeiro Novo”, que se reúne mensalmente para tratar de questões que envolvem a terra e a busca de melhorias para o local, organiza as questões referentes ao ICRA e a outros problemas internos da comunidade. Inclusive, esta associação foi fundada durante a criação da comunidade para que houvesse os tramites legais da compra e venda das terras, onde seriam feitas as casas. Sobre a fundação da mesma existe um documento que informa a data do seu surgimento, trata-se da ata de uma reunião que teve como objetivo a fundação da Associação de Moradores Rurais de Ribeiro Novo, segundo este documento o fato ocorreu “*Aos dois dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta de dois, reuniram-se 31 (trinte e uma) famílias na localidade com o objetivo de fundar uma associação*”. Mais à frente, o documento fala um pouco sobre a relação da associação com o projeto e a fundação do local. Assim:

Outro participante Jandira Silva de Oliveira, motivou os presentes em regularizar a associação e solicitar o apoio aos Órgãos competentes como a aquisição de terras para fixarem suas residências construção de escolas de estradas e eletrificação da comunidade.

Após as informações sobre a História da comunidade serem apresentados por meio das entrevistas e da documentação podemos notar que primeiro a formação se deu pelo projeto PROCANOR do elaborado e implantado pelos Governos Federal e Estadual. Teve como intermediária a EMATER-PB na pessoa do senhor Paulo Luiz dos Santos que organizou reuniões e informou as pessoas da ocorrência do projeto para que interessassem em obter a terra e morar no local. Foi financiada pelo Banco do Nordeste na compra da terra e pelo INCRA na construção e eletrificação das casas. Vemos assim que a formação da comunidade teve a participação de diferentes instituições que tiveram funções essenciais que vão desde a fundação do projeto até a formação da localidade.

Ainda segundo este documento, o primeiro presidente da associação foi o senhor Rafael Antônio dos Santos. Nas imediações do lugar onde é situada a comunidade, há um total de 4 (quatro) engenhos chamados: Belo Monte, São João, Ribeiro Novo e Balancinho. Eles existem no local desde antes da fundação da comunidade, sendo este o fator crucial na instalação do PROCANOR no local para que acontecesse a formação desta comunidade rural, pois o projeto deveria ser implantado para atender os trabalhadores de regiões onde existissem a monocultura canavieira. Atualmente um deles está desativado.



Foto 12: Engenho Belo Monte um dos 4 (quatro) engenhos próximos a comunidade pesquisada.

Fonte: Acervo da Autora.

Na comunidade rural estes engenhos citados acima são de grande importância, porque foram neles que se estabeleceram as primeiras relações trabalho, envolvendo os moradores desde o surgimento da comunidade, já que a implantação da comunidade disponibilizou no passado e ainda continua no presente uma grande quantidade de mão de obra barata para estes engenhos ao longo dos tempos. E os mesmos influenciam a comunidade desde a sua origem, a começar pelas terras onde hoje está localizada a Agrovila Ribeiro Novo já pertenceram ao território do antigo Engenho Ribeiro Novo.

Outra questão é a proximidade que sempre facilitou para os donos dos engenhos conseguirem a mão de obra dos moradores do Sítio Agrovila Ribeiro Novo. Dessa maneira havia grande conhecimento por partes dos moradores os trabalhos nos engenhos, principalmente quando se precisava de novos trabalhadores e uns foram chamando os outros, e isso dura até os dias atuais, demonstrando como as relações de trabalho têm influência nos outros meios de trabalho dos engenhos na comunidade.

Como por exemplo, sobre o engenho Balancinho há um fato interessante, trata-se de uma divisão das terras por herança e isso afetou as relações de trabalho dos moradores do Sítio Agrovila Ribeiro Novo, que lá trabalhavam durante este período, tendo em vista que só trabalhavam para um patrão eles, passaram a trabalhar em propriedades diferentes a partir do momento que a propriedade foi dividida no ano

de 1995. Segundo um mapa da propriedade cedido por um dos herdeiros da terra, a divisão é a seguinte: Balancinho I com 40,40 ha, Balancinho II com 50,40 ha, Balancinho III com 34,65 ha, Balancinho IV com 35 ha, 30, Balancinho V com 37, 15 há, Balancinho VI com 38, 10 ha, e a Sede Condomínio Engenho Balancinho com 3, 65 ha. Ainda segundo alguns moradores e o senhor que cedeu o mapa haviam 23 (vinte e três) funcionários em toda a propriedade e destes 13 (treze), eram moradores do Sítio Agrovila Ribeiro Novo. A partir do momento da divisão cada proprietário ficou como patrão de 2 (dois), ou até 5 (cinco) funcionários que passaram a trabalhar com diferentes atividades de natureza rural, cana, gado, etc.



Foto 13: Limites territoriais entre a comunidade rural e 3 dos Engenhos falados acima.

Fonte: Cadastro Ambiental Rural - CAR

Logo no início após a fundação da comunidade, a maioria das pessoas (homens e mulheres) trabalhavam nos engenhos, exercendo atividades de natureza rural e revezando com os trabalhos nos roçados localizados em seu próprio lote ou em terras de terceiros, para complementar a renda. Mas com o passar do tempo, passou a ter também outras atividades e trabalhos exercidos pelas pessoas do sítio como funcionários públicos, pessoas que vendem em pequenas mercearias e bares. E ainda os trabalhadores, que se destinaram no trabalho da construção civil em outras cidades da região, trabalhos domésticos e muitos que se mudaram para o Rio de Janeiro com o objetivo de encontrar melhores oportunidades e até hoje moram por lá,

visitando a comunidade apenas em determinados períodos do ano por que possuem parentes que até hoje moram na comunidade.



Foto 14: Estrada localizada na direção nordeste da comunidade a mesma é de grande importância pois é utilizada pelos trabalhadores para chegarem aos trabalhos e as pessoas para se locomover para a cidade de Alagoinha esta é a estrada que dá acesso ao engenho Ribeiro Novo.
Fonte: Acervo da Autora.

Observando e conversando com alguns moradores durante as entrevistas locais, pudemos notar que as atividades de trabalho das pessoas que moram no sítio, bem como a formas de se conseguir a renda para o sustento familiar é bastante dinâmica. Além dos trabalhadores assalariados, há os temporários que praticam os bicos, existem os trabalhadores da agricultura familiar, pequena produção de animais, e os que dependem de benefícios como bolsa família e aposentadoria. Existem ainda duas pequenas vendas e bares, que pertencem as duas senhoras aposentadas e moradoras da comunidade, que também é uma forma complementar de renda das mesmas. A população ativa trabalhadora da comunidade forma um grupo bastante heterogêneo, considerando a existência de pessoas que trabalham nos engenhos, em fazendas, funcionários públicos, trabalhadores da construção civil, trabalhadoras domésticas e etc.



Foto 15: Esta estrada está localizada a sudoeste na comunidade é uma continuação da outra sendo também de grande importância e tendo as mesmas funções. Esta é a Estrada que dá acesso aos Engenhos Balancinho, São João e Belo monte. Com destaque para o bar de Dona Nevinha.
Fonte: Acervo da Autora.

Diante das discussões já realizadas sobre o processo da proletarização dos trabalhadores assentados e moradores das comunidades rurais, priorizaremos agora uma abordagem sobre as entrevistas por nós realizadas na comunidade rural Sítio Agrovila Ribeiro Novo Alagoinha/PB, procurando mostrar como realmente funcionam as relações de trabalho e processo das experiências de trabalho fora do ambiente familiar e assalariamento.

3 ENTREVISTAS

Utilizando-se da metodologia de gravação das narrativas, envolvendo-se com a História Oral que no Brasil começou a ser utilizada: “O uso da técnica e da metodologia da história oral de maneira mais efetiva e acadêmica no Brasil, pela comunidade dos historiadores, coincide com um momento político singular de nossa história política: o fim do regime militar e o incremento das lutas por liberdade de imprensa, pela anistia e pelo exercício pleno dos direitos do cidadão”. (PEREIRA NETO; MACHADO E MONTENEGRO, 2009, p. 115).

As entrevistas feitas com os moradores e trabalhadores, foram baseadas em um roteiro elaborado previamente, o qual estava relacionado com questões que envolvem a trajetória do trabalhador numa evolução das profissões seguidas pelos moradores ao longo da vida. Como morador do Sítio Agrovila Ribeiro Novo sua relação e acesso à terra, bem como com os trabalhos rurais, e ao final questões que envolvem suas opiniões pessoais quanto a importância do trabalho exercido por cada um na sua vida e na sociedade.

A entrevista relacionada aos trabalhadores foi feita com um total de onze pessoas sendo, trabalhadores e trabalhadoras moradores do Sítio Agrovila Ribeiro Novo estes eram 2 (dois) agricultores aposentados, que praticam a agricultura familiar, 3 (três) funcionários públicos, 2 (dois) trabalhadores da construção civil, 2 (dois) trabalhadores dos engenhos exercem atividades de natureza rural 1 (um) tratorista agrícola e 1 (uma) trabalhadora doméstica. E através delas busco retratar e mostrar a diversidade nos trabalhos exercidos pelos habitantes da comunidade, bem como a importância das profissões para cada um que as exerce.

As primeiras questões a serem abordadas na entrevista dizem respeito a origem familiar e na Comunidade Agrovila Ribeiro Novo, neste primeiro momento foi falado pelos entrevistados um pouco sobre sua origem e como chegaram a comunidade se estabelecendo até os dias atuais morando até hoje no local.

O senhor Expedito José de Araújo um agricultor aposentado respondeu:

Nasci na Fazenda Bastiões no município de Alagoa Grande, cheguei pra morar aqui em Alagoinha no dia 19 de março de 1984, eu mesmo minha mudança foi pouca, eu me casei em Alagoa Grande e me mudei pra aqui, já estava feita uma casa e os moveis tudo comprado em Alagoinha não fui morara na vila de imediato, mas em uma casa nas imediações. Quando vim aqui na vila a primeira vez foi em 1983 e as casas ainda não existia, mas o projeto já havia sido encaminhado em partes já tinha o grupo e a lavadeira já existiam, estava dividido os lotes e sido dado a quem quisesse e sobrando alguns, por isso consegui morar aqui a casa foi construída durante o projeto quando saiu o dinheiro para a construção possuo a casa sou morador e tenho o lote de terra de 2 ha. (Expedito José de Araújo, Agricultor Aposentado, 66 anos).

É importante perceber que na fala do entrevistado há passagem de quando ele morava na região antes do surgimento da comunidade rural; é importante frisar que essa é a situação de muitos outros moradores locais que antes do surgimento da comunidade rural, moravam na região e mudaram-se após a implantação do projeto.

O outro agricultor aposentado chama-se o senhor Manoel Assis da Silva, quanto a sua origem afirmou que: *“Nasci na Flores fica na Fazenda Gomes município de Alagoa Grande, para morar em Alagoinha cheguei em 1985, construímos as casas onde moramos até hoje no sitio possuo a casa e o lote”*. (Manoel Assis da Silva, Agricultor Aposentado, 65 anos). Aqui como no caso da maioria das pessoas entrevistadas, pode ser destacada a questão da mudança já que o entrevistado tem sua origem em outro município.

Com relação as pessoas que exercem trabalhos como funcionários públicos, responderam sobre suas origens da seguinte maneira: A Agente de saúde Severina Félix dos Santos afirmou:

Nasci na cidade de Alagoa Grande, mas minha família sempre morou no engenho Balancinho, moro no sitio Agrovila Ribeiro novo a 14 anos, de início morei em uma casa alugada depois fiquei em uma casinha cedida atualmente moro na minha casa própria, sou apenas moradora não possuo lote de terra. (Severina Felix dos Santos, Agente Comunitária de Saúde, 42 anos).

A senhora Maria Inês de Araújo Silva, que atualmente trabalha como auxiliar de serviços gerais disse que: *“Nasci no município de Mulungu /PB tive 3 (três) filhos, moro no Sitio Agrovila Ribeiro Novo ha 33 (trinta e três) anos em casa própria”*. (Maria Inês de Araújo Silva, Auxiliar de Serviços Gerais, 54 anos)

O senhor Adriano de Araújo Silva, que trabalha como motorista de transporte escolar afirmou que *“Nasci no município de Mulungu, e no sitio cheguei junto com os meus pais na época eu tinha 3 (três) anos.”* (Adriano de Araújo Silva, Motorista, 36 anos).

No que se trata da origem, podemos notar que são nascidos em 2 (duas) cidades diferentes.

Quanto aos trabalhadores da construção foram entrevistados, o senhor Edvaldo Batista de Araújo e o senhor Eder da Silva Araújo. O primeiro afirmou: *“Sou natural de João Pessoa, nasci lá, mas meus pais era morador antigo do engenho Monte Alegre aqui na região. Passei a morar na Agrovila quando me casei a 27 anos atrás no ano de 1991”*. (Edvaldo Batista de Araújo, Ajudante de pedreiro, 49 anos)

O segundo me contou: *“Sou nascido em Alagoa Grande, e residente no Sitio agrovila Ribeiro novo em Alagoinha pois quando nasci meus pais já residiam no local”*. (Eder da Silva Araújo, Ajudante de pedreiro, 32 anos)

Os trabalhadores dos engenhos entrevistados foram: o Senhor Severino dos Santos Araújo trabalha no engenho Balancinho e o senhor Cicero Moreira Diniz, que

trabalha no Engenho Ribeiro. Com relação as origens eles responderam: o senhor Severino.

Nasci na fazenda bastiões no município de Alagoa grande, cheguei em Ribeiro Novo no ano de 1983 no final do ano, minha família se mudou para o local somos um dos primeiros moradores e passamos a morar numa casa que já era construída no terreno lá. (Severino dos Santos Araújo, Agricultor, 44 anos).

O senhor Cicero nos informou: *“Nasci no engenho Balancinho município de Alagoinha, nos mudamos para a associação de Ribeiro quando eu tinha 20 anos onde possuo um lote e a casa’.* (Cícero Moreira Diniz, Agricultor, 47 anos).

O senhor Severino Assis da Silva exerce trabalhos como tratorista em uma fazenda localizada em outra cidade ele respondeu:

Eu nasci no município de Mulungu ainda na distrema com um lugar chamado Alagoa Nova. Agente morava na fazenda Gomes ai depois saíu esses terrenos ai a gente veio de lá para cá nós chegamos em Alagoinha em 1986. Trabalhei de ajudante de pedreiro na construção de algumas casas e da casa de farinha o pedreiro se chamava João e trabalhava ele um irmão e um cunhado. (Severino Assis da Silva, Agricultor e tratorista agrícola, 53 anos).

Ainda sobre a questão que envolve a origem e a profissão dos pais, os quais exerciam profissões diferentes foram os da senhora Elizangela Diniz dos Santos e a mesma afirmou que: *“Eu nasci no município de Alagoa Grande, desde que nasci, moro em Ribeiro Novo, pois meus pais já viviam aqui antes do meu nascimento; sou apenas moradora, não possuo lote”.* (Elizângela Diniz dos Santos, Empregada doméstica, 32 anos).

Pôde ser visto que as origens dos moradores da comunidade rural englobam diferentes cidades da Paraíba, entre elas estão: Alagoinha, Alagoa Grande, Mulungu e João Pessoa, mostrando assim toda uma dinâmica na formação do local. E que suas chegadas na comunidade rural datam de diferentes épocas, sendo que alguns se mudaram nas décadas de 1980 e 1990 e outros que quando nasceram, os pais já eram residentes no local.

No desenrolar das entrevistas os entrevistados falavam um pouco de sua vida, após falarem sobre sua origem familiar e como chegaram a comunidade, o segundo ponto abordado foi apego ao trabalho rural como as práticas ligadas a este meio, e principalmente a agricultura está fortemente presente na vida todos eles desde a infância, pois eram a principal prática de trabalho dos seus pais pela qual, eles obtinham a renda destinada ao sustento das famílias e desde cedo, possuíam contato direto com a terra. Seu Expedito José de Araújo narrou o seguinte:

Meus pais trabalhavam era na Agricultura, no roçado e onde eles moravam na fazenda Bastiões pagavam um valor em dinheiro chamado de foro, comecei a ajudar meus pais muito novo aos 12 (doze) anos eu já trabalhava no roçado com o carro de boi para cultivar terra. Sempre plantei um roçado para ajudar na renda e até hoje pratico a agricultura familiar onde já plantei e planto: banana, macaxeira, milho, fava, feijão, inhame. Já trabalhei em terras própria do lote, porém hoje o roçado é em terras de outras pessoas. (Expedito José de Araújo, Agricultor Aposentado, 66 anos).

O senhor Manuel Assis da Silva declarou-nos:

Meus pais trabalhavam na agricultura e faziam o roçado. Comecei a trabalhar aos 15 anos com o trabalho na agricultura ajudando meus pais, e boto um roçado para complementar a renda até hoje onde produzo, milho, feijão, fava e macaxeira planto em minhas terras e o trabalho é todo feito pelas pessoas da casa. (Manoel Assis da Silva, Agricultor Aposentado, 65 anos).

Na afirmação dos agricultores aposentados, é importante observarmos as condições de sua vida antes de morarem na Comunidade e depois, quando eles dizem que produzem ou já produziram em terras próprias, percebendo então a autonomia que traz para a vida do morador rural pois quando se plantar em terreno próprio, traz muitas vantagens em cima que quem planta em terras de terceiros pois essa condição de plantar em terras que não são suas exigem o controle do tempo de colheita caso as terras tenham outra utilidade em outros períodos do ano, e também gastos monetários como o foro. O agricultor não terá estas preocupações se as terras forem suas, e por mais que o lote seja pequeno, é algo que pertence a eles.



Foto 16: Roçado do Senhor Expedito José de Araújo com destaque para as lavouras de feijão e milho em crescimento.
Fonte: Acervo da autora.



Foto 17: Roçado do seu Expedito José de Araújo com destaque para a sua esposa Dona Maria, no trabalho na roça.

A Senhora Severina Felix dos Santos falou-nos:

Meus pais são agricultores filhos de agricultores, e trabalharam sempre no engenho com patrões e também e em casa no roçado em terras dos patrões, desde a infância sempre ajudei meus pais no campo, eu e meu marido temos um roçado onde produzimos macaxeira, milho feijão os mesmo esta localizados nas terras do meu sogro em um sitio vizinho chamado Ribeiro Grande por ser pouca coisa a mão de obra é toda nossa só para não ficarmos sem um roçado. Temos também uma pequena horta no quintal de casa onde produzo, coentro, tomate, couve e na comunidade eu não possuo lote só possuo a casa. (Severina Felix dos Santos, Agente Comunitária de Saúde, 42 anos).



Foto 18: Horta da Senhora Severina Félix dos Santos localizada por traz de sua casa.

Fonte Acevo da Autora.

Senhora Maria Inês de Araújo Silva explanou-nos em relação a trajetória profissão dos pais dela:

Meus pais minha mãe trabalhava como agricultora e meu pai além de agricultor era também carpinteiro. Eu comecei e ir pra o campo pra o roçado mais minha mãe com 8 (oito) anos de idade, alias com 5 (cinco) anos ela já me levava lá pra o roçado e eu ficava lá brincando pois era muito pequeno ai eu me criei na agricultura e fui me criando na agricultura. Trabalhei por muito tempo no campo, pois meu marido sempre trabalhou na agricultura e até hoje possui, roçado onde produz feijão quando dá, milho, macaxeira e fava tudo quando dá ele planta em terras próprias. (Maria Inês de Araújo Silva, Auxiliar de Serviços Gerais, 54 anos).

O Senhor Adriano de Araújo Silva afirmou: *“Meus pais são agricultores e trabalham desde muitos novinhos e já ajudei meus pais na agricultura; atualmente meu pai ainda trabalha no roçado”*. (Adriano de Araújo Silva, Motorista, 36 anos)

O Senhor Edvaldo Batista de Araújo falou-nos:

Sou filho de agricultores, meus pais eram moradores e sempre trabalhava nas terras dos outros. Comecei a trabalhar na agricultura também levado pelos meus pais aos 10 (dez) anos. Atualmente tenho junto com minha esposa o roçado onde produzimos feijão milho e fava com base no trabalho só da família. (Edvaldo Batista de Araújo, Ajudante de pedreiro, 49 anos)

O Senhor Eder da Silva Araújo afirmou, *“Meus pais são agricultores nasceram nesse ramo e criados nesse ramo e nele continuaram comecei a ajudar meus pais na infância com 7 (sete), 8 (oito) anos de idade plantando feijão milho colhendo e assim sucessivamente”*. (Eder da Silva Araújo, Ajudante de pedreiro, 32 anos)

O Senhor Severino Dos Santos Araújo disse-nos: *“Sou filho de agricultores também sou agricultor e comecei ao 9 (nove) anos a ajudar os meus pais no roçado”*. (Severino dos Santos Araújo, Agricultor, 44 anos)

O Senhor Cicero Moreira Diniz disse:

Meus pais são agricultores e plantavam nas terras, mas as terras não eram nossas, mas do engenho Balancinho onde nós nascemos, meu pai trabalhava também como trabalhador alugado pra sustentar a família e o trabalho no roçado ficava mais por conta da minha mãe eu e meus irmãos, nós cuidávamos da terra e limpávamos para plantar os produtos e ajudar a renda de casa plantávamos feijão, milho, macaxeira, banana, batata. A partir dos 15 anos comecei a trabalhar junto com o meu pai aprendi muito com ele e até hoje ainda vivo na agricultura e junto com minha família planto o roçado. (Cícero Moreira Diniz, Agricultor, 47 anos)

O Senhor Severino Assis da Silva falou-nos:

Os meus pais trabalhavam no roçado fazia roçado de 5 há. Eu comecei a ajuda trabalha comecei a puxar boi com idade de 8 (oito) anos depois limpa mato e roçar fazer tudo até eu ir trabalhar na fazenda para ajudar, o pai e ele, ficou no roçado com as meninas. Hoje plano roçado as vezes, a agora tenho

uma cana que plantei no ano passado lá no lote. (Severino Assis da Silva, Agricultor e tratorista agrícola, 53 anos).

A Senhora Elizangela Diniz dos Santos falou-nos sobre as experiências laborativas dos familiares: *“Meus pais, até hoje trabalham fora minha mãe é do lar trabalha como doméstica e meu pai na construção civil. Eu já trabalhei no campo atualmente não tenho roçado e sou apenas moradora”.* (Elizângela Diniz dos Santos, Empregada doméstica, 32 anos).

Pode ser percebido em sua resposta que dos entrevistados ela é a única que afirmou que os pais não são agricultores exercendo profissões diferentes.

Partindo das respostas dadas pelos entrevistados, é possível notar que a profissão exercida pelos pais era predominante no espaço agrícola e que essa relação com o trabalho rural é herança de raízes familiares bastante antigas para a maioria deles, podendo ser visto que apenas um dos entrevistados não afirmou ser filho de agricultores. E que muitos deles quando mais novos já ajudavam os pais na agricultura, iniciando seus trabalhos neste meio desde a infância. E que ao se mudar para a comunidade rural muitos continuaram atuando na agricultura através da produção familiar.

Esta terceira parte é dedicada à fala dos entrevistados onde eles retratam as experiências trabalhistas fora do ambiente familiar, das terras próprias dos moradores, envolvendo o processo de assalariamento das pessoas que moram no Sítio Agrovila Ribeiro Novo, relatando algumas de suas experiências em diferentes empregos, bem como o atual que faz do mesmo a renda obtida através dele e a opinião de alguns entrevistados à cerca da importância seu trabalho.

Sobre isso o senhor Expedito José de Araújo narrou que:

O primeiro emprego fora do ambiente familiar eu vim ter depois quando viajei pra o Rio onde trabalhei fichado mesmo. E nos engenhos por aí mesmo foi depois que casei trabalhei alugado por 28 anos, busquei este trabalho porque era aqui no sítio encostado tinha serviço ofereceu aí eu peguei a trabalha. No começo trabalhei no engenho Ribeiro e depois no engenho São João, o dono da propriedade ofereceu trabalho mandando o recado por outros trabalhadores que já moravam na vila e também devido ao lote ser pequeno e não dava para subtrair o sustento da família somente dele. Durante estes 28 anos trabalha no serviço braçal e fazia 8 horas por dia e fiz muita coisa trabalhei no cultivo limpa, corte e moendo cana, e manutenção na propriedade fazendo cerca. Antes de me aposentar a renda vinha do meu trabalho e do lote de terra que possui que ajudava o que eu ganhava hoje a base é a aposentadoria e o trabalho na agricultura é o complemento pra família vive tem ainda aposentadoria da minha esposa e o trabalho de um filho mais velho. (Expedito José de Araújo, Agricultor Aposentado, 66 anos).

Nesta fala do Senhor Expedito é importante que o mesmo já possuía relações de trabalho fora do ambiente familiar antes mesmo de morar em Ribeiro Novo, visto que antes de morar na comunidade, o mesmo já teria trabalhado no Rio de Janeiro, local onde trabalhou com carteira assinada.



Foto 19: Engenho São João local onde um dos entrevistados trabalhou.
Fonte: Acervo da autora.

O Senhor Manoel Assis da Silva explicou sobre sua trajetória trabalhista: *“Nunca exerci trabalhos formais além de agricultor trabalhei como trabalhador alugado nos engenhos daqui onde trabalhava cortando cana, limpando e plantando, e hoje sou agricultor aposentado e a renda da minha casa é oriunda da minha aposentadoria e do trabalho da minha esposa”*. (Manoel Assis da Silva, Agricultor Aposentado, 65 anos).

A Senhora Severina Felix dos Santos fala suas experiências de trabalho retratando que:

Aos 14 anos consegui meu primeiro trabalho fora como empregada doméstica conseguido por uma tia minha em João Pessoa e depois em Alagoinha, ambos com carteira assinada, trabalhei também como professora primária depois fiz uma seleção e passei para Agente de Saúde da área onde atualmente moro. Busquei este trabalho porque sempre nos que temos buscar algo de melhor na vida da gente, porque sempre trabalhei e tinha em mente sempre avançar aí teve a seleção e eu fiz e passei e graças a Deus estou aí como agente de saúde o trabalho do agente de saúde é um trabalho onde você faz visitas domiciliares as famílias mensalmente e a gente orienta as famílias na questão da saúde, orienta as gestantes criança a gente mede e pesa para ver a situação da crianças com relação a nutrição e vacinas, para as gestantes as vacinas e o pré-natal a os hipertensos e pessoas como doenças crônicas são as mais procuradas a busca para que estas pessoas

procurem a unidade de saúde para serem acompanhadas e a gente faz a visita familiar pra buscar o problema identificar o problema na pessoa e encaminhar par que elas sejam avaliadas antes que o problema se agrave nas famílias. A renda da minha casa e do meu trabalho e o do meu marido eu como funcionária pública e ele como agricultor. (Severina Felix dos Santos, Agente Comunitária de Saúde, 42 anos).



Foto 20: Moradora da comunidade Severina Félix dos Santos de verde e amarelo, em seu trabalho como Agente Comunitária de saúde.
Fonte: Acervo da Autora.

Na fala da entrevistada é interessante a maneira que desde cedo, ela ingressou numa experiência de trabalho fora do ambiente familiar, de trabalho no campo e a sua justificativa onde ela traz a questão da melhoria de vida, que através do trabalho ela buscava sempre progredir e melhorar suas condições, conseguindo então o trabalho no qual se encontra atualmente e conquistando sua casa própria; e a importância do seu trabalho para com a saúde das pessoas que vivem na comunidade. E também é possível ver a dinâmica trabalhista dentro da própria casa da entrevista, pois a profissão dela e de seu marido são diferentes.

Maria Inês de Araújo Silva declarou-nos:

Sempre trabalhei na agricultura. Até que indicaram foi uma amiga na época o prefeito passou aqui e estava precisando de uma auxiliar de serviços aí no momento ele me contratou, ai no final do ano fiz o concurso e passei e até hoje trabalho como auxiliar de serviços gerais já trabalhava a um ano e ai não sai mais. Eu trabalho no colégio faço a limpeza geral e faço também o lanche a merenda dos meninos e pronto a rotina é essa. Meu marido ele trabalhou muito na agricultura no engenho e era como a gente se sustentava hoje meu marido ele é aposentado graças a Deus e eu trabalho como auxiliar também trabalho e contribuo com tudo dentro de casa é meio a meio. Vejo a importância do meu trabalho em trabalhar com as crianças e prepara e escolas para recebê-las. (Maria Inês de Araújo Silva, Auxiliar de Serviços Gerais, 54 anos).



Foto 21: Escola municipal onde a moradora trabalha como auxiliar de serviços gerais.
Fonte: Acervo da Autora.

Na fala da mesma é notável que ela trabalhou como agricultora em parte da vida até conseguir por meio de seu esforço próprio após passar em uma prova a profissão que possui.



Foto 22: Moradora do Sitio Agrovila Ribeiro Novo Maria Inês de Araújo Silva, exercendo trabalhos como auxiliar de serviços gerais na escola.
Fonte acervo da autora.

Adriano de Araújo Silva explicou-nos sobre a experiência profissional diversificada:

Eu trabalhei no engenho três meses no engenho no ano passado e esse ano na prefeitura como motorista que carrega alunos e com o carro alugado. O que eu fazia no engenho era roçando mato e cercado, trabalhei destilando fazendo cachaça e hoje como motorista trago os alunos de Belo monte pra o colégio de Ribeiro novo. O trabalho por contrato é temporário recebo mensalmente o salário da prefeitura e é a renda da minha casa. E a importância do meu trabalho tá em além de cumprir minha função como motorista está em sustentar a família em tudo eu contribuo também para o futuro dessas crianças. (Adriano de Araújo Silva, Motorista, 36 anos)



Foto 23: Morador da comunidade Adriano de Araújo Silva, em seu trabalho como motorista
Fonte: Acervo da Autora.

Pode se notar que embora a trajetória trabalhista do entrevistado não seja longa, ela é composta por trabalhos bastantes distintos, porque o entrevistado iniciou seus trabalhos ainda nos engenhos no ambiente da propriedade rural, mas depois foi para um trabalho que embora seja no ambiente rural, não está ligado diretamente à terra nas práticas de trabalho rural onde prevalece até os dias atuais.

Trabalhador da construção, o Senhor Edvaldo Batista de Araújo informou-nos:

O meu primeiro trabalho foi no engenho Balancim aos 15 anos. Fui trabalhar fora em busca de melhores condições e passei 1 ano trabalhando no Rio de Janeiro. Faz 18 (dezoito) anos que trabalho na construção civil em João Pessoa como ajudante de pedreiro, trabalho que foi indicado por um amigo Pessoa mestre de obra e recebo um salário que é o que mantém a família. (Edvaldo Batista de Araújo, Ajudante de pedreiro, 49 anos)

Eder da Silva Araújo relatou-nos:

Aos 22 (anos) viajei para o Rio de Janeiro comecei trabalhando numa farmácia e aos 3 meses sai e ingressei na construção civil no primeiro passei 4 (quatro) anos depois eu sai da empresa e voltei pra minha terra e trabalhei mais 2 (dois) anos trabalhando na construção civil em João Pessoa, fiquei dois anos parados e agora comecei de novo a trabalhar em Guarabira, no

início trabalhei 2 anos como servente de pedreiro e depois fui classificado com guincheiro de obra , hoje tenho 32 anos e por falta de emprego no ramo em que trabalho comecei de novo como ajudante só trabalho na construção civil mesmo meus pais são aposentados e disso a gente vive do meu trabalho e das aposentadorias e meu salário complementa a renda. Sobre a importância do meu trabalho a construção civil ela serve pra muita coisa depende da construção civil, para tudo no crescimento das cidades, transporte. (Eder da Silva Araújo, Ajudante de pedreiro, 32 anos)

Nas respostas encontra-se uma concepção bastante presente no mundo do trabalho, que é a busca por melhorias de vida muito frequente nas diferentes regiões do Brasil. Encontra-se na vida dos dois entrevistados um fato que chama a atenção, pois os dois já terem viajado juntos para o Sudeste, buscando encontrar melhorias de vida e por alguns motivos retornaram a terra natal para continuarem no trabalho braçal de antes.



Foto 24: Morador da comunidade Eder da Silva Araújo, exercendo trabalhos na construção civil na Cidade de Guarabira.

Fonte: Acervo da Autora.

Severino dos Santos Araújo disse-nos que:

Estava com catorze anos no meu primeiro trabalho Comecei aqui trabalhei aqui em Balancim. Nesse tempo o trabalho era cortano cana e moendo pra rapadura. Ai depoi comecei a trabalha nas usinas. Nas usinas não tem lugar certo. Trabalhava um ano num canto, um ano em outro, as veis seis meis. Juntano tudo dá uns cinco anos. Nesse tempos, trabalhei na Usina Santa Maria, trabalhei na Usina Salgado no Pernambuco. É porque foi o tempo que eu sai. Passei uns tempo sem vim trabalhano bicasté né?! Bico era uma semana num canto, uma semana noto. E agora voltei a trabalhar em Balancim de novo, esto com dez ano. Procurei o trabalho por precisão, melhorar as condições. As rendas é meu trabalho e a mulher recebe o Bolsa Família. (Severino dos Santos Araújo, Agricultor, 44 anos)

O entrevistado passou por muitos empregos em diferentes locais, porém, voltados para o setor canavieiro, alguns desses trabalhos foram inclusive nas usinas,

a exemplo da Usina Tanques, muito conhecida aqui na região com um histórico relacionado a economia açucareira e escravocrata, que por anos foi uma grande empresa que movimentou economicamente as cidades da região, comprando toda a produção de cana-de-açúcar de alguns engenhos da região.



Foto 25: Engenho Balancinho lugar onde o morador Severino dos Santos Araújo trabalha.
Fonte: Acervo da autora.



Foto 26: Morador do Sitio Agrovila Ribeiro Novo Severino dos Santos Araújo, trabalhando no engenho Balancinho no momento ele está regulando um pequeno sistema de irrigação.
Fonte Acervo da Autora.

O Senhor Cícero Moreira Diniz disse-nos:

A partir do 16 (dezesseis) anos comecei a trabalhar no engenho Balancinho e até uns 30 (trinta) anos de idade eu trabalhei lá, depois eu deixei de trabalhar no Engenho e fui trabalhar no engenho vizinho chamado São João e trabalhando na agricultura também sempre fiz as duas partes. Hoje trabalho no Engenho Ribeiro a dois meses e meio e o trabalho é temporário e recebo o pagamento semanalmente. Nos engenhos o trabalho é braçal cortar cana limpar cana trazer ela para o engenho pra muer cambitando tudo, roçar cercado é tudo isso o trabalho do engenho. Os trabalhos é a vezes é mais por indicação e também por necessidade que a pessoa tem a pessoa vai procurar o emprego e o homem ta precisado do serviço e contrata a pessoa proco o trabalho porque os lote da gente são muito pequeno e não dá pra gente sobreviver dele não num tem água é a questão da água, ai só no período do inverno que a agente faz plantação acabouse o inverno acabouse tudo não tem plantação num existe mais agente te que procurar outro mei de vida par inteirar aquilo que a gente colheu no roçado pra gente viver o ano todo.(Cícero Moreira Diniz, Agricultor, 47 anos)



Foto 27: Engenho Ribeiro Novo local onde muitos moradores da comunidade rural trabalham inclusive um dos entrevistados.
Fonte: Acervo da Autora.



Foto 28: Moradores do sitio Agrovila Ribeiro Novo trabalhando no engenho Ribeiro foto tirada durante o corte da cana.
Fonte: acervo da autora.

Nota-se que ao longo do tempo a família do entrevistado sempre manteve os dois ofícios: o de trabalhar fora e também na agricultura familiar até os dias de hoje mantem seu roçado embora enfrente algumas dificuldades.

Senhor Severino Assis da Silva disse-nos:

Meu primeiro trabalho foi na fazenda onde eu morava eu tinha uns 15 ano no serviço braçal mesmo. Quando fui trabalhar no engenho Balancinho eu tinha 20 ano e trabalhava com cana trabalhei por 3 (três) anos e 6 (seis) meses. Em 1989 fui trabalhar em uma fazenda em Alagoinha, depois passei uns tempos colocando cana pra usina ainda trabalhei uns 2 meses na GUARAVES, passei 7 anos trabalhando em uma fazenda no município de Mulungu para um patrão depois mais 2 (dois) anos para outro, e desde 2006 estou como tratorista em uma fazenda no município de Belém chamada Santa Mariana. Em meu trabalho no inverno eu corto terra pra plantar capim a gol adubo e no verão no trabalho com o gado carregando agua sal as vezes ração, carrego estacas pra faze alguma cerca e nesse tempo jogo na terra produto chamado calcário e alguma coisa que aparece trabalho é mais no inverno e nesse tempo é mais carregar trabalhador. (Severino Assis da Silva, Agricultor e tratorista agrícola, 53 anos).



Foto 29: Morador da Comunidade Severino Assis da Silva, em um de seus trabalhos como tratorista.

Fonte: Acervo da Autora.

Na resposta do entrevistado pode se perceber que ele já possui uma longa trajetória de trabalhos de natureza rural em várias fazendas de diferentes municípios e que desde muito jovem trabalha neste tipo de propriedade até os dias atuais

Elizangela Diniz dos Santos explicou-nos na sua narrativa:

Meu primeiro trabalho de doméstica tive aos 12 anos desde então trabalho como doméstica a atualmente sou domestica fazem 8 (anos) que estou neste trabalho ele foi recomendação de amigos e recebo meu pagamento semanalmente. Procurei o trabalho é que a minha renda não tava dando ai

eu foi procurar outro meio de sobrevivência. O meu trabalho é lavar roupa passar, cozinhar é isso o trabalho de casa em geral. (Elizângela Diniz dos Santos, Empregada doméstica, 32 anos)



Foto 30: Casa sede do Engenho Balancinho onde a moradora Elizângela Diniz, exerce os trabalhos domésticos, os patrões da mesma passam na casa apenas alguns dias da semana pois possuem residência fixa em cidades da região.
Fonte: Acervo da Autora.



Foto 31: Moradora do Sítio Agrovila Ribeiro Novo Elizângela Diniz dos Santos exercendo trabalhos domésticos.
Fonte acervo da autora.

É muito interessante a diversidade trabalhista presente no local e como os diferentes motivos possuem algo semelhante em suas consequências na busca por um trabalho além do meio rural. Assim, podemos perceber melhor a importância dessa dinâmica e que cada uma dessas profissões presentes nos ambientes rurais pode nos

ajudar a moldar um tipo de morador rural, que atualmente já não depende única e exclusivamente da terra, mas muitos trabalhadores que também almejam novos horizontes, buscando sempre melhorias para si perante a sociedade consumista atual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho foi falado sobre a diversidade trabalhista nas comunidades rurais, algo que pode ser encontrado em todo o Brasil. Não pudemos deixar de falar que sua existência é essencial para economia e a sobrevivência de muitas famílias brasileiras. E como dentro desse ambiente rural muitos moradores conseguem conciliar o trabalho e a produção familiar. Assim, a História desse grupo que sempre lutou ao longo do tempo na busca constante por melhores direitos trabalhistas, nos diz muito sobre a realidade do trabalhador atual, que não é diferente da vida de outrora. E como o fenômeno da capitalização do campo e a má divisão das terras fez do trabalhador rural um operário atuante em diferentes profissões.

Trabalhos como este são importantes, sobretudo para ampliar e contribuir com uma pesquisa que olhe de perto a realidade do trabalhador rural e inspire novas pesquisas, fazendo surgir novos trabalhos que busquem enriquecer um acervo que fale e valorize a trajetória do trabalhador rural, sobretudo, das pequenas comunidades rurais. Para que dessa maneira, a sociedade possa conhecer melhor a realidade trabalhista que vai além da vida do operariado urbano e rural, bem como a sua importância para os setores econômicos e sociais. Além disso, dar lugar a este grupo de trabalhadores, que por muito tempo ficou ocultado por trás das lutas trabalhistas urbanas. Para mim, é importante abordar a temática, porque está presente em meu cotidiano, na minha realidade e das pessoas com quem convivo diariamente.

Além da diversidade e da pluriatividade das profissões exercidas pelos trabalhadores rurais do Sítio Agrovila Ribeiro Novo, percebe-se também como essa variedade é alternada conforme a idade da antiga geração dos mais velhos que atualmente se encontram aposentados, que trabalhavam na agricultura e seguiam profissões voltadas para o patamar rural até os mais jovens da nova geração. Embora continuem voltados para o meio rural, a exemplo dos trabalhadores dos engenhos que também trabalham no roçado, percebe-se a presença das atividades voltadas para o meio urbano como o caso das mulheres que exercem os domésticos e os homens que

trabalham na construção civil, sem falar também nos funcionários públicos que exercem outras profissões fora do ambiente rural.

Através das entrevistas, pudemos notar que os motivos principais que levam as pessoas a buscar o trabalho assalariado fora do lote que possuem, sendo esta uma questão consequente de uma infinidade de fatores, entre eles estão: O tamanho reduzido do lote de terra recebido durante a fundação da comunidade e a renda oriunda do lote, que não é suficiente para sustentar a família, e também sua estruturação geográfica, pois aqui predominam terrenos bastante altos, e isto em períodos secos acaba por tornar complicado para o trabalho do cultivo da lavoura de subsistência, bem com alguns entrevistados não possuem terras na comunidade por serem moradores mais novos na Agrovila Ribeiro Novo.

Outro obstáculo bastante presente é a falta da água, pois entre os entrevistados há pessoas que possuem hortas, criam animais e nos períodos de seca os rios secam e a única fonte se torna o poço artesiano, que dentro de suas limitações consegue suprir algumas dessas necessidades. Esta questão da água deve-se ao fato das chuvas escassas na região em determinados períodos o ano. Todos estes fatores levam os moradores da comunidade a procurar os trabalhos fora do seu habitat natural e também a necessidade de se conseguir independência financeira que melhorem as condições de vida da família, pois se a família tivesse plenas condições de se sustentar, não haveria a necessidade de buscar lá fora outras formas de renda financeira. São várias as justificativas que se encontram em meio a essa questão do povo do Sítio Agrovila Ribeiro Novo para ir procurar o trabalho assalariado. Nos fazendo notar uma necessidade que vai além de uma Reforma Agrária que apenas distribua terras, mas pesa-la como uma possibilidade de garantir espaços maiores de terra para que toda a família tenha espaço para o trabalho agrícola em terras de sua posse.

A temática trabalhada ainda é algo pouco retratado na comunidade rural pesquisada e ainda possui um imenso mundo a ser pesquisado, e falar um pouco mais da comunidade rural pode ser bastante útil em caso de uma pesquisa futura. Busquemos trazer um pouco de sua realidade que ao longo do tempo é muito importante para os seus moradores, pois está presente em seu cotidiano, e também na minha realidade protagonizada pelas pessoas que são uma inspiração a ser seguida dos meus pais e parentes próximos.

REFERÊNCIAS

ABAROTI, Alexandro Elias; MARTINS, Rodrigo Constantie. Configurações Contemporâneas dos Assentamentos Rurais e Reforma Agrária: O Surgimento De Novas Gerações E A Construção De Novos Projetos De Vida. **Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, v. 1, n. 45, p. 213-231, jul. /dez. 2016.

ALVES, Cristiano. **O Ex-prefeito Vicente Beltrão poderá apoiar Alcione Beltrão em 2012**. Alagoinha, 19 jan. 2010. Disponível em: <<http://alagoinhaemfoco.blogspot.com/2010/01/o-ex-prefeito-vicente-beltrao-podera.html>> Acesso em: 10 nov. 2018.

ANDRADE, Manuel Correia de. A propriedade da terra e a mão-de-obra na região da mata e do litoral oriental. In: _____. **A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. Ed. São Paulo: Cortês Editora, 2005. Cap. 3, p. 71-137.

ANDRADE, Sandra Maria Correia de. A questão Agrária no Nordeste. São Paulo em perspectiva. São Paulo, v.11, n 2, p. 109-118. 1997.

ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Trabalhadores rurais e luta pela terra no Nordeste**. Bueno Aires: 1997. Disponível em: <<https://odservatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/811.pdf>> Acesso em: 25 set. 2018.

ANDRADE FILHO, Eginaldes de. Os Primórdios de Alagoinha. In: _____. **Alagoinha: Evolução Político Administrativa**. João Pessoa: Idea. 2004. p. 32-53.

BRANCO, André Luís de Oliveira Castelo. **Produção de soja no Brasil: uma análise econométrica do período de 1995-2008**. 2008. 54 f. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Camapinas, 2008.

BUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no extremo sul do Brasil (1978-88). In: FERNANDES, Bernardo Maçano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: Condições dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Cap. 1, p. 34-53.

CARVALHO, Eduardo Rozetti de. **A luta pela terra na região do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba: da criação dos movimentos socioterritoriais aos assentamentos rurais (1995-2005)**. 2007. 75 f. Monografia (Bacharel em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia. 2007.

CASTRO, C. N. de. **A agricultura no nordeste brasileiro: Oportunidades e limitações ao Desenvolvimento**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br>> Acesso em: 12 out. 2018.

CORREIA, Ana Paula Lopes de Souza. **O desenvolvimento do capitalismo no meio rural e suas consequências para o campesinato**. Presidente Prudente: 2017.

Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/2artigodomes_2017.pdf>
Acesso em: 24 set. 2018.

COSTA, Maria José. **Uma Leitura Geográfica da Reforma Agrária Potiguar**. 2005. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2005.

COSTA, Rinaldo da Silva Bandeira. **A influência da cultura canavieira na formação socio espacial de localidades periféricas no município de Areia: o caso do distrito de Santa Maria**. 2015. 42 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba- UEPB. 2015.

CPRM – Serviço geológico do Brasil. **Projeto de cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Alagoinha, estado da Paraíba**. Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Bueno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Júnior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. 11p + anexos.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, São Paulo, v. 6, n.6, p.9-25, 2003.

D' ICAO, Maria Conceição. Um Assentamento de trabalhadores Rurais Sem-terra: Avanço e Recuos da Transição Democrática Brasileira. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 8, n. 12, p. 45-70. 1992.

FERNANDES, Maria José Costa. **Dinâmica socio-econômica da reforma agrária e dos assentamentos rurais no território potiguar**. XIX encontro Nacional de geografia agrária. São Paulo: 2009, p. 1-26.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000. p. 561.

FERREIRA, Estevão dos Santos. **Assentamento Senhor do Bonfim, em busca da terra prometida município de Alagoinha /PB**. 2014. 37 f. Monografia. (Graduação) -Curso de Licenciatura Plena em Geografia – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Guarabira 2014. p. 27.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. Conflitos Trabalhistas nas “terras do açúcar”: Zona da Mata Pernambucana (Anos 1960). **Revista crítica Histórica**, Maceió, v. 5, n.5, p. 126-148. Julho. 2012.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; SILVA, Maria Aparecida Moraes. A política de Assentamento. O jogo das forças sociais no campo. **Perspectivas**, São Paulo; v. 11, n. 11. p. 33-51. 1988.

FIALHO, Aline Farias; SANTOS, Joelisa Pereira do; MOREIRA, Mariana Lemos. **Um breve histórico da formação do latifúndio no Brasil e seus rebatimentos no espaço agrário nordestino**. Vitória da Conquista: Uesb. 2010. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/ixsegeo/arquivos>> Acesso em: 12 out. 2018.

FONSECA, Helen Nunes Cosmo da; LIMA Edvaldo Carlos da. Espaço agrário paraibano no contexto dos movimentos de luta pela Terra e reforma agrária: MST. XIX encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo: 2009, p. 1-16.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Entre os conflitos trabalhistas e a luta pela terra:** Um estudo sobre a ação da Igreja Católica em Alagoa Grande. 2015. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/36.pdf>> Acesso em: 12 out. 2018.

FREITAS, Janierk Pereira de; BARBOSA, Marx Prestes; SILVA NETO, Manoel Ferreira da. As condições socioambientais dos assentamentos rurais: O papel da Comissão Pastoral da Terra/Sertão no Processo de Reforma Agrária Cajazeiras/PB. **Revista Espacios**, Caracas, v. 38, n. 19, p. 29-46, 2017.

FRETAS, Sônia Maria de. História Oral: a busca de uma definição. In: _____. **História Oral Procedimentos e possibilidades.** São Paulo: Editora Humanistas, 2006. p. 5-11.

GASSEN, Valcir. **A Lei de Terras de 1850 e o direito de propriedade.** 1994. 236 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina. 1994.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: **A questão agrária no Brasil:** O debate na década de 1990. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2ª ed. 2013, p. 19-54.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades Alagoinha PB.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/alagoinha/panorama>> Acesso em: 22 set. 2018.

_____, **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias** 2017. Disponível em: <www.ibge.gov.br/apps/regioesgeograficas/> Acesso em: 31 de out. 2018.

_____. **25 Regiões Geográficas da Paraíba,** 2017. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/25_regioes_geograficas_paraiba.pdf> Acesso em: 30 out. 2018.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **INCRA nos Estados – Informações gerais Sobre os Assentamentos da Reforma Agrária Painel de Assentamentos (SR 22 Alagoas),** INCRA, 2017. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso em: 30 out. 2018.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Denoza de Lara. **Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa.** 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/280924900_Pesquisa_Documental_consideracoes_sobre_conceitos_e_caracteristicas_na_Pesquisa_Qualitativa_Documentar_y_Research_consideration_of_concepts_and_features_on_Qualitative_Research> Acesso em: 12 nov. 2018.

LANDAU, E. C. et al. Concentração geográfica da agricultura familiar no Brasil. **Embrapa Milho e Sorgo-Documents (INFOTECA-E)**, 2013.

LIMA, A. B.; COSTA NETO, J. G.; LISBOA, R. de L.; JUSTINO SOBRINHO, S. **Assentamento carrasco: luta, conquista da terra e a construção de experiências agroecológicas**. In: Anais do ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGÁRIA, 21, 2012, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 6.

LIMA, Romário Moreira de. **Perfil Socioeconômico dos produtores rurais do assentamento Fleixeirinhas, em Flexeiras, Alagoas**. 2010. 41 f. Monografia (Curso de Agronomia) – Universidade Federal de Alagoas. 2010.

LOURENÇO, Nielson Polucema. **Luta pela terra e pela sobrevivência na terra na microrregião de Sapé PB: o assentamento Zumbi dos Palmares e o protagonismo dos jovens**. 2011. 58 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba- UFPB. 2011.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: _____. **Os camponeses na política brasileira: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981. Cap.5, p.151-171.

MEIRELES, Patrícia Soares. **As ruas do Sol e Chã do Cajá enquanto periferia do espaço urbano de Alagoinha /PB: Uma análise da infraestrutura**. 2013. 61 f. Monografia. (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, Guarabira, 2013. p. 29.

MIRANDA, Edna Lopes; FIÚZA, Ana Louise Carvalho. Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte1. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 1, p. 123-136, 2017.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Evolução do processo de ocupação do espaço paraibano**. João Pessoa: UFPB. 1990. Disponível em: <http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html> Acesso em: 24 set. 2018.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. Movimentos Sociais no Campo e as conquistas da classe trabalhadora. In: _____. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1997. Cap. 8, p. 279-320.

MOREIRA, Emília. Município de Alagoinha. In: _____. **Por um pedaço de Chão**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB. V. 2, 1997. p. 497-518.

MOURA, Iracema Ferreira de. **Assentamentos rurais: Agregação de Valor e Comercialização- O caso do Assentamento Santa Maria (Paranacity-PR)**. 2006. 141 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente.) – Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. 2006.

MOURA, Jeani Delgado Paschoal. Algumas Reflexões sobre a Organização Espacial do Assentamento Serraria/ Tamarana- PR. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 63-78, jan. / jun. 2001.

NOSOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Economia-Revista da ANPEC**, Brasília- DF, v. 7, n.3, p. 587-605, set/dez. 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. As relações de produção na agricultura sob o capitalismo. In: _____. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. 1. Edição. São Paulo: FELCH, 2007. Cap. 5, p. 36-39.

OLIVEIRA FILHO, Ivanildo de Figueiredo Andrade. **Manual de Inventário e Partilha Extrajudicial**: 2000. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/35644602-Manual-de-inventario-e-partilha-extrajudicial.html>> Acesso em: 07 nov. 2018.

PAIVA, Diomar Pereira Pequeno **A Importância da educação ambiental na educação dos cidadãos**. 36. f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade Evangélica Cristo Rei – FECR, Jaicós, 2012.

PAULA, A. M. H. de. **Sistemas de produção e composição da renda em áreas de reforma agrária: O caso dos dois assentamentos em Ilhéus Bahia**. Ambiente In: Anais do SOBER- CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 44, 2006, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2006, p. 14.

PEREIRA, L. M. P. **Reflexões acerca da distribuição de terras no período colonial brasileiro: o caso das sesmarias**. In: Anais do SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26, 2011, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. p. 10.

PEREIRA NETO, André de Faria; MACHADO, Bárbara Araújo; MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral no Brasil: uma análise da produção recente (1998/2008). **História Oral**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, jul. /dez. 2009. p. 113-126.

PRONI, Marcelo Weishaupt. (1997). História do capitalismo: uma visão panorâmica. Caderno do CESIT, Campinas, n. 25; out. 1997.

QUERIOGA, Raniery A.; SILVA, Eduardo J. L.; FIGUEIREDO, Merilândia V. de; HAFLE, Oscar M.; L. FILHO, Pedro; PEREIRA JUNIOR, Ednaldo B. Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Assentamento Veneza, Município de Aparecida, Paraíba/PB. **Revista ACSA**, Patos, v. 10, n. 4, out. /dez. p. 05-14, 2014.

REGO, T. T.; VENDRAMINI, C. R. **A produção da vida no contexto do campo brasileiro: Fundamento para a educação do campo**. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL E I FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA REGIÃO SUL DO RS: CAMPO E CIDADE EM BUSCA DE CAMINHOS COMUNS, 1, 2012, Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2012. p. 8.

RIBEIRO JUNIOR, Antônio Eduardo Prado. **Assentados e não assentados no povoado Boa Vista –SE: Sustentabilidade e pequena propriedade**. 2010. 88 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe. 2010.

RIOS, Sadraque Oliveira; COSTA, Jean Mario Araújo; MENDES, Vera Lúvia Peixoto Santos. A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa, **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 12, n. 20, p. 98-120, jan. /jul. 2016.

ROCHA, Solange Pereira da; GUIMARÃES, Matheus Silveira. O mundo do trabalho na sociedade escravocrata brasileira: Um panorama sobre a Paraíba escravista. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org.). **Trabalho e Trabalhadores no Nordeste: Análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba.** Campina Grande: Eduepb, 2015. Cap. 2, p. 23-56.

RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. **A formação territorial do brejo paraibano e a luta pela terra: o caso do assentamento Nossa Senhora de Fátima.** 2012. 212 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba-UFPB. 2012.

RODRIGUES, Janete Lins. **Atlas Escolar Paraíba.** João Pessoa: GRAFSET, 3 Ed. 2002. p. 11.

SANTOS, Franqueline Terto dos. **A “Recuperação” de Assentamentos Rurais em Questão: A experiência do assentamento Rendeira- Alagoas.** 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande. 2009.

SELL, Carlos Eduardo. Karl Marx e a História da exploração do homem. In: _____. **Sociologia Clássica: Durkheim, Weber e Marx.** 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Cap. 7. P. 110-129.

SICAR, Sistema Cadastro Ambiental Rural. **Mapa interativo do Cadastro Ambiental Rural Alagoinha -PB.** 2018. Disponível em <<http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>> Acesso em: 05 nov. 2018.

SILVA, Elton Oliveira. RODRIGUES, Lidiane Cândido. MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. TARGINO, Ivan. **Assentamentos Rurais e Acampamentos: Dinâmicas Recentes do Espaço Agrário.** 2005. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/08.pdf>> Acesso em: 25 de set. 2018.

SILVA, Jeyse Pereira da. **Educação ambiental nas escolas públicas: uma prática na Escola Municipal José Cabral de Albuquerque- Alagoinha /Paraíba.** 2014. 42 f. Monografia. (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba –UEPB, Guarabira 2014.

SILVA JÚNIOR, Severino Assis da. **Os principais impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos: um estudo de caso na comunidade Agrovila Ribeiro Novo.** 2017. 43 f. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba –UEPB, Guarabira 2017.

SILVA, José Ismael da; AQUINO Josefa Eliane de; SILVA, Cícero Nilton Moreira da. A origem do latifúndio e as consequências de sua consolidação. **Revista Geotemas,** Pau dos Ferros, v. 4, n. 1, p. 53-61, jan. /jun., 2014.

SILVA, Lúgia Mari Tavares da. Características da urbanização na Paraíba. João Pessoa, **Revista Cadernos do Logepa – Série Texto Didático,** ANO 3, n. 5, p. 34-39, jul/dez. 2004.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (Org.). Paraíba: um pouco de espaço e História. In: _____. **Estudo Estados brasileiros Paraíba**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.p. 13-16.

SILVA, R. V. da; BARROS, H. O. M. de; SOUZA, P. R. de. **Assentamentos rurais em Pernambuco: análise de suas relações com o meio ambiente**. In: Anais do SOBER- CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47, 2009, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009, p. 14.

SILVA, Simone Afonso. da. **Divisão Regional Brasileira: considerações acerca de seus fundamentos**. 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/06.pdf>> Acesso em: 30 set. 2018.

SILVA, W. K. de M.; PEREIRA, D. C. N.; FREITAS, G. P. de; SILVA K. A. da. **Migração sazonal de trabalhadores do semiárido com destino aos canaviais**. In: Anais dos CONID- CONGRESSO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE NO SEMIÁRIDO, 2, 2017, Campina Grande: Centro de Convenções, 2017, p. 14.

SILVA, William dos Santos. **Fragmentos da geografia agrária paraibana: Assentamento Maria Menina como território de identidade e de esperança- Alagoa Grande /PB**. 2011. 25 f. Artigo (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba- UEPB. 2011.

SOUSA, Maria Gláucia de. **Estudo geográfico e cultural sobre a Loca da Negra Serra da Raiz /PB**. 2011. 28 f. Artigo (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba- UEPB. 2011.

TAVARES, Hermes Magalhães. **Uma Experiência de Planejamento regional: O nordeste Brasileiro**. 1989. 421 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. 1989.

TENÓRIO, Douglas Apratto. Os caminhos do açúcar em Alagoas: do Banguê a usina do escravo ao boia fria. **Revista Incelências**, Maceió, v. 2, n. 1, p. 5-27, 2011.

WHELING, Arno; WHELING, Maria José M. C. A economia colonial. In: _____. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Cap. 6, p. 193-226.

REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS

ARAÚJO, Edvaldo Batistas de. **Entrevista sobre a diversidade trabalhista na comunidade rural Sítio Agrovila Ribeiro Novo. Alagoinha –PB.** Alagoinha- PB, 03 nov. 2018.

ARAÚJO, Expedito José de. **Entrevista sobre a diversidade trabalhista na comunidade rural Sítio Agrovila Ribeiro Novo, Alagoinha- PB.** Alagoinha- PB, 27 out. 2018.

ARAÚJO, Eder da Silva. **Entrevista sobre a diversidade trabalhista na comunidade rural Sítio Agrovila Ribeiro Novo. Alagoinha –PB.** Alagoinha- PB, 06 nov. 2018.

ARAÚJO, Francisco José de. **Entrevista sobre a fundação da comunidade rural Sítio Agrovila Ribeiro Novo. Alagoinha –PB.** Alagoinha- PB, 07 nov. 2018.

ARAÚJO, Severino dos Santos. **Entrevista sobre a diversidade trabalhista na comunidade rural Sítio Agrovila Ribeiro Novo. Alagoinha –PB.** Alagoinha- PB, 05 nov. 2018.

DINIZ, Cicero Moreira. **Entrevista sobre a diversidade trabalhista na comunidade rural Sítio Agrovila Ribeiro Novo. Alagoinha –PB.** Alagoinha- PB, 05 nov. 2018.

SANTOS, Elizângela Diniz dos. **Entrevista sobre a diversidade trabalhista na comunidade rural Sítio Agrovila Ribeiro Novo. Alagoinha –PB.** Alagoinha- PB, 28 out. 2018.

SANTOS, Paulo Luiz dos. **Entrevista sobre a fundação da comunidade rural Sítio Agrovila Ribeiro Novo. Alagoinha –PB.** Alagoa Grande- PB, 24 out. 2018.

SANTOS, Severina Félix dos. **Entrevista sobre a diversidade trabalhista na comunidade rural Sítio Agrovila Ribeiro Novo. Alagoinha –PB.** Alagoinha- PB, 29 out. 2018.

SILVA, Adriano de Araújo. **Entrevista sobre a diversidade trabalhista na comunidade rural Sítio Agrovila Ribeiro Novo. Alagoinha –PB.** Alagoinha- PB, 07 nov. 2018.

SILVA, Manoel Assis da. **Entrevista sobre a diversidade trabalhista na comunidade rural Sítio Agrovila Ribeiro Novo. Alagoinha –PB.** Alagoinha- PB, 28 out. 2018.

SILVA, Maria Inês de Araújo. **Entrevista sobre a diversidade trabalhista na comunidade rural Sítio Agrovila Ribeiro Novo. Alagoinha –PB.** Alagoinha- PB, 03 nov. 2018.

SILVA, Severino Assis da. **Entrevista sobre a diversidade trabalhista na comunidade rural Sítio Agrovila Ribeiro Novo. Alagoinha –PB.** Alagoinha- PB, 09 nov. 2018.

APÊNDICE A – CARTAS DE SESSÃO UTILIZADA DURANTE AS ENTREVISTAS

Carta de Sessão

Pelo presente documento, eu, Paulo Luiz dos Santos


CPF

nº 132.324.03449, declaro, ceder a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB como requisito essencial na pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso da mesma, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

A aluna fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Alagoa Grande, 24 de outubro de 2018

Paulo Luiz dos Santos
Assinatura do depoente



 JÉDA CARNEIRO
 Serviço Histórico e Registral
 Fórum de História e Documentação do Nordeste do Brasil
 Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
 Rua José de Sousa, s/nº, CEP: 51.100-000, Alagoa Grande - PB
 Fone: (31) 3402.1430 - e-mail: registro@uepb.edu.br
 PAUL LUIZ DOS SANTOS*****
 Em test.da verdade, Alagoa Grande-PB 28/11/2018 06:11:42
 Lucinete Rufino da Silva - Tabelir Substituta
 [2018-0021923]EML:RS 49,48 FAPPEN:R 0,28 FEP:RS 1,90 ISS:RS 0,24
 SELQ DIGITAL: AHU54569-MA6Z
 Confira a autenticidade em <https://sistema.uepb.edu.br>
 Substituta
 Conforme Lei nº 8.935/94 art n°20

Carta de Sessão

Pelo presente documento, eu, Francisco José de Araújo CPF nº 312.970.054-49, declaro, ceder a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB como requisito essencial na pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso da mesma, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

A aluna fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Alagoinha, 07 de novembro de 2018

Francisco José de Araújo

Assinatura do depoente

Testemunhas da entrevista:

Assinatura: Felipe de Silva Araújo

RG: 3488129

Assinatura: José Felix dos Santos

RG: _____

Carta de Sessão

Pelo presente documento, eu, Expedito José de Araújo CPF nº 731.403.097-91, declaro, ceder a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB como requisito essencial na pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso da mesma, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

A aluna fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Alagoinha, 27 de outubro de 2018

Expedito José de Araújo

Assinatura do depoente

Testemunhas da entrevista:

Assinatura: José Felipe dos Santos

RG: 2913453

Assinatura: Têda da Silva Araújo

RG: 3220002

Carta de Sessão

Pelo presente documento, eu, Mameel Assis da Silva

CPF n° 447.675.874-68, declaro, ceder a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB como requisito essencial na pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso da mesma, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

A aluna fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Alagoinha, 28 de outubro de 2018

Mameel Assis da Silva

Assinatura do depoente

Testemunhas da entrevista:

Assinatura: Adriano de Araújo Silva

RG: 2863412

Assinatura: Elo da Silva Araújo

RG: 3488129

Carta de Sessão

Pelo presente documento, eu, Severina Felix dos Santos CPF n° 028436084-81, declaro, ceder a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB como requisito essencial na pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso da mesma, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

A aluna fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Alagoinha, 29 de Outubro de 2018

Severina Felix dos Santos

Testemunhas da entrevista:

Assinatura do depoente

Assinatura: Jose Felix dos Santos

RG: 2913453

Assinatura: Severina Larissa da Silva Junior

RG: 3933059

Carta de Sessão

Pelo presente documento, eu, Marica Inês de Araújo
Silva CPF
 n° 031.125.884-01, declaro, ceder a Aluna Larissa de Araújo Silva
 Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB como requisito
 essencial na pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso da mesma,
 sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena
 propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que
 prestei a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade
 Estadual da Paraíba.

A aluna fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins
 culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como
 permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua
 integridade e indicação da fonte e autor.

Alagoinha, 03 de novembro de 2018

Marica Inês de Araújo Silva

Testemunhas da entrevista:

Assinatura do depoente

Assinatura: Rafael Araújo de Oliveira

RG: 32 54 332

Assinatura: Geruina Assis da Silva Junior

RG: 3833059

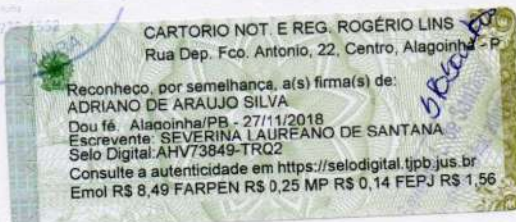
Carta de Sessão

Pelo presente documento, eu, Adriano de Araújo
Silva CPF
 n° 070.716.234-30 declaro, ceder a Aluna Larissa de Araújo Silva
 Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB como requisito
 essencial na pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso da mesma,
 sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena
 propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que
 prestei a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduada em História pela Universidade
 Estadual da Paraíba.

A aluna fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins
 culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como
 permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua
 integridade e indicação da fonte e autor.

Alagoinha, 07 de novembro de 2018

Adriano de Araújo Silva
 Assinatura do depoente



Carta de Sessão

Pelo presente documento, eu, Edvaldo Batista de Araújo CPF n° 741.807.894-34, declaro, ceder a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB como requisito essencial na pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso da mesma, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

A aluna fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Alagoinha, 03 de maio de 2018

Edvaldo Batista de Araújo

Testemunhas da entrevista:

Assinatura do depoente

Assinatura: Jéda da Silva Araújo

RG: 3220002

Assinatura: Genesina Assis da Silva Junior

RG: 3833059

Carta de Sessão

Pelo presente documento, eu, Eder da Silva Araújo.

CPF

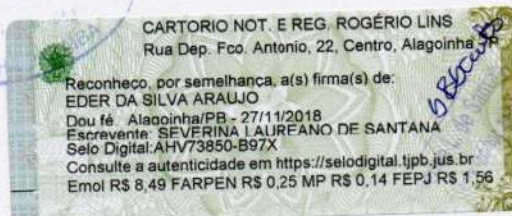
n° 085.753.274-02, declaro, ceder a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB como requisito essencial na pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso da mesma, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

A aluna fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Alagoinha, 06 de novembro de 2017

Eder da Silva Araújo

Assinatura do depoente



Carta de Sessão

Pelo presente documento, eu, Severino dos Santos Araújo CPF nº 038390644-06 declaro, ceder a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB como requisito essencial na pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso da mesma, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

A aluna fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Alagoinha, 05 de novembro de 2018

Severino dos Santos Araújo

Testemunhas da entrevista:

Assinatura do depoente

Assinatura: Manuel dos Santos Araújo

RG: 2587821

Assinatura: Arlene de Araújo Silva

RG: 2863451

Carta de Sessão

Pelo presente documento, eu, Cícero Moreira Diniz

CPF

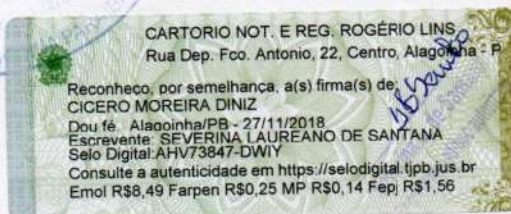
n° 0.9292.154-10, declaro, ceder a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB como requisito essencial na pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso da mesma, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

A aluna fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Alagoinha, 05 de novembro de 2018

Cícero Moreira Diniz

Assinatura do depoente



Carta de Sessão

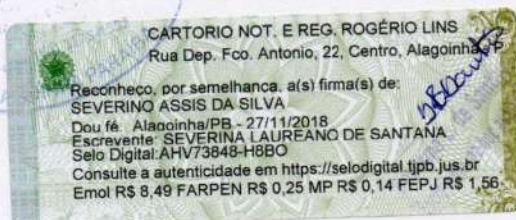
Pelo presente documento, eu, Severino Assis da Silva
Silva CPF
 n° 72643846400, declaro, ceder a Aluna Larissa de Araújo Silva
 Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB como requisito
 essencial na pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso da mesma,
 sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena
 propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que
 prestei a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduada em História pela Universidade
 Estadual da Paraíba.

A aluna fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins
 culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como
 permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua
 integridade e indicação da fonte e autor.

Alagoinha, 09 de novembro de 2018

Severino Assis da Silva

Assinatura do depoente



Carta de Sessão

Pelo presente documento, eu, Elizangela Diniz
dos Santos CPF
 nº 09528550460, declaro, ceder a Aluna Larissa de Araújo Silva
 Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB como requisito
 essencial na pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso da mesma,
 sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena
 propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que
 prestei a Aluna Larissa de Araújo Silva Graduanda em História pela Universidade
 Estadual da Paraíba.

A aluna fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins
 culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como
 permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua
 integridade e indicação da fonte e autor.

Alagoinha, 28 de outubro de 2018

Elizangela Diniz dos Santos
 Assinatura do depoente

Testemunhas da entrevista:

Assinatura: Têda da Silva Araújo

RG: 3220002

Assinatura: Manuel dos Santos Pereira

RG: 2587821

APÊNDICE B – FICHAS PREENCHIDAS PELOS ENTREVISTADOS COM SEUS
DADOS PESSOAIS

Ficha do(a) Entrevistado (a)

Nome completo: Paulo Luiz dos Santos

Entrevistadores (as): Larissa de Araujo Silva.

Data da entrevista: 24-10-2018

Local da entrevista: EMATER-PB Alagoa Grande

Nascimento do entrevistado (a): 13/03/1954

Breve Biografia: Técnico Agrícola, formado em Estudos Sociais e professor de química por 31 anos. Atualmente seu funcionário da EMATER-PB há 43 anos e Secretário da Agricultura por 16 anos e já exerceu dois mandatos como vereador.

Contatos: (83)999161-0576
(83)99623-3565

Observações

Ficha do(a) Entrevistado (a)

Nome completo: Francisco José de Araújo.

Entrevistadores (as): Leandra de Araújo Silva

Data da entrevista: 07-11-2018

Local da entrevista: Residência do Entrevistado

Nascimento do entrevistado (a): 04.10.1946

Breve Biografia: Sou Francisco José de Araújo
e agricultor.

Contatos:

Observações

Ficha do(a) Entrevistado (a)

Nome completo: Expedito José de Araújo

Entrevistadores (as): Lucrissa de Araújo Silva

Data da entrevista: 27-10-2018

Local da entrevista: Residência do Entrevistado

Nascimento do entrevistado (a): 14.04.1952

Breve Biografia: Eu sou Expedito José de Araújo tenho 67 anos sou casado e trabalho de agricultor e é o que eu mais gosto de fazer.

Contatos:

Observações

Ficha do(a) Entrevistado (a)

Nome completo: Manoel Assis da Silva

Entrevistadores (as): Larissa de Araujo Silva

Data da entrevista: 28-10-2018

Local da entrevista: Residência da Entrevistadora

Nascimento do entrevistado (a): 14-08-1953

Breve Biografia: Sou Manoel Assis da Silva sou agricultor filho de agricultores tenho 4 filhos e hoje sou aposentado.

Contatos:

Observações

Ficha do(a) Entrevistado (a)

Nome completo:

Severina Felize dos Santos

Entrevistadores (as): Larissa de Araujo Silva

Data da entrevista: 29-10-2018

Local da entrevista: Residência da Entrevistadora.

Nascimento do entrevistado (a):

05/02/1976

Breve Biografia:

Eu Severina Felize dos Santos
natural de Lagoa Grande, morei no
Distrito Engenho Balançinho e hoje moreo
na Agrícola Pileiro novo, sou Agente comu-
nitário de saúde e trabalho com 95 famílias
na comunidade onde moreo e sítios vizinhos.

Contatos:

Observações

Ficha do(a) Entrevistado (a)

Nome completo: Maria Inês de Araújo Silva

Entrevistadores (as): Larissa de Araújo Silva

Data da entrevista: 03-11-2018

Local da entrevista: Residência da Entrevistada

Nascimento do entrevistado (a): 22-09-1964

Breve Biografia: Sou Maria Inês, natural de Mulungu e trabalho como auxiliar de serviços gerais, tenho 4 filhos e sou funcionária pública no município de Alagoinha, Paraíba.

Contatos:

Observações

Ficha do(a) Entrevistado (a)

Nome completo: Adriano de Araujo Silva

Entrevistadores (as): Larissa de Araujo Silva

Data da entrevista: 07-11-2018

Local da entrevista: Residência do Entrevistado

Nascimento do entrevistado (a): 12-09-1982

Breve Biografia: Me chamo Adriano de Araujo Silva, sou natural de Mulungu-PB. Mudei-me para Alagoinha aos 3 anos de idade. Estudei na Escola Municipal Agencila Ribeiro Novo atual José Balerai de Albuquerque. Tenho 36 anos e continuo no município de Alagoinha até hoje.

Contatos: (83) 98647-0969.

Observações

Ficha do(a) Entrevistado (a)

Nome completo: Edvaldo Batista de Araújo.

Entrevistadores (as): Lealissa de Araújo Silva

Data da entrevista: 03-11-2018

Local da entrevista: Residência do Entrevistado

Nascimento do entrevistado (a): 02-04-1969

Breve Biografia: Me chamo Edvaldo e já trabalhei no Rio de Janeiro, nos Engenheiros e hoje nos Construções Civis.

Contatos:

Observações

Ficha do(a) Entrevistado (a)

Nome completo: Eder da Silva Araújo

Entrevistadores (as): Larissa de Araújo Silva

Data da entrevista: 06-11-2018

Local da entrevista: Residência do Entrevistado

Nascimento do entrevistado (a): 01-11-1986

Breve Biografia: Eu sou Eder da Silva Araújo, natural de Alagoas Grande moro em Alagoinha filho de Agricultores e trabalho na construção civil.

Contatos:

Observações

Ficha do(a) Entrevistado (a)

Nome completo: *Senerino dos Santos Araujo*

Entrevistadores (as): *Levissa de Araujo Silva*

Data da entrevista: *05-11-2018*

Local da entrevista: *Trabalho do Entrevistado*

Nascimento do entrevistado (a): *25-06-1974*

Breve Biografia: *Sou Senerino dos Santos Araujo e trabalho como trabalhador rural.*

Contatos:

Observações

Ficha do(a) Entrevistado (a)

Nome completo: *Leandro Moreira Diniz.*

Entrevistadores (as): *Carissa de Arany Silva*

Data da entrevista: *05-11-2018*

Local da entrevista: *Trabalho do Entrevistado*

Nascimento do entrevistado (a): *31-12-1971*

Breve Biografia: *Eu sou Leandro Moreira Diniz trabalho como agricultor, moro no assentamento Sítio Agrícola Ribeirão Novo, sou casado e pai de três filhos.*

Contatos:

Observações

Ficha do(a) Entrevistado (a)

Nome completo: Severino Assis da Silva

Entrevistadores (as): Larissa de Araujo Silva

Data da entrevista: 10-11-2018

Local da entrevista: Residência do Entrevistado

Nascimento do entrevistado (a): 20/05/1965

Breve Biografia: Sou trabalhador do campo comecei ajudando meu pai pois ele era muito pobre. Já trabalhei em fazenda, Engenho Usim e atualmente sou tratorista Agrícola.

Contatos:

Observações

Ficha do(a) Entrevistado (a)

Nome completo: Elizângela Riniz dos Santos

Entrevistadores (as): Larissa de Araujo Silva

Data da entrevista: 28-10-2018

Local da entrevista: Residência da Entrevistada

Nascimento do entrevistado (a): 04-07-1986

Breve Biografia: Sou Elizângela Riniz dos Santos, nasci na cidade de Alagoa Grande. E sou pai e mãe dos meus filhos.

Contatos:

Observações

**ANEXO A – INVENTÁRIO DA PROPRIEDADE UTILIZADO PARA SE
CONSEGUIR ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE A ORIGEM DAS TERRAS
ONDE HOJE SE LOCALIZA A COMUNIDADE ESTUDADA**

JOSÉ DA SILVA SEGUNDO, Serventuário do Ofício de 1º Tabelião de Notas e seus respectivos anexos desta Comarca de Alagoi-
nha, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.....

C E R T I F I C O a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo em Cartório o livro 2-B, fls. 204v sob nº de ordem 564 e R-13-564, em data de 29/05/80, nele consta que o Sr. JOSÉ CAVALCANTE DOS SANTOS, é senhor e possuidor de uma propriedade Rural, medindo 88,70 hectares, situada no lugar denominado Engenho Ribeiro Novo, deste município, e nela não pesa quaisquer ônus reais, legais ou convencionais, tais como hipotecas, cláusulas de inalienabilidade ou impenhorabilidade, rendas temporárias, uso, usufruto, habitação, servidão, enfiteuse, arrendamento, compromisso de compra e venda ou permuta, divisões de sentença de desquite, fideicomisso penhoras, arrestos e outros que possam afetar a posse e domínio praticados por iniciativa do proprietário acima referido.

C E R T I F I C O que o imóvel acima descrito foi adquirido a 1ª (primeira) vez por compra feita ao Sr. João Barbosa de Lucena e sua esposa, conforme Escritura Pública de Compra e Venda, devidamente registrada no livro acima mencionado, em data de 09/05/80, nas notas do Oficial Flávio Gomes de Araújo, então Tabelião Público desta Comarca.

C E R T I F I C O ainda que o imóvel supra referido foi adquirido a 2ª (segunda) vez por herança dos bens deixados por falecimento de José Barbosa de Lucena, conforme inventário processado neste Cartório, à cargo do Oficial Flávio Gomes de Araújo, então Tabelião Público desta Comarca, Julgado por sentença em 13/07/76 e que transitou em Julgado no dia 29/07/76, pelo Dr. José Maria de Almeida Bastos, então Juiz de Direito desta Comarca, em data de 15/05/78, perfazendo um total de 4 anos (quatro).

C E R T I F I C O finalmente que o imóvel retro descrito foi adquirido a 3ª (terceira) vez por José Barbosa de Lucena, por compra feita ao Sr. Lourenço Albuquerque Mello, e mais de 50 anos ficando o Cartório do Registro de Imóveis de Guarabira, a informar

a data real da compra se for o caso.

ato de assinatura.

O referido é verdade; dou fé.

Alagoinha, 09 de Julho de 1982

José da Silva Segundo
José da Silva Segundo
Tabelião

José da Silva Segundo
CPF 058762654/20
Oficial do Registro Geral e Protesto
CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO
DE REGISTROS E PROTESTOS


2. Maria Elita Lins da Silva
Alagoinha - Paraíba

ANEXO B – O DOCUMENTO DE ESCRITURA DAS TERRAS UTILIZADO NA PESQUISA

do Silva Segundo
 CPF 06878054720
 Tabelião do Registro Geral e Protestos
 CARTÓRIO DO ONIP - OFÍCIO
 ESCRITURAS

REGISTRO N.º *R-1793*

Maria Elia Lins da Silva
 Alagoinha - Paraíba



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DA PARAÍBA DO NORTE
COMARCA DE ALAGOINHA
 CARTÓRIO E ARQUIVO

FIR-83-1798 Praça João Pessoa, n.º 16

1.º TABELIÃO:
José da Silva Segundo
 Escrevente Autorizada:
Maria Elia Lins da Silva

LIQUIDADO
 Em *29/09/86*
[Signature]
 M.º [Signature] BARRETO
 CR. SETOP

Escritura Pública de CONTRATO DE ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA

Data: 13 de Maio de 1983

OUTORGANTE(S) JOSÉ CALVALCANTE DOS SANTOS E SUA ESPOSA MARCELA CRISTINA CALVALCANTE.

OUTOGADO(S) ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES DO ESPINHO VERMELHO NOVO.

Valor do Contrato: R\$ 2.450.000,00 (Dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros).

Livro 09 de Notas
Fls. 10v à 15
1ª Translado

FIR-831-179-8

LIQUIDADO
Em 29/09/86
Banco do Nordeste

CONTRATO DE ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA CELEBRADO ENTRE: COMO PRIMEIROS CONTRATANTES VENDEDORES SR. JOSÉ CAVALCANTE DOS SANTOS E MULHER E COMO SEGUNDO CONTRATANTE COMPRADOR A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE RIBEIRO NOVO E O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A., NESTE INSTRUMENTO DE FINANCIAMENTO FUNDIÁRIO DENOMINADO BANCO OU CREDITOR.

SAIBAM quantos esta virem que, aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de 1983, nesta cidade de Alagoinha-Pb, neste Cartório, perante mim Tabelião e por me haver sido esta distribuída, com parecerem partes entre si justas e contratadas, de um lado como primeiros contratantes, neste instrumento denominados OUTORGANTES VENDEDORES, o Sr. JOSÉ CAVALCANTE DOS SANTOS, agropecuarista, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade Nº 59.189.SSP-Pb e do CPF.: 037676124-53, residente na cidade de Guarabira-Pb, e sua mulher Dona Tereza Cristina Cavalcante, professora primária, brasileira, portadora do CPF.: 037676124-53, residente na cidade de Guarabira-Pb., de outro lado, como segundo contratante, também chamado de OUTORGADO / COMPRADOR, a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE RIBEIRO NOVO, atividade Sócio Econômico (Comunitária), portadora do C.G.C.: 09.370.701/0001-97, representa pelo seu Presidente Sr. RAFAEL ANTONIO DOS SANTOS, agricultor, brasileiro, casado, portador do C.P.F.: 276.767.304-49 e de seu Tesoureiro Sr. JOÃO CÍCERO DE OLIVEIRA, agricultor, brasileiro, casado, portador do CPF.: 226.149.744-04 e o BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A., sociedade anônima com Sede na cidade de Fortaleza-Ce., inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob nº 07237373 neste instrumento denominado BANCO ou CREDITOR, representado pelo Gerente e pelo Chefe de Setor Operacional de sua Agência na cidade de Alagoa Grande-Pb., Srs.: VICENTE FRANCISCO DE FIGUEIREDO, portadores dos CPFs.: 006.522.534-15 e ALBERY VIANA DE OLIVEIRA, CPF.: 056.961.433-34, ambos brasileiros, casados, bancários, residente e domiciliados na cidade de Alagoa Grande-Pb., as presentes pessoas conhecidas como as próprias por mim Tabelião e pelas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, por eles foi uniforme e sucessivamente dito que estavam contratados e acordados nos termos das cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

Que os OUTORGANTES VENDEDORES são senhores e legítimos possuidores do imóvel ENGENHO RIBEIRO NOVO, com área de 88,7 ha., registrado no INCRA sob nº 20402100350063-5, situado no Município de Alagoinha-Pb., como abaixo se descreve, com os respectivos valores a

Continuação do Contrato de Escritura Pública de Compra e Venda, celebrado entre o Sr. JOSE CAVALCANTE DOS SANTOS, em primeiro e a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE RIBEIRO NOVO, em segundo e respectivas mulheres e o BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A., no valor de R\$ 9.450.000,00 (NOVE MILHÕES QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL CRUZEIROA), com vencimento pactuado para: 11 de JANEIRO de 2003./x.x.x.x.x.x.x.x.

Título de Domínio: Escritura Pública de Compra e Venda lavrada em 05.05.80, sob o registro de nº A - 13, Livro 2-B, Folhas 204v, no Cartório Imobiliário de Lagoinha, Estado da Paraíba.

da de acesso à cidade de Lagoinha-PB., ao SUL, com a EMBRAPA; ao LESTE com Luiz Lucena Beltrão e a OESTE com o Engenho Belancinho; Benfeitorias: 01(uma) casa de alvenaria, aliás, quatro(04) casas de alvenaria, estimado no valor de R\$ 100.000,00 cada; 03(três) casas de taipa, no valor unitário de R\$ 50.000,00 e 01(um) barreiro avaliado em R\$ 100.000,00. Importando num total de benfeitorias em R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil cruzeiros).

SEGUNDA

Que, os OUTORGANTES-VENDEDORES, possuindo dito imóvel livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais, extrajudiciais e fiscais, ajustaram vendê-lo na totalidade de sua área, inclusive todas as benfeitorias e demais acessórios ao OUTORGADO COMPRADOR, pelo prazo de R\$ 9.450.000,00(nove milhões, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), que será pago da seguinte maneira: R\$ 9.450.000,00 (nove milhões, quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros) através de cheque nominativo a ser emitido pelo outorgado comprador a favor de outorgantes vendedores a débito da conta de financiamento rurais que lhe será aberta pelo Banco em virtude deste contrato, após a transcrição da presente escritura no Registro Imobiliário competente.

TERCEIRA

Que, achando-se dessa forma os OUTORGANTES VENDEDORES justos e acordados, cedem e transferem ao OUTORGADO COMPRADOR, por este e melhor forma de direito, a posse, direito e ação que possuem sobre dito imóvel e benfeitorias, as quais passam, assim, à plena propriedade do OUTORGADO COMPRADOR, obrigando-se aqueles pela evicção, de direito, bem como a fazer a presente venda, em qualquer tempo sempre boa, firme e valiosa.

- continua -

CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO
ALAGOINHA - PARALIBA
 Protocolado no Livro 1. A. de fls. 396 nob. n.º 1993
 Matriculado no Livro J. de fls. 156 nob. n.º 793
 Registrado no Livro C. de fls. 156 nob. n.º R-1-793, R-2-793
 Em data de 20 de Maio de 1983
 Alagoinha, 20 de Maio de 1983
OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS
Josefundo

Josefundo
 CPF-058762654/20
 Oficial do Registro Geral e Protesto
CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO
ESCREVENTES

2.ª Maria Elite Lins da Silva
 Alagoinha - Paraliba

Por força do contrato firmado em 10.09.83, este
 título é endossado ao Banco Central do Brasil,
 ficando sua cobrança a cargo deste Banco,
 Agência Grande (Fls. 1506.83)
 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A.
 Agência de Alagoas (Fls. 67) - Alagoas

Vicente F. [Signature]
 Gerente

Albino [Signature]
 Ckr. de Sel.

ANEXO D – MAPA DE DIVISÃO DAS TERRAS DO ENGENHO BALANCINHO

